



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Ciências Aplicadas



MEIRE CRISTIANE BORTOLATO FREGONESI

**MULHERES QUE FAZEM PARTE DA VIDA DOS PRESOS: AFETOS,
SOCIABILIDADES,
DENÚNCIAS E REIVINDICAÇÕES**

LIMEIRA
2023



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Ciências Aplicadas



MEIRE CRISTIANE BORTOLATO FREGONESI

**MULHERES QUE FAZEM PARTE DA VIDA DOS PRESOS: AFETOS,
SOCIABILIDADES, DENÚNCIAS E REIVINDICAÇÕES**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestra em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Orientadora: Profa. Dra. **NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA VALENCIO**
Coorientadora: Profa. Dra. **ANA MARIA GALDINI RAIMUNDO ODA**

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA MEIRE CRISTIANE BORTOLATO FREGONESI, ORIENTADA PELA PROFA. DRA NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA VALENCIO

LIMEIRA
2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Aplicadas
Ana Luiza Clemente de Abreu Valério - CRB 8/10669

F881m Fregonesi, Meire Cristiane Bortolato, 1967-
Mulheres que fazem parte da vida dos presos : afetos, sociabilidades,
denúncias e reivindicações / Meire Cristiane Bortolato Fregonesi. – Limeira, SP
: [s.n.], 2023.

Orientador: Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio.
Coorientador: Ana Maria Galdini Raimundo Oda.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Ciências Aplicadas.

1. Mulheres. 2. Prisioneiros. 3. Prisão. 4. Direitos humanos. I. Valêncio,
Norma Felicidade Lopes da Silva, 1962-. II. Oda, Ana Maria Galdini Raimundo,
1965-. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências
Aplicadas. IV. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Women who are part of the prisoners' lives : affections,
sociabilities, denunciations and demands

Palavras-chave em inglês:

Women
Prisoners
Imprisonment
Human rights

Área de concentração: Modernidade e Políticas Públicas

Titulação: Mestra em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Banca examinadora:

Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio [Orientador]
Oswaldo Gonçalves Júnior
Taniele Rui

Data de defesa: 01-11-2023

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0001-5274-9347>
- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9854352780107387>

Folha de Aprovação

Autora: Meire Cristiane Bortolato Fregonesi

Título: MULHERES QUE FAZEM PARTE DA VIDA DOS PRESOS: AFETOS, SOCIABILIDADES, DENÚNCIAS E REIVINDICAÇÕES

Natureza: Dissertação

Área de Concentração: Modernidade e Políticas Públicas

Instituição: Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA/Unicamp

Data da Defesa: Limeira-SP, 01 de novembro de 2023

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA VALENCIO(orientadora)
Faculdade de Ciências Aplicadas - FCA/Unicamp

Prof. Dr. OSWALDO GONÇALVES JÚNIOR (membro interno)
Faculdade de Ciências Aplicadas - FCA/Unicamp

Prof. Dra. TANIELE CRISTINA RUI (membro externo)
Universidade IFCH/Unicamp

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

DEDICATÓRIA

É para Rodrigo

Rodrigo e eu nos encontramos

E esse encontro se estendeu por anos....

Rodrigo se foi muito cedo, mas nosso amor foi bonito

A gente teve a coragem que o amor demanda

Com ele eu me tornei uma pessoa melhor

Nenhuma dedicatória expressará tudo

AGRADECIMENTOS

O início do mestrado coincidiu com o início da pandemia da Covid no Brasil, fevereiro de 2020 e, por conta disso, todas as disciplinas cursadas foram *on line* e foi assim que conheci os professores e tive acesso às aulas que muito agregaram.

De maneira virtual, nem por isso com menos intensidade e energia, tivemos aulas com João José Rodrigues Lima de Almeida, Eduardo Marandola, Ana Maria Galdini Raimundo Oda, Milena Pavan Serafim, Mauro Cardoso, Alvaro de Oliveira S. Antona, Rafael de Brito Dias, Roberto Donato da Silva Júnior e Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio. A todos agradeço os inúmeros debates, reflexões e a certeza que não existem certezas e o caminho de aprendizado é infundável.

Foi na disciplina “Metodologia científica: seminários de dissertação”, aula ministrada por Roberto Donato e Norma Valencio que tive o primeiro contato com Norma, que aceitou ser minha orientadora. Norma, sempre de maneira tão gentil e firme me ensinou a guiar os passos da pesquisa. Comecei de maneira rasa e com ela aprendi a pensar mais metodologicamente, de forma mais analítica. Penso que Norma Valencio não tem a dimensão do quanto ela me ensinou, do quanto aprendi com ela. Querida Norma, minha gratidão é para sempre. Também a Ana Maria Oda, que aceitou ser a coorientadora desse trabalho e fez colocações que muito acrescentaram. Grata Ana pelas observações e apoio.

A Taniele Rui e Oswaldo Gonçalves Júnior que estiveram na minha banca de qualificação, só tenho a agradecer as várias observações e a leitura atenta que fizeram. A luz que lançaram sobre outras possibilidades, me ajudou muito no desenvolvimento dos capítulos. Que responsabilidade sinto em tê-los na banca. Responsabilidade e muita alegria.

Diversas pessoas fazem parte direta e indiretamente do caminho percorrido. Elisande Quintino, que me acompanhou nas visitas iniciais em campo junto às mulheres, foi minha facilitadora. Elisande foi crucial nessa trajetória. Priscila Cardoso, foi quem possibilitou minha primeira observação em campo, junto aos adolescentes em conflito com a lei no CREAS, o que resultou num trabalho de iniciação científica. David Menezes me incentivou a tentar o mestrado no ICHSA e trocamos muita informação sobre o curso. Vinícius Zanoli e Rubens Mascarenhas, há alguns anos nos conhecemos num almoço, quando fazer mestrado

ainda era um sonho, me mostraram como eu poderia iniciar a trajetória. Rasul, Mauricio Moysés, pelas vezes que recorri a ele para entender alguns raps e MCs, categorias que me eram narradas, especialmente pelas mães. A todos vocês que estiveram comigo nesse período, eu agradeço imensamente. Alguns já eram amigos de mais tempo e outros se tornaram nesse caminho sem volta da pesquisa.

Agradeço a todos colegas da turma de mestrado, em especial Ingrid, Rodolfo, Ana Júlia e Larissa, que se tornaram amigos, numa relação estabelecida *on line*, por meio de alguns *meets* com objetivo de costurar trabalhos, estudar juntos, debater temas e conversar sobre nossas dúvidas e expectativas. Não foi por acaso que criamos o grupo “O que é o Tempo” no *whatsapp*, inspirados pelo trabalho que fizemos do livro “Tempo e Narrativa”, de Paul Ricoeur. Eu realmente não compreendi o que é o tempo. Tentei, mas não cheguei a uma conclusão razoável, no entanto, tenho a certeza de que ele escapa, e por conta disso, melhor viver ao máximo o que faz sentido. Também ao Noan, por muita conversa e apoio. Muito afeto por vocês. Luciane Pereira Ferrero, funcionaria do ICHSA que me auxiliou em diversas dúvidas, obrigada.

Assim como as vidas observadas em campo vão além do recorte observado, a vida de quem pesquisa também é feita de vários momentos e demandas que se misturam e acontecem na mesma semana, mês, dia e, às vezes, na mesma hora. A bateria do carro tem que ser trocada, tem a agenda da filha, o computador pifa, daí o técnico que nos “salva”, que é o Paulo, o prazo de entrega do trabalho é amanhã, necessário trocar a torneira, tem o mercado, farmácia, dentista, e assim segue o cotidiano a perder de vista. Para tanto, o dia a dia deve estar minimamente organizado e tem que pulsar de várias formas e para que o momento da escrita seja de solidão e não de solidão é necessário que, além do escritório e da tela do computador, possamos contar com várias pessoas. Os amigos fora da academia também fazem parte dessa jornada da pós-graduação, e talvez nem saibam o quanto participam e ajudam a manter nossa saúde mental. Assim, não poderia deixar de mencionar Vivi, Mari, Marilda, Mada, Cida, Adriana, Fabíola, Priscila, Lilian, Jorge, Sil, Lu, Gabriel e Gabriel, Samira, Elisande, Sudly, Jussara, Josias e Angélica, pela alegria dos encontros, das risadas, da arte que nos salva, das festas, do rock, do samba, das sinfônicas, das conversas terapêuticas nos botecos e das conversas à toa também, com cervejas e caipirinhas. Samira, amiga de infância, conversamos bastante, mesmo à distância, durante o mestrado e a pandemia e conversar com Samira, sempre é uma luz que mostra caminhos. Os Gabriéis, meus amigos e vizinhos, me incentivaram durante a escrita, e escutaram sobre algumas ansiedades. Jussara me trouxe muitas experiências, amizade e confiança. Adriana e Fabiola,

me auxiliaram na arte, em fotografias. Também à querida Glaucia. Vocês fazem parte dessa caminhada.

Abgail, a querida amiga Biga, que nos deixou em julho desse ano, de forma tão rápida e brutal. Biga, de você só quero manter a lembrança das conversas, das risadas, do sorriso que invadia a todos nós, da sua alegria. Obrigada por ter sido minha amiga, você faz parte da minha vida.

A minha mãe Lourdes, eu agradeço por tudo que fez por mim a vida toda. Pedro, meu pai, foi o responsável por internalizar em mim a vontade de aprender e estudar. Júlio, meu irmão, que se foi precocemente, nos trouxe Patrícia e os pequenos, agora crescidos, meus sobrinhos Giulia e Pedro, que mostraram como a vida é imperativa, como a vida é impositiva, ela não dá aviso prévio e o único caminho é seguir. Como é bom estar com vocês e partilharmos vários momentos. Também a dona Alzira.

Rodrigo me trouxe seus pais Laerte e Eufrázia e, também, Érica, Adriana, Carlos, tia Laura, Giuliana, e os pequenos, agora crescidos, meus sobrinhos Lais e Lucas. Também o Léo que se juntou à família. Agradeço a vocês por estarmos juntos em vários momentos e continuarmos juntos.

Ana Vitoria, minha filha. Ela me faz mãe todos os dias. Quanta força e alegria eu sinto por você existir meu amor. Você reforça minha vontade de sempre seguir em frente. Te agradeço por ser sua mãe.

As mulheres do campo, as que eu observei e interagi, gostaria tanto de nomeá-las realmente. A vocês que me narraram suas vidas, histórias, amores, sofrimentos, prazeres, esse trabalho só existe porque vocês me permitiram ficar. Vou me lembrar de vocês pela vida toda.

A Deus eu agradeço por permanecer comigo em todos os momentos.

RESUMO

Essa pesquisa pretende mostrar as várias ações das mulheres que se relacionam com presos, sejam elas as mães, esposas ou namoradas, no atendimento material e emocional que ocorre nos momentos de visita e nas mobilizações/protestos protagonizadas por elas, fora das unidades prisionais. São estratégias elaboradas para fortalecer os vínculos e manter os afetos presos re(ligados) ao extramuros. Realiza-se uma abordagem qualitativa, numa interface interdisciplinar entre antropologia, psicologia, direito, sociologia e linguística e analisa-se quais arranjos e estratégias a mulher utiliza-se dentro e fora da unidade prisional para manter a relação e melhorar as condições do preso. Foi feita observação direta e entrevistas semiestruturadas em profundidade, num período de quatro meses, ao redor da unidade prisional, além de dias específicos de saída temporária dos presos para visitas e na manifestação ocorrida em frente à SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) em São Paulo. Apresenta-se a justaposição das categorias espaço, gênero, marcadores sociais, com a responsabilização da mãe em chave diversa da responsabilização da esposa/namorada. Proponho que o alimento e o vínculo paterno são elementos fortalecedores da manutenção da socialização do preso, além das reivindicações que são protagonizadas por elas em atos políticos e de resistência, em que denunciam as mazelas carcerárias e obtêm algumas mudanças, ainda que atenuantes e imediatas.

Palavras-chave: mulheres, prisioneiros, prisão, direitos humanos

ABSTRACT

This research intends to show several actions of the women that has a relationship with prisoners, they can be moms, wives, girlfriends, providing emocional and material suport in moments of protests protagonized by them, outside of unit. Strategies are idealized to raise the bonds and keep the affects prisoners reconnects to external World. Qualitative aproach is made in the interface interdiciplinary between: antropology, psicology, laws, sociology, linguistic and the annalysis of wich arrangements and strategies that women adopt inside and out of prison unit to keep the relation and get better conditions to the prisoners. Direct observations was made in interviews half strutured but very deep in a four month period around the prison unit, in addiction specific days of temporary releazed to visitation and manifestation that happen just in front of the SAP (Secretary of Administration Penitenciary) in São Paulo, Brasil. It show us the juxtaposicion of the categories enviroment, gender, social markers, with responsability of the mother in turning point of wives/girlfriends. My proposal is that the food and patern bond are the real keepers of the social maintenance of the prisoner. Ad to that the benefits ask protagonized by them in political actions and resistance that intend to tell society prison injuries and that get change even small but urgent.

keywords: women, prisoners, imprisonment, human rights

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMPARAR: Associação de Amigos/as e familiares de presos/as- Fundo Brasil

CAAE: Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CEP: Comitê de Ética em Pesquisa

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CNJ: Conselho Nacional de Justiça

COVID 19: junção das letras que se referem a (co) rona (vi) rus (d) isease, o que para o português seria “doença do coronavírus”. Já o número 19 está ligado a 2019, quando os primeiros casos foram publicados .

CPP: Centro de Progressão Penitenciária

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DEPEN: Departamento Penitenciário Nacional

DETRAN: Departamento Estadual de Trânsito

HC: Habeas Corpus

LEP: Lei de Execução Penal

MC: (Masters of Ceremony) que em português significa Mestre de Cerimônias

MST: Movimento Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST: Movimento Trabalhadores Sem Teto

NEB –FGV: Nucleo de Estudos da Burocracia – Fundação Getúlio Vargas

OMS: Organização Mundial da Saúde

ONG: Organização Não Governamental

PCC: Primeiro Comando da Capital

PCR: exame que atua detectando material genético do vírus

PIX: é um modo de transferência monetária instantâneo e de pagamento eletrônico instantâneo

SAP: Secretaria de Administração Penitenciária

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNP: Universal nos Presídios

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Questões	21
Objetivo Geral e específico.....	22
Metodologia.....	22
CAPÍTULO 1- O CÁRCERE NO BRASIL.....	25
1.1 A pulverização das unidades prisionais Qual trabalho e/ou educação faz a reinserção ?.....	25
1.2 O espaço à luz da literatura.....	30
1.3 O entorno da unidade prisional O espaço pré-visita como intermediário da socialização do preso.....	33
CAPÍTULO 2- O CUIDADO FEMININO NAS VISITAS AOS PRESOS.....	47
2.1 O cuidado é feminino.....	47
2.2 O ato de cuidar em intersecção com os marcadores sociais.....	48
2.3 Mães, esposas e namoradas.....	56
CAPÍTULO 3 -POSSIBILIDADES DE (RE) LIGAÇÃO À VIDA FORA DA PRISÃO	63
3.1 Alimentos à luz da literatura.....	63
3.2 O alimento que resgata e acolhe.....	63
3.3 Filhos.....	68
3.4 A relação do preso com o filho mediada pela esposa e pela mãe (avó).....	69
CAPÍTULO 4 -REIVINDICAÇÕES E PROTESTOS.....	80
4.1 Protesto, linguagem e performance à luz da literatura.....	80
4.2 A mobilização do dia 03/02/2022.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS AO TEMA.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110
ANEXO- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	119

INTRODUÇÃO

Para narrar sobre a pesquisa que me proponho e o tema em si, preciso antes contar o caminho feito para chegar a ele.

Mudei-me para Campinas em janeiro de 2007 e em 2008 comecei a cursar algumas disciplinas como aluna especial em Ciências Sociais na Unicamp e me encantei pelo curso. Nessa época trabalhava como advogada, pois Direito foi minha primeira formação. Ingressei no curso oficialmente em 2010, no período noturno, e o completei num tempo maior devido ao trabalho e compromissos familiares. Conforme fui fazendo as disciplinas, meu envolvimento e interesse aumentavam e uma das disciplinas que me marcaram foi “antropologia urbana: limites, violência e conflitos nas cidades”¹, com bibliografia em torno das vulnerabilidades urbanas na atualidade, bem como heterogeneidade de temáticas e problemas empíricos e aquilo fez todo o sentido para mim. Em 2016, tive a oportunidade de participar de um Seminário² em que o debate se dava sobre a vida das pessoas encarceradas e seus familiares, em especial dos adolescentes e crianças, filhos, irmãos, sobrinhos, netos, enfim, crianças e adolescentes que tem parentesco com os presos, e as implicações no âmbito material e/ou emocional, e o descaso de políticas públicas em relação à paternidade/maternidade da população carcerária e o atendimento a seus filhos. Em 2017, fiz

¹ Disciplina ministrada pela professora Taniele Rui, em 2014

² Em 2016, um grupo de organizações PMMR (Projeto meninos e meninas de Rua), Aldeias Infantis SOS Brasil, Amparar, Camará, CEDECAS (Centro Defesa da Criança e Adolescente) de Interlagos, Sapopemba e de Limeira, CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e planejamento), FLACSO (Faculdade Latino Americana de ciências Sociais) e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) reuniu-se para debater sobre essa população no Brasil, crianças e adolescentes com familiares encarcerados, e estabeleceu articulação com o NNAPes (Plataforma Regional para a Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente com Parentes Adultos, privadas de liberdade e intitulou-se CAFEs (Crianças e adolescentes com Familiares encarcerados). Entre as ações, decidiu-se pela necessidade de um Seminário Nacional, que foi realizado nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro. O seminário buscou ampliar a reflexão sobre a vida das pessoas encarceradas e de seus familiares. Entre os pontos levantados estavam a falta de infraestrutura nas prisões para receber visitas, os reflexos sobre a saúde, emoção e amparo financeiro dos parentes. Muitos familiares relataram suas experiências, em especial dos adolescentes e crianças que tem laços com as pessoas presas, seja no âmbito material e/ou emocional, com um enfoque principal na análise do descaso dos direitos da população carcerária junto a seus filhos. Entre os pontos levantados estavam a falta de infraestrutura nas prisões para receber visitas, os reflexos sobre a saúde, emoção e amparo financeiro dos parentes.

iniciação científica numa abordagem de adolescentes em conflito com a lei, ocasião em que busquei várias ONGS que atendiam adolescentes em medida socioeducativa, alguns deles egressos da Fundação Casa, mas em Campinas não obtive êxito para entrar em campo, pois existe um “cuidado” grande com os meninos, com receio do que possam falar e contar para uma pesquisadora, e em nome dessa proteção, muitas portas se fecharam, até que em Vinhedo, consegui fazer a pesquisa empírica, no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), onde eu comparecia uma vez por semana e observava os adolescentes que eram atendidos. Foi minha primeira experiência em campo e gostei bastante. No final de 2018, me foi dada a oportunidade de colaborar com a I Semana Acadêmica³, atividade realizada com alguns presos do CPP Hortolândia-Campinas - Centro Progressão Penitenciária Ataliba Nogueira, quando ocorreram várias oficinas, debates e palestras, com a participação dos detentos.

Essa linha de atividades que se iniciou com um seminário com familiares de presos, seguido de uma experiência em campo, com adolescentes em conflito com a lei e, após, uma semana acadêmica dentro da penitenciária masculina, tem um encadeamento para mim.

Percebo que houve um deslocamento dos sujeitos e também um deslocamento do meu interesse na pesquisa. Uma primeira abordagem que fiz na iniciação científica, observei adolescentes considerados infratores, por terem cometido atos considerados infrações penais. Um tempo antes, ao participar de um seminário, observei esses adolescentes em outro espaço, ao ocupar o lugar de familiares de presos, como filhos, irmãos, sobrinhos. Num terceiro momento, ao participar de uma semana acadêmica numa unidade prisional, observei os presos dentro de um complexo penitenciário.

Esse preso com quem tive contato na penitenciária, pode ter sido antes o adolescente infrator ou não, e quando atingiu a maioridade foi para a penitenciária. Esse preso pode ser pai ou familiar de um adolescente infrator ou não, ou pode ter tido na sua adolescência um parente preso, mas o que é evidente, na maior parte dos casos, é que esse preso tem a família fora da prisão, sejam filhos, pais, mães e esposas e daí eu me coloquei a observar como ele se relaciona com essa família que está fora da unidade prisional. Se num Seminário, eu aprendi um pouco sobre os filhos de quem está preso, seus agenciamentos, angústias, demandas, após, eu passei a observar o sujeito que está preso e como ele faz a conexão com quem está fora.

³ Convite feito pela Profa. Taniele Rui

Na semana acadêmica na penitenciária, aconteceram várias palestras, filmes, oficinas de grafiteagem e de poesia. Após a maior parte das atividades ocorrerem debates e o que me marcou muito foi que a figura feminina sempre era lembrada, falada e muitas vezes, enaltecida por eles. Falavam dos filhos e amigos também, mas a esposa, a mãe e a namorada eram muito comentadas e me chamou atenção a centralidade e importância dessa mulher na vida desses homens.

Os anos 2016 e 2017 foram divisores de água. Em 2016, as pesquisas em campo e a tentativa de compreender as tramas e enredos da história das pessoas fizeram mais sentido. Não existem vidas lineares e garantidas. Estamos o tempo todo envolvidos numa teia, com uma variedade de atores. Talvez a única garantia seja a própria mudança ou a mudança seja a única certeza.

O mundo do Direito foi ficando cada vez mais distante, apesar de reconhecê-lo como importante, inclusive na sua instrumentalidade e utilidade em nos manter com o mínimo de instituições em funcionamento; principalmente nos últimos dez anos, que enfrentamos uma tentativa de descrédito e desmonte das instituições, da negação do reconhecimento da diversidade de credos, pensamentos, maneiras de enxergar a vida, com retorno ao autoritarismo e uma tentativa de redução a um maniqueísmo, do que seja correto ou não, sem qualquer reflexão; e apesar de entende-lo necessário, as leis, processos, efetividade, a normatividade em si, continuam na maior parte do tempo, áridos e distantes da vida como ela é de fato. E assim, me aproximei mais das ciências humanas e sociais, e com uma experiência de escuta de depoimentos pequena, mas nem por isso superficial, com adolescentes e familiares de encarcerados, e posteriormente, com homens presos que se referiam constantemente a seus familiares e em especial às suas mulheres; mães e esposas; comecei a procurar a literatura sobre essas mulheres e seus afetos, em especial, as teses, livros, artigos e dissertações para elaborar um projeto para a seleção de mestrado e ao mesmo tempo, me aproximei de algumas mulheres que visitavam os presos no complexo penitenciário de Hortolândia, na tentativa de fazer um reconhecimento do espaço físico, especialmente os lugares onde as mulheres esperam pelo horário de visitas, como os portões do presídio, as pensões, bares e praças. Essa primeira incursão foi importante, para que anos mais tarde com a autorização da pesquisa pelo Comitê de Ética e Pesquisa, eu pudesse me aproximar dos locais e pessoas com as quais deveria interagir, não mais de forma crua, mas com uma certa familiaridade.

Nesse primeiro contato, e após também, quando a pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética, tive o apoio de uma amiga que trabalhava dentro da penitenciária, que me

ajudou na aproximação das mulheres que tem vínculos com presos, ao me apresentar e tranquilizá-las sobre a presença de uma estranha naquele local numa sexta à noite e aos sábados e domingos. Afinal, o que uma mulher que não vai de calça *legging*,⁴ que não tem jumbo⁵ para entregar, que não se hospeda no pensionato e que elas nunca viram lá, que fala em “pesquisa de campo”, porque quer escrever sobre elas, afinal que criatura é essa? Será que é isso mesmo? Será que essa mulher não foi até lá para “sondar” alguma coisa? Assim, como em várias pesquisas de campo, sempre é bem-vinda uma facilitadora para ajudar a abrir as portas, aliás, na maior parte das vezes, nós nem conseguiríamos nos aproximar, se não houvesse uma mediação, que no meu caso, foi feita por essa amiga. E assim eu fiz um pré-campo por três meses, de março a maio de 2019, depois de ser checada pela guia⁶ do grupo, que no primeiro dia, mal conversou comigo e nem me olhava. Consegui conversar com algumas mulheres, mas a guia me ignorou, tentei falar com ela, até que desisti. Lembrei-me da narrativa de Geertz (1978), na aldeia balinesa, ao expor o sentimento da indiferença dos interlocutores, “mas os aldeões nos trataram como parece que só os balineses tratam as pessoas que não fazem parte de sua vida e que, no entanto, os assediam: como se não estivéssemos lá” (1978, p. 278) Nesse primeiro dia, quando fui embora, me despedi de todas e fui até a guia me despedir também, que apesar de não tirar os olhos do celular me disse: “Está bem, amanhã você pode vir, começa às seis da manhã”. Animei-me com sua fala. Pensei que algumas vezes o pesquisador se depara com resistência e desprezo dos interlocutores, situação que pode se modificar, ou não. “A indiferença, sem dúvida, era estudada; os aldeões vigiavam cada movimento que fazíamos, mas eles agiam como se nós simplesmente não existíssemos....de fato nós não existíamos, ou ainda não existíamos” (GEERTZ, 1978, p. 279). Como a guia esteve o tempo todo com o celular na mão, e como a escolha de guia não é uma escolha aleatória, muitas vezes passa pelo aval do marido preso, é uma função importante, na coordenação de filas e esclarecimentos sobre os mais diversos

⁴ A guia se mostrou resistente com minha presença no primeiro dia e um dos poucos comentários que fez foi sobre minha roupa. Eu vestia uma calça jeans e uma camiseta básica, solta e ela me falou: com essa roupa você não chega nem no portão. Ela ainda achava que eu entraria na penitenciária e eu expliquei que não entraria, que a pesquisa e conversa era somente com as mulheres.

⁵ Jumbo é composto de alimentos, geralmente secos, produtos de limpeza e higiene que as mulheres levam para os presos.

⁶ A guia da viagem é função ocupada por uma mulher, que tem por responsabilidade organizar as filas de entrada das visitas nos estabelecimentos penais que, em regra, é por ordem de chegada. A ela cabe também organizar as viagens, cuidar dos jumbos, orientar a roupa que pode usar, objetos e alimentos permitidos. A função de guia deve ser aceita tanto pela mulher quanto precisa passar pelo consentimento de seu marido e ela é uma referência para os presos que querem saber o andamento das viagens. As guias devem estar presentes todos os finais de semana, independentemente se ela vai visitar o marido ou não. Ela é necessária para coordenar a fila, as visitas e atender as mulheres no que for necessário em suas dúvidas, acomodações. (Ferraz de Lima, 2015, p. 37,38)

assuntos, porque qualquer desavença e briga que ocorra fora entre as mulheres, vai para dentro do presídio e pode causar conflito entre os presos, por tudo isso, acredito que ela tenha mandado mensagem pelo celular ao marido e ele tenha autorizado a minha presença ali com elas nos dias que viriam. Com essa comunicação entre eles e a necessidade de pedir autorização para que uma estranha fosse autorizada a permanecer ali e voltar outros dias, percebe-se a relação de poder que circula.

O poder de dentro da penitenciária, que é pautado em regras e práticas estabelecidas entre os presos, se estende para as mulheres. Diante disso, é perceptível a estrutura de poder dentro da unidade prisional reverberar suas regras e normas numa dinâmica de poder fora. Quando o preso dentro da unidade prisional autoriza a companheira, que é a guia, a autorizar uma terceira pessoa a fazer pesquisa entre as mulheres, a ficar entre elas por algumas horas e colher depoimentos, quando ele dá o aval a ela e ela por sua vez, dá a permissão, o poder de dentro reverbera no poder de fora, poder que por sua vez, circula entre as mulheres. Esse poder pode ser considerado como um poder espelhado, expandido ou irradiado para fora.

A pesquisa que me proponho é sobre as mulheres, que tem vínculos com presos; como as mães, namoradas e as esposas. Alguns pontos me desafiam à algumas reflexões, como as conexões que elas possibilitam ao preso criar com o mundo além da unidade prisional, pensar sobre a importância e intensidade dessas ligações em que elas são a ponte e por meio delas, ou pela mediação delas, o preso consegue manter sua sociabilidade, fazer uma (re) ligação com o mundo além da unidade prisional e não ser esquecido.

O debate sobre as mulheres que tem vínculos com homens presos, apesar de muitas vezes evidenciar a vulnerabilidade na questão gênero, traz também uma mulher que toma as rédeas de sua vida e da família. Quando estudo a mulher que tem ligações com presos, estou me referindo às mulheres que tem vínculos emocionais com os presos, em especial ao grupo constituído pelas esposas, mães, namoradas, e o fato desse homem estar preso afeta imensamente a vida dessa mulher. Assim, quando me refiro à “mulher” de preso, me refiro ao grupo social denominado mulheres, sejam esposas, mães e namoradas e quando pretender me referir a uma mulher que ocupa um papel social específico na vida desse homem, evidenciarei se é mãe ou esposa/namorada. Necessário pontuar também que não serão apresentadas distinções entre as esposas e namoradas, pois geralmente ambas empreendem as mesmas providências e cuidados, somente com a observação de que a esposa, em regra, tem uma união mais antiga e a namorada, muitas vezes, oficializa o casamento durante os anos em que o homem está preso, mas, em geral, ambas têm filhos da relação com os presos.

Entendo necessário investigar a vida delas, trazer os elementos do seu dia a dia, seu olhar frente a tudo, mas entendo que apesar de ser “ator” principal nesse trabalho, o tempo todo ela está ligada a outro ator, também importante, o preso. Não tem como dissociá-los. E por conta disso e também por isso, a análise por vezes compõe os dois, estão interligados. O estudo se dá por ela ser mãe, esposa ou namorada do homem que está preso e como isso reverbera em todos os aspectos de sua vida, como a prisão reflete em sua vida o tempo todo e como, na contramão disso, ela estar fora das grades e ter vínculo com esse homem, reverbera na vida dele lá dentro, numa implicação constante entre eles e suas vidas.

Todo esse movimento que elas fazem em suas próprias vidas para manter seus relacionamentos, me desafia a pensar; e até para que a relação se mantenha, para que esse homem continue a fazer parte de sua vida; em todos os mecanismos de ação que são adotados por ela, para socializá-lo e para que ele seja lembrado.

Isso se materializa não somente em mero atendimento das necessidades materiais e emocionais como cartas, alimentos, visitas, mas também, no resultado que suas ações, mobilizações e narrativas causam na vida desses presos. Ações e mobilizações que refletem dentro dos presídios sobre o que acontece fora e que de alguma forma, modificam o dia a dia para eles e ações e narrativas do que acontece dentro das unidades prisionais e que elas levam para as ruas, e que por vezes se instrumentalizam em denúncias, reivindicações e mobilizações e também resultam em material para as pesquisas como essa a que me proponho.

Quando me refiro à vida “dentro” do presídio e “fora” do presídio, existe a necessidade de um apontamento, porque essa definição “fora” e “dentro” não é tão simples assim. As mulheres estão fora, e o estar “fora” permite a elas ter um maior controle de suas vidas, ter um leque maior de oportunidades e escolhas do que fazer, quando e de que forma, ao contrário dos presos, que tem a vida plenamente tutelada por se encontrar numa “instituição total”, regulada em horários, do que pode ser feito, como tomar sol, do perímetro que podem ir e vir (celas, raios, pátios) (GOFFMAN, 2004), numa heteronomia plena, enfim, as vidas de ambos apresentam cotidianos com molduras diferentes ou amplitudes diferentes. No entanto, ao pensar que essa mulher permite a socialização do preso, quando se mantém na relação com ele, preciso pensar que ela também é socializada nos termos de conduta desenhados pela instituição e pelas regras da facção criminosa que predomina na instituição, principalmente quando ela adentra o espaço prisional. Quando os dois espaços e os dois sujeitos se encontram, o de dentro e o de fora do presídio, esse partilhar é para ambos e mesmo quando cada um retoma o seu cotidiano, os reflexos continuam na vida de ambos.

O familiar de preso, apesar de estar fora dos muros da unidade prisional e ter mais flexibilidade de escolha, também vive num sistema de regras e normas excludentes e segregadoras. A mulher faz a visita ao homem, mas o tempo é regrado, todos os passos dela e dele são vigiados durante a visita, o que ela leva para ele comer e beber é regulado e revistado, ela é revistada, o jumbo é revistado, ela pode levar determinados alimentos e outros não, além disso, nem tudo que ela desejaria levar numa visita ela tem possibilidade econômica para tanto. A prisão e todas as ações e redes ligadas à prisão estão reguladas e embasadas numa estrutura maior de poder. Existem modulações de liberdade e opressão que vão reverberar antes, durante e após as visitas.

O debate ao tratar do tema mulheres que se relacionam com presos, aponta a vulnerabilidade de gênero, com responsabilização das mulheres pelos encargos que assumem, ao cuidar sozinha dos filhos, driblar despesas, visitar o homem aos finais de semana e serem vigiadas, pois como elas mesmas dizem “mulher de preso nunca está sozinha” (LAGO, 2017). São também reconhecidas no comércio local das cidades onde se localizam as unidades prisionais, pelas suas roupas e maneira de se portar e são apontadas por comerciantes, que apesar de enxergarem nelas consumidoras de muitos produtos, como um grupo de *outsiders* não somente por terem contato próximo aos presos, mas por também serem consideradas propensas a cometer crimes, barulhentas e protagonistas de encrencas (SILVESTRE, 2011).

Apesar de uma gama de dificuldades, o protagonismo e o agenciamento na vida das mulheres está presente, quando manejam várias situações entre elas mesmas ou com outros atores, sejam os presos, as unidades prisionais, e alguns órgãos que tratam direta ou indiretamente do tema prisão. Vários presos são ligados ao PCC e são chamados de irmãos, e suas mulheres são chamadas de cunhadas. Também são chamadas de cunhadas as mulheres dos companheiros, que não tem ligações diretas e não respondem diretamente ao PCC, mas são seus simpatizantes (FERRAZ DE LIMA, 2015)

O debate (SILVESTRE, 2011; DUARTE, 2013; FERRAZ DE LIMA, 2015; LAGO, 2017) também mostra o amparo material e emocional que dão aos presos, as dificuldades que passam, os conflitos existentes entre elas, com as unidades prisionais e mesmo com os parceiros.

É também acentuada nas etnografias a carga expressiva de responsabilidades que pesa sobre elas, e esses elementos são registrados detalhadamente: as horas de viagem, as noites mal dormidas para chegarem às cidades onde estão os presos, a dúvida sobre deixar os filhos com alguém ou trazê-los para visitar o pai, e também o fato de afirmarem que a presença da

família é muito importante nos dias de visita (FERRAZ DE LIMA, 2015). Fica marcado que as mulheres passam por dificuldades de vários tipos, e nem por isso têm subtraída a capacidade de manejar as situações, ao participar de permutas que se estabelecem muito além das prisões, com fluxos de bens e trocas que se dão com o extramuros, como alimentos, as fotografias e cartas (DUARTE, 2013; GODOI, 2015; COMFORT, 2007). Percebe-se que a responsabilização e cuidados atribuídos às esposas e mães estão em chaves diferentes, pois à mãe se estende uma força simbólica e autoridade moral (VIANNA; FARIAS, 2015) que não se estende à esposa. Existe uma força simbólica que é ser mãe, principalmente quando essa mãe tem o filho morto pela polícia e essa força simbólica tem origem ao fato de ser “mãe”. Nessa perspectiva, Vianna e Farias (2015) trazem a responsabilização moral da “mãe”, o que entendo, é extensivo às mães de presos e também merece reflexão.

Assim, frente a essa problemática, as seguintes questões são suscitadas:

Questões:

1)- Como ocorre a interconexão entre o espaço da unidade prisional e o espaço pré-visitado e quais as estratégias aplicadas?

2)- Quais estigmas e constrangimentos a mulher se submete para cuidar dos afetos presos, num viés em relação à questão gênero e marcadores sociais?

3)- Em que chaves se localizam/diferenciam a responsabilização materna e a da esposa?

4)- No momento da visita, por meio de quais elementos a mulher mantém o vínculo com o preso, permitindo sua socialização com a vida fora do cárcere?

5)- De que maneira as mulheres se organizam e interagem em manifestações e protestos com objetivo de denunciar, reivindicar e atenuar a mazela prisional?

Frente a tais questões os objetivos que se pretendem alcançar:

Objetivo Geral e Específico:

No objetivo geral, analisar as relações que as mulheres têm com seus familiares que estão em unidades prisionais e apontar os múltiplos aspectos dessas relações no que concerne às estratégias de fortalecimento dos seus vínculos, e para tanto, realiza-se uma abordagem qualitativa, numa interface interdisciplinar da antropologia, geografia, sociologia, psicologia e direito,

Especificamente, busca-se:

1- Analisar o espaço da pré-visita que circunda a unidade prisional e de que forma esse espaço modifica ou reforça os vínculos;

2- Analisar a quais arranjos e estratégias a mulher tem que se enquadrar, conforme as regras dentro da instituição e fora da instituição, quando o ato de cuidar é visto como eminentemente feminino e deve ser considerado como atravessado por traços sociais, como raça, escolaridade, local de moradia, com chaves diversas à responsabilização atribuída à esposa e à mãe;

3- Analisar o conjunto de elementos que compõem a manutenção desses vínculos e os processos de trocas que mantêm o vínculo entre eles;

4- Analisar como o cotidiano da mulher é permeado por mobilizações, redes, reivindicações, utilizando-se de linguagem, performances e protestos no sentido de modificar, denunciar, reivindicar e melhorar a manutenção de vínculo com o preso.

Metodologia:

Para atingir os objetivos, a metodologia empregada é qualitativa e emprega os procedimentos de revisão de literatura, a qual vem apoiar o procedimento de pesquisa de campo, no qual se fez associação entre entrevista em profundidade e diário de campo ao redor do complexo penitenciário de Campinas-Hortolândia. A revisão de literatura, que abrangeu livros, artigos, teses e dissertações, numa síntese dos estudos publicados sobre o tema e na apresentação de seu estado atual.

A pesquisa em campo foi feita por meio de observação direta e entrevistas em profundidade semiestruturadas, norteadas por variáveis que eu queria alcançar e ocorreram no período de 04 de novembro de 2021 a 05 de março de 2022 e também na saída temporária de presos, no dia das mães, em maio de 2022. Foram entrevistadas 10 (dez) mulheres, entre mães, namoradas e esposas, com perguntas direcionadas inicialmente como: quem

visitavam, havia quanto tempo que visitavam, onde moravam, se tinham filhos, se outras pessoas da casa visitavam com elas, como manejavam os jumbos e refeições, qual trabalho exerciam e, após essa introdução, as conversas se davam de maneira solta e as interlocutoras narravam, em sua maioria, as diversas experiências que passavam por ter o vínculo com o homem preso. As conversas não foram gravadas. Tanto as entrevistas quanto a observação direta, após os finais de semana, eu transcrevia na íntegra, no prazo máximo de 48 horas, para tentar manter o mais próximo do que havia colhido e percebido em campo. No capítulo 4, adiciona-se também o manifesto ocorrido no dia 3 de fevereiro de 2022, em frente à SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) em São Paulo, no qual também fiz observação direta, devido a uma transescalaridade de espaços ou espaço ampliado de observação, pelo fato das mulheres visitantes em Hortolândia, num contexto de luta, terem se deslocado para São Paulo. A pesquisa passou pela aprovação do Comitê de Ética da Unicamp, CAAE (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética) número 44372221.4.0000.5404, que está no final da dissertação.

Vapor barato
Um mero serviçal
Do narcotráfico
Foi encontrado na ruína
De uma escola em construção
Aqui tudo parece
Que era ainda construção
E já é ruína
Tudo é menino, menina
No olho da rua
O asfalto, a ponte, o viaduto
Ganindo prá lua
Nada continua
E o cano da pistola
Que as crianças mordem
Reflete todas as cores
Da paisagem da cidade
Que é muito mais bonita
E muito mais intensa
Do que no cartão postal
Alguma coisa
Está fora da ordem
Fora da nova ordem
Mundial
Alguma coisa
Está fora da ordem
Fora da nova ordem
Mundial
(....)
Te encontro em Sampa
De onde mal se vê
Quem sobe ou desce a rampa
Alguma coisa em nossa transa
É quase luz forte demais
Parece pôr tudo à prova
Parece fogo, parece
Parece paz, parece paz
Pletora de alegria
Um show de Jorge Benjor
Dentro de nós
É muito, é grande
É total
Meu canto esconde-se
Como um bando de Ianomâmis
Na floresta
Na minha testa caem
Vem colocar-se plumas
De um velho cocar...Eu não espero pelo dia
Em que todos
Os homens concordem
Apenas sei de diversas
Harmonias bonitas
Possíveis sem juízo final...(Fora da Ordem- Caetano Veloso)

CAPÍTULO 1

O CÁRCERE NO BRASIL

1.1 A pulverização das unidades prisionais .

Qual trabalho e/ou educação faz a reinserção?

No Brasil há por volta de 720 mil presos⁷, sendo que aproximadamente 95% (noventa e cinco por cento) da população carcerária é masculina. No estado de São Paulo, há 197.441 presos, que estão espalhados por diversas unidades prisionais, em várias cidades. São Paulo é o estado que ocupa o maior número de presos do país e eles são muito jovens. Os que tem idade entre 18 e 24 anos de idade correspondem a 18,82 %, entre 25 a 29 anos são 22,13 % e os que tem entre 30 a 34 anos são 20,5%. Isso significa que quase 62% da população carcerária masculina em São Paulo tem entre 18 e 34 anos de idade⁸.

A construção de várias unidades prisionais não é tão recente. Já na década de 1900, muitas cadeias públicas foram construídas em cidades interioranas e, nos anos de 1950, foi inaugurada a Casa de Detenção no Carandiru e criados diversos Institutos Penais e algumas penitenciárias pelo interior. Principalmente entre os anos de 1950 e 1970, foram criados no interior os institutos penais agrícolas, e um dos motivos elencados era pelo fato do interior, por sua paisagem bucólica e suas qualidades rurais, ser visto como capaz de afastar os

⁷ Entre janeiro e junho de 2020, o site do Departamento Penitenciário Nacional⁷ no quadro “informações gerais”, mostra que o número de pessoas sob tutela dos sistemas penitenciários é de 717.322, sendo que desse total, 685.898 são homens. São números que mudam sempre, pelo encarceramento e desencarceramento ser constante, no entanto, se estão presas no país mais de 700 mil pessoas, um número estarrecedor principalmente pelas condições das unidades prisionais, encontros e seminários são realizados na busca de reflexão sobre tema tão delicado, como o Seminário Nacional realizado em São Paulo, já mencionado no item 2 do rodapé, na página 15.

⁸ Dados disponíveis em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>> acessados no dia 30 de agosto de 2022.

condenados dos vícios das grandes cidades e prepará-los mais adequadamente para o retorno à vida em sociedade.

A partir da década de 1990 e começo dos anos 2000, houve um alastramento de unidades prisionais de regime fechado pelo interior, não mais na busca de papéis terapêuticos e introdução dos presos numa dinâmica mais pacata, mas num processo de complementariedade entre interior e urbanidade metropolitana, concomitante a um cenário de aumento do populismo penal, encarceramento em massa relacionado com a política de guerra às drogas e tolerância zero aos crimes e delinquentes. Nessas décadas, a governabilidade neoliberal passa a ter mais peso, com a abertura de mercado, trabalho precarizado, alta do desemprego, principalmente no interior, que apresentava uma movimentação econômica menor (GODOI, 2015).

Além desses fatores, dois acontecimentos de grande importância aceleraram o processo de interiorização: o massacre do Carandiru e a criação do PCC (GODOI, 2015). A criação do PCC teve como um dos objetivos evitar que os presos se agredissem e se matassem. A data e circunstâncias precisas do nascimento do PCC tem várias versões.

Há relatos de que o PCC foi criado em 1989 na Casa de Detenção, outros relatos apontam o ano de 1991, em Araraquara, a partir de grupos prisionais em uma partida de futebol. A versão que mais ganhou força foi a de que o PCC nasceu em 1993 em um jogo de futebol, entre o Comando Caipira e o Primeiro Comando da Capital, na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté. A partir da briga entre as equipes, que resultou na morte de dois presos do Comando Caipira, e na tentativa de evitar que os presos continuassem a se agredir, foi redigido um estatuto com objetivo de organização e união entre eles, por estarem na mesma situação, e também na reivindicação contra as agressões que diziam sofrer na unidade prisional e na busca de tratamento digno (BIONDI, 2009, p. 48-49).

Já o massacre do Carandiru ocorreu em 1992, na Casa de Detenção de São Paulo, devido à intervenção da polícia militar, que atuou para conter um tumulto em um dos pavilhões, o que culminou com a morte de 111 presos. Na época, havia uma população de 6.000 presos, mas a capacidade era de 3.250 (SALLA, 2007, p. 77-78). Houve ampla repercussão internacional e o país respondeu diante da Corte Interamericana da OEA (Organização dos Estados Americanos). A desativação da Casa de Detenção ocorreu em 2002, dez anos após o massacre, dando lugar ao parque da Juventude.

O Complexo Penitenciário Campinas –Hortolândia recebeu a maior parte dos 6 mil presos da antiga Casa de Detenção de São Paulo, e por isso, ganhou o apelido de "Carandiru Caipira"⁹.

Importante ter uma visão do macro, porque o micro, como o complexo penitenciário de Hortolândia, como unidade prisional que faz parte desse sistema macronacional, apresenta semelhanças com os demais micros, ou demais unidades prisionais. Independentemente do estado da Federação em que se encontrem, as filas de espera para as visitas aos presos, o entorno das penitenciárias, os espaços pré-visita são muito semelhantes em todas as unidades prisionais do país.

O complexo de Campinas- Hortolândia tem capacidade para 6.404 presos, mas conta com 9.037¹⁰, não restando dúvida sobre a superlotação existente, com 41% a mais da capacidade. Mas o que é ser/estar preso? Preso é aquele que é condenado à prisão ou privado da liberdade; aprisionado; cativo; enclausurado; encerrado em local fechado ou impedido de se locomover livremente; que não tem liberdade de ação; pessoa que está presa, sob custódia; prisioneiro, todas definições extraídas do dicionário¹¹. De acordo com a Constituição Federal, nos incisos III e XLIX do artigo 5º, o preso deve ter assegurada a integridade física e moral, não podendo ser submetido a tratamento desumano e degradante. O artigo 40 da Lei de Execução Penal vem corroborar essa garantia de respeito à integridade física e moral, independentemente se forem presos já condenados ou provisórios. A lei não almeja somente a punição do preso, mas ela própria menciona que um dos objetivos é que o preso tenha condições de ser reinserido na sociedade, que haja uma readaptação ao meio social, num

⁹ Dados disponíveis em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Complexo_Penitenci%C3%A1rio_Campinas-Hortol%C3%A2ndia> acessados no dia 30 de agosto de 2022. Observa-se que Carandiru Caipira é um apelido ao Complexo Penitenciário Hortolândia Campinas, e não um nome oficial. Essa nomeação é feita pelos próprios agentes de segurança, como pode ser observado nas notícias veiculadas pelo Sindicato dos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária do Estado de SP. Dados disponíveis em: <https://sindespe.org.br/portal/carandiru-caipira-funciona-250-acima-da-capacidade-complexo-hortolandia-campinas/>, acesso em 29 de junho de 2023.

¹⁰ Penitenciária II e III de Hortolândia (P2 e P3). P2 tem capacidade para 855, mas constam 1228 e na P3, 700 presos, mas tem 982. A CPP (Centro Progressão Penitenciária) de Campinas com capacidade para 2058, tem 2372. Na CPP Hortolândia, a capacidade é para 1125, mas tem 1977. No CDP (Centro Detenção Provisória) de Campinas, capacidade para 822, mas encarcera 1232. No CDP Hortolândia capacidade para 844, mas encarcera 1246. Assim, a capacidade total seria de 6404 presos, mas tem o total de 9037, logo está com um número 41% a mais da capacidade. Esses dados foram obtidos da Secretaria da Administração Penitenciária: <<http://www.sap.sp.gov.br/>> acessada no dia 10 de outubro de 2022, com observação que os dados foram atualizados até dia 02 de julho/22, devido às eleições estaduais.

¹¹ Extraído do dicionário Caldas Aulete. Disponível em: <<https://www.aulete.com.br/preso>>, acessado em 13 de março de 2023.

elenco de vários direitos. Mas esse rol de direitos que se misturam e se repetem transbordam somente numa seara normativa e não passam, na maior parte das vezes, de leis com eficácia jurídica, que em tese é a qualidade do que pode ser exigido juridicamente, mas com pouca ou nenhuma concretude.

Poucos são os presos que trabalham, poucos os que têm acesso ao estudo, apesar de serem direitos previstos. Em 2019, num total de 748 mil presos no Brasil, apenas 144 mil exerciam atividades laborativas, o que corresponde a 19,28%. Em 2018, num total aproximado de 725 mil presos, 138 mil trabalhavam, ou seja, 19,14 %. No estado de São Paulo, em dezembro de 2015, havia 233 mil presos, com apenas 34730 presos trabalhando, o que correspondia a 14,90 %. Em dezembro de 2017, havia quase 226 mil presos, com 56 mil em atividade laboral, o que correspondia a 25%¹². Em relação aos presos que estudam, no sistema prisional brasileiro, em 2017 eram 13,13%, em 2018 eram 13,17% e em 2019 correspondiam a 16,56%. No sistema prisional paulista, em dezembro de 2017 eram 11,22%, em dezembro de 2018, 11,66% e em dezembro de 2019, correspondiam a 13,40%¹³. Os

¹² Ministério da Justiça e Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional Coordenação de Apoio ao Trabalho e Renda do DEPEN. Esses dados foram tratados com o fito de indicar a evolução dos índices de pessoas presas envolvidas em atividades laborais nos sistemas prisionais estaduais, bem como de reafirmar as metas estratégicas de atuação da Coordenação de Trabalho e Renda do DEPEN para a qualificação da política de trabalho e renda no sistema prisional. Ministério da Justiça e Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional Coordenação de Apoio ao Trabalho e Renda do DEPEN NOTA TÉCNICA Nº 79/2020/COATR/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08016.010084/2020-84 INTERESSADO: COATR, CGCAP, DIRPP, GAB-DEPEN Disponível em: < <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/populacao-carceraria/presos-em-atividades-laborais>>, acesso em 17 de abril de 2023.

¹³ Ministério da Justiça e Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional Coordenação de Educação, Cultura e Esporte do DEPEN Nota Técnica n.º 14/2020/COECE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ Processo: 08016.008915/2020-58 Interessado: Coordenação de Educação, Cultura e Esporte 1. Trata-se de nota técnica com o fito de indicar a evolução dos índices de pessoas presas envolvidas em atividades educacionais nos sistemas prisionais estaduais e sistema penitenciário federal, bem como de reafirmar as metas estratégicas de atuação da Coordenação de Educação, Cultura e Esporte do Depen para a qualificação da política de educação no sistema prisional. Disponível em <<https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/populacao-carceraria/presos-estudantes/presos-estudantes.pdf/view>>, acesso em 17 de abril de 2023.

É possível a remição da pena pela leitura também. Esse direito foi regulamentado pela resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 391/2021, cujo artigo 5º garante àqueles (as) privados(as) de liberdade a remição da pena quando comprovarem a leitura de qualquer obra literária, independentemente de participação em projetos ou de lista prévia de títulos autorizados. Nos incisos do artigo 5º dessa resolução estão dispostos: “I – a atividade de leitura terá caráter voluntário e será realizada com as obras literárias constantes no acervo bibliográfico da biblioteca da unidade de privação de liberdade; II – o acervo bibliográfico poderá ser renovado por meio de doações de visitantes ou organizações da sociedade civil, sendo vedada toda e qualquer censura a obras literárias, religiosas, filosóficas ou científicas, nos termos dos art. 5º, IX, e 220, § 2º, da Constituição Federal; III – o acesso ao acervo da biblioteca da unidade de privação de liberdade será assegurado a todas as pessoas presas ou internadas cautelarmente e àqueles em cumprimento de pena ou de medida de segurança, independentemente do regime de privação de liberdade ou regime disciplinar em que se encontrem; IV – para fins de remição de pena pela leitura, a pessoa em privação de liberdade registrará o empréstimo de obra literária do acervo da biblioteca da unidade, momento a partir do qual terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para realizar a leitura, devendo apresentar, em até 10 (dez) dias após esse período, um relatório de leitura a respeito da obra, conforme roteiro a ser fornecido pelo Juízo competente ou Comissão de Validação; V – para cada obra lida corresponderá a remição de 4 (quatro) dias de pena, limitando-se, no prazo de 12 (doze) meses, a até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas e

números mostram o descompasso do número de presos e o percentual dos que têm acesso ao trabalho e ao estudo. Para os presos que trabalham a LEP (Lei de Execução Penal) estabelece que o preso deve receber no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do salário-mínimo, e para cada três dias de trabalho há a remição de um dia da pena. As empresas que os contratam para exercer serviços não pagam mais que esse valor mesmo, além de estarem desincumbidas de pagar os direitos trabalhistas previstos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), pois o trabalho do preso não se submete às suas regras.

Os presos também trabalham dentro das unidades prisionais em enfermarias, na cozinha, na limpeza, enfim, para o funcionamento da estrutura prisional, e nesses casos têm direito à remição de pena também, na proporção de um dia de pena para cada três dias de trabalho. Mas as vagas de trabalho são escassas, pelo que pode ser observado nos números e, quando uma empresa abre a possibilidade de contratação, o número de interessados é muito maior do que as vagas. Essa realidade é narrada pelas mulheres e pode ser observada também em documentários que tratam do tema, onde são ouvidos inclusive promotores de Justiça, Juízes e diretores de penitenciárias¹⁴. Evidencia-se o documentário a título de curiosidade, pois nele os próprios agentes e servidores do Estado apontam a ineficácia do Poder Público em ressocializar por meio de qualificação profissional por ser medida quase inexistente, além de mostrarem também a incapacidade em manter a integridade física do preso e outras situações de rechaço.

Quando o preso trabalha dentro da unidade prisional, a fim de manter a logística de funcionamento do presídio, ele está auxiliando na própria engrenagem do sistema penitenciário e acaba por auxiliar na estrutura precária de manutenção do encarceramento e o Estado se utiliza disso, sendo totalmente ineficiente em oferecer vagas de trabalho para todos, como deveria ser. O sistema prisional, na maneira como foi pensado, ao menos no mundo normativo, deveria se responsabilizar pelo seu funcionamento interno, na sua manutenção, em limpeza, preparo de refeições, assistência médica, e não delegar esses serviços aos presos. Aos presos deveriam ser oferecidos cursos profissionalizantes que os capacitassem a ter um trabalho quando deixassem a prisão, mas isso raramente ocorre. Há

assegurando-se a possibilidade de remir até 48 (quarenta e oito) dias a cada período de 12 (doze) meses. § 1o O Juízo competente instituirá Comissão de Validação, com atribuição de analisar o relatório de leitura, considerando-se, conforme o grau de letramento, alfabetização e escolarização da pessoa privada de liberdade, a estética textual (legibilidade e organização do relatório), a fidedignidade (autoria) e a clareza do texto (tema e assunto do livro lido)...” Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3918>, acesso em 23 de abril de 2023.

¹⁴ Série de TV. Brasil. 2020. 13 episódios 26’ – Box Prime Brazil (NET, Vivo TV, Oi TV) e Canal A&E, com trailer oficial, disponível em: <https://www.pandafilmes.com.br/portfolio/retratos-do-carcere/>, acesso em 13 de maio de 2023.

um número irrisório de cursos profissionalizantes e a possibilidade de reinserção do preso e sua ressocialização, significa dispositivo de lei que não passa do papel.

Outra fonte de apoio para que a reinserção seja possível é a manutenção de relações com quem convivia antes da prisão e a manutenção dos laços, ao menos parcialmente, para que persista uma sociabilidade, apesar de controlada. Se a disposição legal no que propõe garantir ao preso condições para quando deixar a unidade é inócua no que se refere ao estudo e trabalho, resta à família suplementar a negligência do Estado, inclusive nas necessidades materiais.

A sociabilidade parcial se dá pelas visitas. As visitas, em especial, as mães, namoradas e esposas antes de adentrarem a unidade prisional, ocupam o espaço que circunda a penitenciária e esse espaço estabelece ligações com o que acontece dentro da penitenciária, pois o cárcere não é um sistema fechado em si e a medida em que se processa a reintegração pela tutela do Estado, o preso mantém conexões com o espaço externo, que é um espaço intermediário, que vai viabilizar por suas formas e conteúdos, a visitação como maneira de manter vínculos que propiciam a sua reintegração social.

1.2 O espaço à luz da literatura.

Para compreender o espaço que circunda a unidade prisional e as conexões que são feitas entre espaço interno (unidade prisional) e espaço externo (entorno da unidade onde as visitas aguardam horário para entrar), o conceito de espaço, o conjunto de objetos que estão associados a um sistema de ações, os processos sociais cujas significações mudam a depender de como as relações evoluem a essa ideia de forma e conteúdo, é trazida a referência conceitual de Milton Santos (1988).

O lugar pode ser pensado como um conjunto de objetos, mas a localização é o conjunto das forças sociais que se exercem sobre determinado lugar, assim, cada lugar, apesar de apresentar os mesmos objetos, pode mudar de significação, devido às forças sociais que sobre ele atuam, e ter um mecanismo de circulação, distribuição e consumo no processo produtivo (SANTOS, 1988).

A análise do espaço demanda refletir sobre a imbricação da paisagem e dos processos sociais que atuam nessa paisagem: “como as formas geográficas contém frações do social, elas não são apenas formas, mas *formas-conteúdo*. Por isso, estão sempre mudando de

significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social” (SANTOS, 1988, p. 2).

No espaço estão inseridos vários elementos, como as pessoas, as firmas (produção de bens e serviços), instituições (normas, ordens e legitimações, cidadão), o meio ecológico (a base física do trabalho humano) e as infraestruturas (casas, plantações, caminhos), mas esses elementos devem estar atrelados ao fator “tempo”, numa temporalidade processual que se perfaz em movimentos contínuos, através dos conceitos “fixos” e “fluxos” e, por meio desses conceitos de “fixos” e “fluxos” o espaço apresenta-se com movimento contínuo e em constante transformação (SANTOS, 1979).

Além da constante transformação, os elementos devem ser analisados em relação uns com os outros, de tal maneira que sejam redutíveis e intercambiáveis uns aos outros, com o papel exercido por cada qual dentro do contexto como um todo, o que faz alterar sua significação e valor, daí que se trata de elementos submetidos à variações quantitativas e qualitativas, considerando o lugar em que se encontram e o momento da história (SANTOS, 1988).

A relação entre “fixos” e “fluxos” é relação dialética, pois uma série está sempre modificando a outra, e não se restringe à mera complementação, o que pode ser observado na tecnologia, como a forma e o lugar, que um fixo pode ser adaptado para atender a demanda da função de um fluxo, para redirecioná-lo com aumento de velocidade, assim também, a modificação de um fluxo permite ao fixo ritmo e circulação diferentes, o que reflete no rendimento do fixo também. Os fluxos estabelecem ligações com os fixos e colocam o sistema em movimento e em transformação constante (D’ASSUNÇÃO BARROS, 2020).

Pensar fluxos é pensar no movimento, nas ações humanas que ressignificam os fixos. São as ações que atuam como um elo de correntes, e possibilita pensar o espaço como “combinação de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1988).

Nessa perspectiva, o espaço é uma combinação de sistema de objetos e sistema de ações, no qual se observam objetos fluxos, como mercadorias e correspondências, fluxos que se convertem em fixos, como uma ordem para construção de um imóvel, fluxos de comunicação a partir de fixos receptor e emissor, fluxo de pessoas e mercadorias que se utilizam de fixos moventes, como carros, trens e ônibus (D’ASSUNÇÃO BARROS, 2020).

Pensar fluxos e fixos numa unidade prisional traz a ideia do que é levado pelas mulheres aos homens, nos recados e ordens que são enviados de fora para dentro e vice-versa, numa temporalidade produzida num movimento contínuo, num sistema de objetos e

ações que abarca uma grande parte dos objetos e ações encontradas no espaço que contorna o espaço prisional e por vezes, abrange pessoas, ordens e decisões muito além dessa espacialidade, numa transformação constante.

Pensar o espaço como “sistema de objetos” e “ sistema de ações” remete à atuação que o Poder Público tem nesse espaço, ou deveria ter, em especial em situações de ingerência estatal quando se trata de bens públicos na ocupação, modificação e construção do solo urbano realizada por proprietários dos meios de produção, por grupos sociais excluídos e pelo próprio Poder Público (CORRÊA, 2014). A atuação do Poder Público quando o tema que demanda decisão é o espaço público, mostra como alguns espaços são precarizados ou abandonados, sequer discutidos, com total descaso, a depender das pessoas que ocupam o espaço, como acontece quando se trata das famílias de presos, o que mostra como alguns corpos estão sujeitos a menor legitimidade, ou a nenhuma (BUTLER, 2019b), ou ainda, de como ser familiar de preso é carregar também o “estigma” da criminalidade ou da “potencial” criminalidade (GOFFMAN, 2004) e de como isso reverbera nas vidas e nos espaços ocupados por elas. Os “fluxos”, como ordens e decisões no sentido de adequar dignamente o espaço da pré-visita não são proferidos, não há política pública nesse sentido, mas caso houvesse, poderia modificar substancialmente os fixos, como a infraestrutura de acolhimento às famílias.

Ocupar a cidade significa mais que um acesso individual ou coletivo aos recursos que a cidade incorpora, mas diz respeito a um direito de reinventar a cidade conforme as necessidades coletivas num processo de urbanização, numa maneira de reconfiguração na busca de uma cidade mais justa e igualitária, em microrresistências que fazem uso cotidiano do espaço e contrariam o uso para o qual foi planejado (JACQUES, 2010; HARVEY, 2012)

Os achados em campo, no tópico seguinte, serão analisados a partir da literatura acima mencionada, em especial pela vertente conceitual de Milton Santos, com apresentação de imagens do Complexo Penitenciário de Hortolândia, sobre como os elementos se deslocam no espaço e tempo numa instituição, que apesar de encarceradora, apresenta porosidades, com movimentos fluxos e fixos, em especial decorrente da atuação das mulheres que aguardam no espaço pré-visitas, espaço esse que apesar de precário e esquecido pelo poder público, apresenta resistência e ajustes para ser minimamente utilizado.

1.3 O entorno da unidade prisional. O espaço pré-visita como intermediário da socialização do preso.

O espaço que delimita o complexo prisional de Hortolândia, conforme imagens mostradas a seguir será descrito a seguir, com suas instalações, bares, barracas; espaço esse ocupado pelas mulheres antes de adentrarem a unidade prisional para a visita.

O Complexo Penitenciário de Hortolândia-Campinas tem a extensão de pouco mais de um quilometro, para quem o contorna. Ele se situa na divisa entre as duas cidades. Em frente à rodovia onde se localiza, do outro lado da pista, estão situados estacionamento, alguns bares, barracas, pensão (item 2 a 5, figura 1). São estacionados carros particulares, vans de transporte, ônibus e por entre esses espaços transitam as mulheres à espera do horário de visita. Esse limite entre as duas cidades não é perceptível de nenhuma forma, pois o complexo é formado por várias penitenciárias em continuidade, no entanto, assim como as cidades apresentam um campo de luta com diferentes concepções e projetos, inseridas em ambiguidades, contradições e disputas de interesses (MAC-ALLISTER, 2004), entende-se que os elementos das cidade são extensivos a esse espaço, que é um fragmento de cidade, no caso, de duas (Hortolândia-Campinas), com a presença de lutas, disputas e interesses.

Poucos homens são vistos no espaço pré-visitas. Em geral, os que lá se encontram são os motoristas de veículos que transportam as mulheres e ficam esperando o término das visitas para as levarem de volta às suas casas.

Os carros são estacionados a noventa graus (item 2, figura 1) em cima de barrancos, com leve declive, que tem seu limite direto na rodovia. Após uns duzentos metros de estacionamento de carros, chega-se a um espaço com chão batido mais amplo, onde estão localizadas as barracas, nas quais são vendidas refeições, doces, cigarros, isqueiros, bebidas e roupas. Nesse espaço ocupado, a precariedade e as improvisações que devem ser feitas para se obter o mínimo de funcionamento, retratam a incorporação das microrresistências que as pessoas utilizam para poder estar no cotidiano das cidades (JACQUES, 2010; HARVEY, 2012).

No espaço da pré-visita em Hortolândia, o chão de terra batida, que encharca nos dias de chuva e vira lama, a extensão de mato crescendo em alguns pontos, a insuficiência de

locais de descanso cobertos, para se protegerem do sol, os únicos banheiros que são os dos bares, e para serem usados é necessário o pagamento de 1 (um) real, com as caixas da água pingando e molhando as barras da calça ou saia, revela a improvisação do espaço de espera da visita, que não foram pensados, preparados e refletidos pelo Poder Público para receber os familiares e não oferecem uma arquitetura plausível, o que remete à ausência de políticas públicas endereçadas a esse espaço. Esse desenho mostra a distribuição diferencial de alguns espaços urbanos em relação à infraestrutura e o acesso às necessidades básicas de sobrevivência que está diretamente ligado à viabilidade e visibilidade de determinadas vidas (BUTLER, 2019a; TAVARES; BONADIO, 2021).

Nas barracas e bares são oferecidos serviços para guardar os pertences das mulheres, como suas bolsas, celulares e roupas. Há três bares e lanchonetes, um ao lado do outro. Na frente e dentro de dois desses bares, há um número grande de cadeiras, mesas (item 3, figura 1) e fora deles, três troncos de árvores deitados no chão e, em todos eles, mesas, cadeiras e troncos ficam sempre ocupados pelas mulheres, num momento de pausa para descanso. Elas ocupam os espaços ao redor da unidade prisional, espaço esse que não foi pensado pelo Estado, mas que elas constroem dentro de suas possibilidades, e apesar de não alcançar um “direito à cidade” pleno, no atendimento das necessidades coletivas, de forma a proporcionar condições de vida adequadas e de combate da desigualdade social e degradação ambiental (HARVEY, 2012), elas manejam esforços e articulam-se de diversas maneiras.

Algumas mulheres trazem os filhos, algumas estão grávidas. Nesses bares, como nas barracas, a movimentação é intensa, com a venda também de comida, cigarros, pasteis, espetos de carne, camisetas, lingerie, refrigerantes, bebidas alcoólicas, *tuppewares*, serviços de xerox, de internet, como a impressão de atestado de antecedentes criminais e de comprovação de vacinação contra a COVID-19¹⁵. Também há mesas de bilhar que podem ser usadas por um tempo determinado e mediante pagamento.

¹⁵ Nesse período do final dos anos 2021 e começo de 2022, a COVID-19 ainda não estava totalmente controlada, e alguns óbitos aconteciam em razão dela. A COVID-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero *Sarbecovírus* da família *Coronaviridae* e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. Disponível em <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>, em 28 de março de 2022. A primeira notícia de infecção pela COVID-19 no Brasil foi no final de fevereiro de 2020.

Após passar o conjunto de bares, há mais duas barracas, também movimentadas, que oferecem basicamente os mesmos produtos e serviços que os bares e barracas anteriores. Atrás dessas barracas também são estacionados carros, no chão batido de terra, com buracos e com mato ligeiramente crescido. Andando mais um pouco, chega-se a um pensionato grande (figura 2, aproximada, indica o pensionato) com jardim na frente e casa ampla, onde algumas mulheres que vêm de outras cidades se hospedam. Às sextas, sábados e domingos, elas ficam no jardim do pensionato, do lado de dentro do portão, conversando, fumando, comendo e tomando sol, aproveitam e fazem as unhas e cabelos ao dia anterior da visita. Em alguns horários, o entrar e sair de carros e mulheres andando com sacolas na mão é intenso. Na calçada da frente da unidade prisional, alguns metros antes do portão de entrada, estão dispostas três mesas, com integrantes da igreja Universal do Reino de Deus (item 4, figura 1). Os integrantes são homens e mulheres. As mulheres vestem camisetas rosas e os homens camisetas azuis, com detalhes em vermelho e todos tem a sigla UNP (Universal nos Presídios) nas mangas de suas roupas, e na frente das camisetas está escrito “Universal Presídio”. Enquanto estive em campo, somente vi mais uma igreja tentar colocar suas mesas na frente da unidade prisional, os integrantes da igreja Batista. Os batistas obtiveram informação com a dona de uma das barracas sobre onde poderiam deixar seu carro. Eles decidiram que colocariam suas mesas a uma distância de mais ou menos cem metros das mesas da igreja Universal e um deles comentou que iria conversar com os componentes desta, a fim de evitar eventual desavença. Mas os componentes da igreja Batista não se mantiveram lá e suas mesas não permaneceram nas outras semanas, enfim, não retornaram. Não soube o motivo pelo qual não obtiveram êxito, soube apenas que a Universal tem permissão dos irmãos do PCC para pregar dentro da penitenciária e que eles têm atuação intensa na unidade prisional.

Seguindo-se o contorno do complexo penitenciário, nos fundos há uma Avenida também com bares, barracas, brechós, casas, cabeleireiros e o portão azul (item 6, figura 1), por onde se dá a “saidinha”¹⁶ dos presos. O comércio do fundo atende mais aos moradores

¹⁶ As saídas temporárias, popularmente conhecidas como “saidões”, estão fundamentadas na lei de execução penal (Lei 7.210/84) e nos princípios nela estabelecidos. O benefício visa a ressocialização das pessoas sentenciadas, por meio do convívio familiar e da atribuição de mecanismos de recompensas e aferição do senso de responsabilidade e disciplina do reeducando ou reeducanda. É concedido apenas aos que, entre outros requisitos, cumprem pena em regime semiaberto (penúltimo estágio de cumprimento da pena), com autorização para saídas e bom comportamento carcerário nos últimos três meses. Em regra, as saídas temporárias ocorrem em datas comemorativas específicas (com caráter familiar) como Natal, Páscoa, Dia das Mães e Dia dos Pais, e não podem ultrapassar, ao longo do ano, o período de 35 dias. Os critérios para concessão desse benefício e as condições impostas, como o retorno ao estabelecimento prisional no dia e hora determinados, são disciplinados por portaria da vara de execuções penais. Já o indulto, diferente do saidão, significa o perdão da pena, com sua consequente extinção, tendo em vista o cumprimento de alguns requisitos. É regulado por Decreto do Presidente da República,

do bairro e não aos familiares de presos, com exceção dos dias de saídas temporárias, que acontecem no Natal, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais e Finados.

Figura 1



Imagens (figuras 1 e 2) obtidas do Google Maps Centro de Progressão Penitenciária "Professor Ataliba Nogueira" Campinas Disponível em <<https://goo.gl/maps/NdCpXHqDkm38iBAa6>>, acesso dia 18/05/2023. Tipos de visualização mapeadas: Visão Satélite e Relevô. A imagem 2 tem a indicação de onde se encontram os elementos do espaço mencionados na escrita.

com base no artigo 84, XII da CF. O documento é elaborado com o aval do conselho nacional de política criminal e penitenciária e acolhido pelo Ministério da Justiça. O decreto presidencial estabelece as condições para a concessão do indulto, apontando os presos que podem e os que não podem ser contemplados. O Decreto determina ainda o papel de cada órgão envolvido em sua aplicação e pode ser editado em qualquer época do ano. Contudo, como tradicionalmente é publicado no final do ano, é popularmente conhecido como indulto natalino. Normalmente, o benefício é destinado aos detentos que cumprem requisitos como ter bom comportamento, encontrar-se preso há determinado tempo e ainda aos acometidos por doenças graves. Deve manter ainda bom comportamento no cumprimento da pena, e não responder a processo por outro crime praticado com violência ou grave ameaça contra a pessoa. Não podem ser beneficiadas pessoas condenadas que cumprem pena pelos crimes de tortura, terrorismo, tráfico de entorpecentes e drogas afins, e os condenados por crime hediondo (após a edição da Lei 8.072/90). Disponível em <[Saidinha e indulto: conheça as diferenças entre os benefícios a presos \(migalhas.com.br\)](http://migalhas.com.br)>. Acesso em 25 de março de 2022.

Figura 2



Imagem 5 obtida do Google Maps Centro de Progressão Penitenciária "Professor Ataliba Nogueira" de Campinas Disponível em <<https://goo.gl/maps/NdCpXHqDkm38iBAa6>>, acesso dia 18/05/2023. Tipos de visualização mapeadas: Visão Satélite e Relevô. Nessa imagem foi inserida as indicações de onde se localizam os bares e o pensionato, de maneira mais aproximada.

As mulheres engendram estratégias para que os momentos de visita sejam o mais próximo de momentos de socialização e pertencimento aos presos que fazem parte de suas vidas. Elas subvertem a dinâmica, dentro do possível, e levam mais sentido a esse momento, demonstrando resistência social antes, durante e após a visita, o que pode ser observado nas próprias filas para a entrada, momento que pode causar desentendimentos e tensão entre as visitantes. Cada penitenciária tem a sua guia e cada guia tem uma auxiliar. Atualmente a fila é formada pelo *WhatsApp* pela guia, que tem o dia e horário certo para ser iniciada, no geral na quinta-feira, às 5 (cinco) ou 6(seis) da manhã, e que, depois de encerrada, uma lista é impressa e levada para o dia da visita, com a ordem de entrada e nome de cada uma. Existem as preferenciais, como qualquer fila de banco ou supermercado. As preferenciais são as grávidas, as idosas, as que vem de longa distância e as doentes. Todas recebem uma etiqueta

com o número que ocuparão na fila. A guia, que é função de muita responsabilidade, está sempre sujeita a atritos e reclamações.

Quando a fila é formada, sempre existem espaços intercalados que são deixados para as preferenciais, depois mais um bloco de mulheres, mais um espaço em branco para as preferenciais, para tentar evitar encrencas na pré-visita, o que nem sempre ocorre.

As unidades prisionais e os agentes penitenciários desaprovam essa maneira de organização, pois defendem que se deve respeitar a ordem de entrada de cada um, por ordem de chegada no portão de entrada, mas na prática não é assim que se organizam. Elas têm sua própria maneira de organizar a fila de entrada e essa maneira que construíram é muito respeitada e eficaz entre elas e caso haja conflitos, a guia levará para dentro da penitenciária e o problema será discutido entre os irmãos do PCC e o marido/filho da mulher que não respeitou e arrumou confusão fora, ou seja, será levado à debate e o marido/filho responderá pelo descumprimento das regras da esposa/mãe. Quando é a guia que desrespeita/trata mal, incorre em mau comportamento, ela poderá ser destituída da função de guia e o marido também responde por isso, por não ter controle sobre os passos da mulher, em especial, no cumprimento de função tão importante.

São chamadas pela guia e sua assistente: “Rafaela do João”, “Maria do Carlos” e assim segue até que todas da lista sejam chamadas. Se chegar uma que não está na lista, ficará por último. São formadas várias rodas, de acordo com as penitenciárias respectivas: a fila da P1, a fila da P2, e assim por diante. Antes de se dirigirem à entrada, sempre é reforçado para não falarem nada aos agentes de segurança sobre o número, a ordem da fila, sobre a chamada, por ser proibida essa forma paralela de organização de entrada, conforme já mencionado. No entanto, os agentes penitenciários sabem que elas se organizam assim, mas não conseguem controlar ou mudar o estabelecido.

Os bares, mesas, carros, comida, bebidas, pensionatos, troncos de árvores, chão batido, representantes de igrejas e veículos, presentes nos mil metros ao redor da unidade prisional, enquanto objetos artificiais e naturais, não são meramente objetos dispostos no espaço, mas são objetos que estão imbricados a um processo social presente nesse entorno, com forças sociais que atuam sobre as pessoas que se encontram no espaço. Essas forças sociais se manifestam pela ideologia, instituições, legislação, economia e a forma como elas incidem e circulam no espaço é o que se busca compreender. Essa “forma-conteúdo” do espaço, em que processos sociais modificam e transformam a paisagem, pode ser observado nos acordos, transações e regramentos do comércio local, dos arranjos estabelecidos entre o

intra e extramuros, das manifestações coletivas expressas por decisão do PCC, nesse espaço demarcado, mas que não necessariamente emergiram desse espaço.

Foi o que pode ser observado com Joana e o marido, que trabalhavam com o transporte de mulheres pelas unidades prisionais de várias cidades. Eles alugavam os serviços de vans e cobravam das mulheres um valor determinado pela ida e volta de suas cidades até Hortolândia. Eles organizavam o traslado. Uma manhã, uma das interlocutoras narrou sobre os problemas em que Joana se encontrava. O trabalho dela era restrito a fazer o traslado das mulheres e não vender os mesmos produtos que são comercializados pelas barracas e bares, o que Joana estava fazendo. Ela até poderia vendê-los, se fosse na cidade dela, mas após chegar em Hortolândia, não poderia mais vender as sacolas, *tupperwares*, blusas e moletons, produtos que já são vendidos no comércio do entorno, de forma direta.

O fiscal, que é irmão do PCC, chamou a Joana, e mais duas que reclamaram dela, até a dona daquele bar que reclamou dela, todos para fazerem o “resumo”. Me chamou também, eu não fui, porque não tenho nada com isso, mas mandei uma representante” (Interlocutora Teresa)¹⁷

O PCC como força social no espaço, atua de tal forma que uma decisão individual não pode se sobrepor ou limitar a ação de outro componente, mas se utiliza de mecanismos que priorizam manifestações coletivas dos componentes, expressadas por decisões (BIONDI, 2009), num fluxo de ideias na busca de um consenso coletivo, o que pôde ser observado, quando em movimentos diversos, sem demarcações espaciais, o fiscal chamou as interlocutoras para o “resumo”, para que diante da situação, o ocorrido fosse levado para dentro da unidade prisional, e também para o irmão da cidade de origem de Joana, para que todos chegassem a um consenso para o caso, o que de fato ocorreu e se perfez numa decisão do Comando que suspendeu temporariamente o trabalho de traslado exercido por Joana.

Tereza relatou que as barracas e bares dali tem alvará de funcionamento, são MÊs (microempresas), logo, passam pelo crivo do Poder Público. As Prefeituras Municipais devem autorizar a instalação das barracas e bares, devem analisar os quesitos salubridade, manipulação de alimentos e as prestadoras de serviço ou donos do estabelecimento pagam taxas e impostos para estarem ali estabelecidas. No entanto, apesar do crivo estatal, algumas regras da comercialização local também devem ser seguidas. Tereza elucidou como são as regras: uma mulher/firma pode vender a sacola transparente por um preço mais baixo que

¹⁷ Diário de campo, dia 19 de dezembro de 2021

outra firma, pois todas têm comércio ali. O que não pode é chegar uma terceira, como a Joana que não tem firma para esse objetivo (mas para outro), e vender suas bolsas também. O que Joana poderia fazer seria vender suas bolsas para quem já tem comércio ali, mas não vender diretamente às visitantes, porque o ramo dela é transportar os familiares e não a venda direta, o que contraria as regras que vigoram no comércio local. Depois de umas duas semanas, não vi mais Joana fazendo o transporte das mulheres e Tereza me contou que um parente de Joana daria andamento à prestação de serviço. O negócio exercido por ela, as regras locais a que estava submetida, faziam parte do espaço como “elementos variáveis intercambiáveis e redutíveis”. Joana, assim como as outras prestadoras de serviço, podem ser compreendidas nesse espaço como “firmas” ou fornecedoras de seu trabalho ou microempresárias, mas estão submetidas tanto à legislação formal do Poder Público, com alvará para transporte e a um veículo que atenda às exigências do DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito) e também a uma disputa de forças sociais que se aplicam às condições do lugar, o que de fato ocorreu. Passados uns dois meses, Joana e o marido voltaram a fazer o transporte das mulheres e Joana passou a vender roupas e alimentos, mas agora, vendia na barraca de outra mulher, então ela passou a prestar serviços de vendas para alguém já estabelecida no espaço da pré-visita.

No dia 23 de dezembro de 2021, ocorreu a “saidinha” dos presos. Congestionamento de carros, trinta minutos para percorrer a frente do complexo e fazer o contorno. Além de muitos carros, muitas pessoas, muitas mães, esposas, crianças, idosos, jovens. Pode-se dizer é um dia de festa, muita alegria nos rostos dos que aguardam a saída dos presos. Além de pessoas comuns, muitos policiais armados com metralhadora, cães farejadores, polícia civil, militar e polícia sem uniforme, com roupas comuns, mas também armados, num movimento intenso. Os presos saem em grupos de 50 (cinquenta) por vez, em fila indiana, a cada dez minutos mais ou menos e a maioria tem semblante de alegria, ansiedade e alívio. Os rostos são muito, muito jovens, alguns parecem adolescentes, mas não são, pois tem que ter no mínimo 18 anos de idade, e a maioria é preto ou pardo, vestem camisetas brancas, com cabelo bem curto, raspado do lado e no máximo um chumacinho de cabelo no alto da cabeça.

Somente nos dias de saída e volta dos presos, todas as barracas que se localizam na frente se instalam nos fundos da unidade prisional, para atender a demanda desses períodos. As barracas se distribuem nos dois lados da rodovia nos dias de saída e volta dos presos. O portão por onde o preso sai e volta é um portão azul, já mencionado, mas para se chegar nele, é necessário abrir caminho entre uma vegetação alta e cerrada e atravessar a linha do trem. Os familiares que os esperam no momento da saída e os acompanham na volta, só podem

chegar até o limite da linha do trem, pois existe um cordão de isolamento impedindo que avancem mais.

Nesse movimento intenso, um rapaz se aproximou, me mostrou uma nota de 200 (duzentos) reais e pediu que eu trocasse o dinheiro, lhe falei que não tinha 200 (duzentos) reais para trocar. Um preso portando uma nota de dinheiro com valor alto é uma exceção, pois eles portam cheques. Ele então comprou uma cerveja com a dona da barraca e recebeu troco. Outros se aproximaram achando que eu fazia parte da barraca e pediram para trocar cheque, falei que não tinha dinheiro, mas a dona da barraca trocou os cheques. Os presos recebem os cheques pelo trabalho que executaram para as empresas dentro da penitenciária¹⁸. Os cheques são administrativos¹⁹, logo, não existe o risco de não haver saldo em conta. Quando saem para as visitas, o dinheiro que eles têm em caixa pelo trabalho executado é pago, mediante cheque e recebem em espécie somente o valor de 10 (dez) reais. As empresas de ônibus e vans não recebem os cheques como pagamento, eles precisam trocar antes, daí a procura pela conversão dos cheques em dinheiro, para irem para suas casas, pois com os dez reais em dinheiro, no máximo tomam um café. As trocas desses cheques em dinheiro também seguem a lei de mercado, com taxas de juros muito altas. Para cada cheque trocado, são cobrados 20% pela troca. Assim, se o preso traz um cheque de 300 (trezentos) reais, o dinheiro que é dado a ele é de 240 (duzentos e quarenta) reais. Da mesma forma, se ele pede para os donos da barraca lhe darem dinheiro, mediante PIX²⁰ que a família, em geral mora em outra cidade, faz na conta da dona da barraca, é cobrada a taxa de 20% sobre o valor transferido. Observa-se que na relação entre os diversos elementos do espaço, como os homens (presos), as firmas (os prestadores de serviços/as barracas) e as regras

¹⁸ A Lei 7210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal- LEP, em seu artigo 29, dispõe: “O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário-mínimo”.

¹⁹ É um cheque emitido com seus valores preenchidos e o fundo já aprovado pelo banco ou correntista. Por já ter o saldo garantido, se torna mais seguro para quem o recebe. Informação obtida de:

<https://www.serasa.com.br/blog/cheque-administrativo/?gclid=Cj0KCCQiA7bucBhCeARIsAIOwr-9Y66eQPsjkt_JJt3AIBhGNPRznxvlpEB3UWVWeLUILnpQ5M61W_00aApMdEALw_wcB>. Data de acesso: 10 de novembro de 2022.

²⁰ O Pix é o sistema de pagamento instantâneo do Brasil. Desenvolvido pelo Banco Central, ele permite pagar, transferir e receber dinheiro de forma prática e rápida. O Pix funcionará 24h por dia, 7 dias por semana e os 365 dias do ano. O que inclui todo e qualquer feriado. É uma revolução nos meios de pagamento gerais e, principalmente, nos pagamentos online. As transações TED e DOC, antes as únicas opções online, levavam até dias para finalizar a transferência do dinheiro. O maior benefício do Pix, sem dúvidas, é concluir toda a transação em até 10 segundos. O dinheiro sai da conta do pagador e vai para o recebedor, de forma instantânea. Informação obtida de: https://www.serasa.com.br/blog/pix/?gclid=Cj0KCCQiA7bucBhCeARIsAIOwr-8D65UejUN9_XicfYJ7fqNWJmpriGQ5N1vgDgGP89Bw_rwlv4pFXlgaApgMEALw_wcB. Data de acesso: 17 de novembro de 2022.

(ordenamentos/legislações) nas quais estão inseridos, todos estão imbricados numa conexão que é ditada pelo lugar.

O valor que se paga pelo dinheiro, os juros altos estão inseridos no espaço, pelas condições mesmas que englobam a saída de presos que precisam de dinheiro em espécie, que querem voltar para a casa e encontram uma gama de dificuldades para tanto. Os elementos que constituem esse espaço determinam a estrutura própria, numa estrutura temporal espacial, no qual existem regras próprias ao modo de produção local. Se a necessidade de empréstimo de dinheiro se desse em outro local, provavelmente os juros não seriam dessa monta, talvez houvesse uma possibilidade de negociação. Se os elementos/homens desse espaço fossem empregados celetistas ou não presos, em regra teriam o dinheiro para voltar para suas casas ou lhes seria concedido o traslado da firma/empresa, mas teriam condições mais palpáveis para voltarem para seus lares, não precisando se sujeitar a uma negociação exorbitante. Seriam espaços diferentes, com regras diferentes, com variáveis com força própria específica para cada espaço, dentro de outro sistema temporal espacial, com modo de produção diferenciados. A “firma” e as “regras” do empréstimo de dinheiro nesse espaço, enquanto um fixo em movimento, faz com que haja uma alteração no seu significado e valor no contexto em que se encontra, daí que os juros cobrados num empréstimo se submetem a variações quantitativas e qualitativas, dentro do sistema em que se encontra, regido por suas próprias regras.

Além das pessoas não presas, alguns presos também participam do empréstimo a juros. Segundo uma interlocutora: “Tem um preso que, em toda saidinha, ele encosta aqui e a família dele também. A família vem com dinheiro e quem quer trocar cheque, chega neles e eles fazem a troca”. No entanto, ela relatou que não sabe o que aconteceu, pois na última hora, esse preso não saiu. Estava certo dele sair e na última hora foi revogada sua saída, por conta disso ninguém de sua família apareceu para a troca de dinheiro. Relatou que faz uns três anos, não tinha tanto policial assim na saída para o Natal, mas teve um problema. A barraca de uma moça que vendia pasteis e comida também era ponto de troca cheque/dinheiro e, de repente, começou um tiroteio. Uma moto com dois rapazes assaltou a barraca e levou todo o dinheiro destinado para a troca. Apesar do tiroteio, os rapazes fugiram, e é por esse motivo que hoje o policiamento aumentou.

“Eles (os policiais) só atrapalham. Antes sem eles era melhor, os meninos bebem menos hoje porque a polícia intimida. Eles ficam tudo de olho. Tem esses caras do DEIC, com cachorro...pra que isso? Só atrapalham a gente”²¹

Ao ser indagada se não seria melhor ter a polícia presente, na eventualidade de uma nova tentativa de assalto, para evitar aos que trocavam dinheiro sofrerem prejuízo, a interlocutora negou veementemente e falou que não, que “só aconteceu o que aconteceu porque alguém “passou a fita”, aquilo foi esporádico, não era para ter acontecido aquilo e que era melhor quando não tinha a presença da polícia”.

Alguns presos, logo que saem, já portam celulares. A cada saída, passam uma semana na casa dos familiares e quando voltam, trazem roupas novas, celulares, dinheiro e, na entrada do presídio, alguns deixam seus bens aos cuidados das donas das barracas, que etiquetam uma sacola com os pertences, nome do preso e seu contato, pelo valor de 30 (trinta) reais, até sua próxima saída quando ela os devolve para que eles possam utilizar nas ruas. Isso faz refletir sobre as técnicas sempre aplicadas dotadas de um tempo específico, numa organização que pode ser somente local, mas também funciona em escalas.

No dia 03 de janeiro de 2022, houve o retorno dos que obtiveram autorização para passar as festas de Natal e Ano Novo com a família. Nesse retorno, os rostos estavam mais tristes e entre tantas chegadas e despedidas, uma que chamou a atenção foi um rapaz, muito jovem, que chegou de carro, com placa de São Paulo, trazido por outro jovem também. Assim que ele desceu do carro, foi rodeado por vários rapazes que também retornavam de suas casas. Diante de todos os rapazes, ele mostrou a droga que levaria para dentro, a K4²². Segundo me explicou a dona da barraca “eles ficam doidos, tem mulher de preso pagando dívida, porque o marido viciou nessa droga e não consegue largar”. Fiquei pensando como ele entraria com a droga, apesar de serem pequenas, como vários selinhos de papel, coladas num plástico. O rapaz, sem disfarçar, exibia a droga para os conhecidos e segundo minhas

²¹ Diário de campo no dia 03 de janeiro de 2022.

²² Segundo a mídia, a K4, como é conhecida popularmente, é uma “maconha sintética” descoberta nos presídios de São Paulo em 2018 e tem aumentado a sua presença nas ruas e nas penitenciárias do Estado ao longo dos últimos quatro anos. Ela tem efeito até cem vezes mais potente que a versão “tradicional” da cannabis e pode ser consumida como cigarro ou “selo” sublingual. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/09/25/maconha-sintetica-mais-potente-k4-esta-mais-presente-em-cadeias-e-ruas.htm>>, acesso em 22/10/2022.

No entanto, segundo a profa. Silvia Cazenave, na exposição ocorrida no auditório do Casarão Cândido, no Distrito de Souzas, Campinas, no dia 03/05/2023, não existe maconha sintética, como são conhecidos a K2, K4 e K9. Maconha é maconha e não é droga sintética. K2, K9 e K4 são substâncias sintéticas. Ainda de acordo com a professora, é difícil se afirmar ao certo o que a pessoa porta ou consome, pois muitas vezes o que é vendido como K4 ou K9, na verdade, pode ser uma mistura das drogas K, ou uma mistura dessas drogas com uma variedade de outras drogas, que pode ter intercorrências muito sérias e levar à morte.

interlocutoras, essa droga, por ser muito potente, tem grande valor dentro dos presídios, inclusive valor de troca por outras coisas, como celulares, o que faz pensar no fluxo da droga e o valor de mercado dela dentro e fora da unidade prisional.

Quando a droga entra no sistema prisional ela passa a ter outro valor, por estar dentro da regra de mercado “oferta e procura”, numa diferença de espacialidade, ou seja, o dentro e fora da prisão, e por isso, valoração do produto que dentro tem uma cotação maior. Quando o rapaz chega com a K4 foi muito cercado, reverenciado, tratado como elemento muito aguardado, pois porta um bem de consumo valioso e que pode, de certa maneira, ostentar no espaço de fora do complexo, de maneira mais relaxada. O rapaz, enquanto elemento firma/prestador serviço, conseguindo entrar com a nova droga no complexo, ela tem um valor dimensionado dentro do cárcere. O rapaz é uma variável dentro do cárcere, ao transportar um fixo valorado, num fluxo entre o fora e o dentro, assim, o espaço ganha uma nova dimensão, devido à diversidade de objetos ou fixos que o atravessam.

No entorno do complexo prisional, deve ser considerada uma certa estruturação da organização do espaço, na qual poucas vezes um elemento estranho pode ser inserido e, quando o é, logo se adequa a um dinamismo próprio existente ou ao circuito do lugar, no que diz respeito à matéria-prima que lá circula, como os diversos tipos de alimentos e refeições, à maneira como a mão de obra é exercida, aos recursos e as decisões. Pode-se dizer que quando um elemento novo surge, ele é cooptado nesse sistema, numa organização espacial, com constante movimentação dos fluxos, imbricada pelas relações que mulheres mantêm entre elas, com quem está dentro da unidade prisional e também com quem está fora, mesmo que em lugares distantes, seja por meio de cartas, recados ou mensagens de celulares, assim, mesmo que distantes, pode acontecer que outros elementos (presos ou não), também têm influência e participam das decisões sobre o entorno do complexo de Hortolândia, têm influência no lugar “mais pequeno” e influenciam a organização do espaço local ao redor da unidade prisional, como foi a suspensão temporária do trabalho de Joana, possibilitando uma “combinação de sistemas de objetos e sistemas de ações”.

Quando a interlocutora reclama da presença ostensiva da polícia, que atrapalha o comércio e os negócios, ela está reclamando de um elemento *outsider* naquele espaço, que apesar de estar fisicamente no local, é uma variável que tenta contrariar um dinamismo próprio estabelecido no espaço. A polícia é uma variável que, apesar de costumeiramente presente quando se trata do entorno da Penitenciária e de costumeiramente atravessar o sistema espacial temporal nas proximidades do local, inclusive nos dias de “saidinha”, não é um dos elementos que fazem parte daquela estrutura espacial específica que fica fora da

unidade prisional, que tem uma renda específica, uma classe específica, um arranjo de técnicas produtivas e organizativas específica. Devido a isso, apesar da presença policial ser constante e intimidar, ela não pertence ao sistema espacial temporal construído fora, no entorno da penitenciária, e a fala da interlocutora esclarece isso: “Eles (os policiais) atrapalham” e confirma a presença policial como um elemento intruso naquele espaço, apesar dos riscos da movimentação de dinheiro. Quando indagada sobre se não seria mais seguro a polícia estar presente, pelo fato de trocarem cheques e movimentarem dinheiro no local, a resposta é taxativa: “Não, não era para ter acontecido, porque alguém “passou a fita”. Quando eles (policiais) não estão aqui é melhor”. Percebe-se que os elementos do espaço se desequilibraram temporariamente, devido às circunstâncias como o assalto, mas não se desarticularam, porque não era para ser assim, porque se tratou de fato isolado, “alguém passou a fita”, porque se a organização espacial continuasse a funcionar de forma como sempre funcionou, seguindo as regras do espaço, isso não teria acontecido.

Percebe-se que a dinâmica comercial do espaço ao redor da unidade prisional tem ligação direta com o espaço dentro da unidade prisional, por meio dos elementos que são intercambiáveis e redutíveis, submetidos a variações constantes, quando pelos fluxos, num exponencial de ações, movimentam os fixos e os materializam, ainda que temporariamente, num intercâmbio do dinheiro emprestado e dos juros cobrados, das regras comerciais aplicadas às firmas (barracas e bares), do debate ocorrido dentro do presídio que é combinado com o debate fora, tornando-se redutível a uma só decisão sobre se Joana continuará ou não a fazer o traslado, da circulação da droga para dentro da unidade prisional, da quantidade de comida que podem levar aos presos, associada à dificuldade maior ou menor no fluxo desses elementos para dentro, o que a submete às variações quanti e qualitativas, no que é oferecido em maior ou menor quantidade, no que é vetado ou é permitido, que faz resultar numa maior ou menor valoração. Todos esses elementos e seus fluxos se perfazem em momentos contínuos e em relações que formam o sistema espacial que circunda a unidade prisional e mantém ligações com o que acontece dentro do complexo penitenciário de Hortolândia, devido às inúmeras fissuras existentes, com arranjos realizados pelas mulheres a cada final de semana num espaço extramuros que não foi preparado adequadamente para as visitas, com escancarada ausência de políticas públicas dentro e fora do cárcere

Nesse intercâmbio e articulação entre os elementos, num emaranhado de fluidez de fixos, como a comida, as regras, o dinheiro, bebida, droga, o lucro, aluguel, bares, carros, comércio, possibilita-se a conexão entre o intra e o extramuros e, é nessa porosidade e movimentação de elementos no espaço que se inicia a re(ligação) do preso ao extramuros.

Nos capítulos 2 e 3 serão abordados o cuidado feminino e os elementos considerados dimensões mais importantes na socialização do preso, como os alimentos e a relação com os filhos.

CAPÍTULO 2- O CUIDADO FEMININO NAS VISITAS AOS PRESOS.

2.1 O cuidado é feminino

O momento da visitação das mães, namoradas e esposas aos presos não é um momento centralizado no encontro presencial, mas é um processo estendido, que engloba antes e depois do momento de encontro físico das visitantes, numa dinâmica que desafia a mulher a enfrentar o seu cotidiano de dificuldades e de privações num fluxo de programação de sua vida privada. Essa tentativa de ajuste ao tempo concedido pela instituição prisional, para prestar o cuidado da melhor forma, não deixa de ser uma violência simbólica, e leva à análise de como o ato de cuidar, em decorrência do visitar, é construído como eminentemente feminino, em chaves diferentes para mães e esposas, e apresenta conexão com outros marcadores, como raça, escolaridade, poder aquisitivo e localização geográfica, ou seja, o endereço residencial da periferia ou bairros pobres.

Essa pesquisa não tem como objeto central a questão de gênero e a intersecção com outros traços sociais, no entanto, são questões que tangenciam o debate e não podem ser ignoradas, até para que sejam desenvolvidos os capítulos a seguir.

A sociabilidade construída a partir de uma atuação feminina junto aos presos, apresenta um encadeamento entre fatos anteriores e posteriores à visita, numa prática de cuidado que mobiliza elementos e agenciamentos espaciais. Não se busca aqui discorrer sobre a construção histórico-social do cuidado como atributo eminentemente feminino, não se trata disso. No entanto, é necessário mostrar como o ato de cuidar, atender, amparar é feminino em sua prática, inclusive nos arredores das unidades prisionais e em relação aos homens que estão presos, num enredamento da espacialidade no momento da pré-visita, de elementos de subsistência física e emocional no momento da visita e dentro da unidade prisional e em momentos de engajamento em redes e reivindicações que ocorrem fora da

unidade prisional, sendo que todos esses acontecimentos estão envoltos no amparo feminino que possibilita a manutenção da conexão desse homem ao extramuros.

O dever de cuidado e a maneira pela qual as mulheres que tem vínculos com presos devem conduzir suas vidas é encontrado vastamente na literatura, que aponta a importância do significado de estar na “caminhada” e o comportamento ético e o “proceder” que lhes é cobrado (BIONDI, 2014). O comportamento adequado deve estar presente nas visitas, nos locais em que moram, onde se hospedam e ser demonstrado no linguajar que utilizam e no tratamento dispensado. Nas relações que formam com os presos reiteram-se as regras de roupas adequadas, de comportamento ilibado, de não olharem para os outros presos, numa relação que se forma entre os três atores – unidade prisional, mulher e preso – e acontece num ambiente em que não existe fronteira entre eles, com total ausência de privacidade e devassa da intimidade e extrapola os limites físicos do cárcere, ao atingir as unidades familiares dos presos, devido os diversos ônus que as mulheres carregam pelo parentesco, numa punição de forma simbólica e explícita, na violência de gênero e controle de seus corpos, dentro e fora da prisão (GUIMARÃES et al., 2006).

Pensar o cuidado que as mulheres dedicam aos presos requer pensar o traspasse de cuidado, gênero e traços de raça e classe social (MARCONDES, 2020), numa dualidade de chaves no que cabe à responsabilidade maternal (MESTRE; SOUZA, 2020) e à responsabilidade de esposa e namorada. As próprias mulheres classificam-se e diferenciam-se entre as que estão na caminhada, as que são “guerreiras” das que não são (BIONDI, 2014; FERRAZ DE LIMA, 2015; LAGO 2017), com a extensão do crivo do marido para fora da unidade prisional (BIONDI, 2014; SILVESTRE 2011).

2.2 O ato de cuidar em intersecção com os marcadores sociais

As relações em que as mulheres mantêm com a unidade prisional e os agentes penitenciários, estão rodeadas de tensão. Elas se submetem a um extenso rol de proibições, desde o tipo e cor de roupa que podem usar, o que podem levar para os presos comerem, o peso, a forma como deve ser embalada as refeições e outros produtos, as vistorias de *scanners* a que são submetidas, o horário de entrada e saída, quem pode ou não visitar e a documentação exigida para comprovação dos vínculos de parentesco. Se as regras não forem seguidas, a visitante sequer entra na unidade prisional e pode receber “gancho”, que significa

ficar até seis meses sem poder ver o preso. A calça deve ser *legging*, o calçado é um chinelo de tiras, estilo chinelo “havaiana”, e as blusas soltas, nada que marque o corpo, e são admitidas somente determinadas cores. A calça *legging*, bem justa, é para evitar que levem algo grudado em seus corpos ou bolsos, o que poderia acontecer em tese se estivessem usando uma calça mais larga, como uma calça jeans. O calçado tem que ser chinelo, para que seja evitado que carreguem algo na sola ou dentro do sapato, daí a obrigatoriedade de um chinelo de tiras. As camisetas soltas, para evitar mostrar as formas do corpo, como quadril, decotes com seios à mostra, glúteos, e evitar constrangimentos entre elas e os homens, para manter uma vestimenta “adequada”, sem se aproximar da sedução. Algumas cores não são admitidas, para evitar que sejam confundidas com a roupa dos presos ou dos agentes penitenciários.

Numa manhã, a maioria das mulheres vestia camisetas largas vermelhas ou rosas, e ao indagar o motivo de todas estarem com as mesmas cores, uma interlocutora respondeu: “porque tem muita cor que não pode entrar, mas a vermelha e rosa pode, daí elas já vêm com essa cor, para evitar problemas”. Outra mulher que segue o marido há várias décadas, comentou que essas regras todas com roupas e quantidade de comida se estabeleceram após a desintegração da Penitenciária do Carandiru, pois quando o marido estava preso lá, ela ia de salto alto visitá-lo, levava a quantidade de comida que quisesse, não tinha essa gama de proibições.

Essa regra sobre as roupas, numa padronização sobre o corpo, na racionalização na exposição da mulher, vai além das razões de segurança alegadas pela instituição. São formas de moldar e regrar as singularidades de cada mulher e inseri-las na chave “corpos dóceis” e assexuados (FOUCAULT, 1979), evitando que cada qual exercite sua maneira de se fazer sedutora, atraente e desejável. Mas as mulheres contornam essa imposição para se fazerem atraentes. Muitas compram lingerie expostas para a venda, nos bares e barracas no entorno da penitenciária e mostram para as outras: “hoje vou deixar o preso doido”. Certa manhã uma guia ergueu a blusa larga que escondia suas formas e mostrou para a amiga um *body*²³ preto rendado, com grande decote e falou “hoje vai ser o dia”. Apesar de estarem veladas em sua sedução no que diz respeito às roupas, elas a exercem dentro das possibilidades, com cabelos, maquiagem e unhas. Muitas têm o cabelo escovado, fazem as unhas e se maquam,

²³ *Body* que significa corpo, na tradução do inglês, recebe esse nome pois é uma peça que se ajusta ao corpo, cobrindo o torso e a virilha, podendo conter fechos ou não. Estilo um *collant* de balé. Em geral é tido como uma peça que deixa a mulher mais despojada e sensual.

se arrumam para o encontro de algumas horas e se apresentam da melhor forma que conseguem.

Com a prisão, toda a rotina do preso é fiscalizada, inclusive as visitas, o que reporta à categoria de corpos controlados e obedientes em suas características e personalidades (GOFFMAN, 2004). Encontram-se num cenário em que as mulheres, diga-se as mães, namoradas e esposas, passam a ser sujeitos em um espetáculo construído pela instituição total para sua autopreservação e a relação que se forma entre os três atores – unidade prisional, mulher e preso – acontece num ambiente em que não existe fronteira entre eles, com total ausência de privacidade e devassa da intimidade (GUIMARÃES et al., 2006)

“Quando ele estava em Franco da Rocha era horrível. A única divisão de um casal com o outro era um lençol. Daí tinha um casal perto da gente, eles falavam várias besteiras, a mulher gritava, gemia, falavam muito palavrão, a gente até perdia a vontade. Parece que eles queriam aparecer, chamar atenção. Agora aqui tá melhor, tem um pouco mais de privacidade, tá mais organizado” (Interlocutora)²⁴

A maneira como essa visita se desenvolve, aponta que algumas vidas são mais consideradas em sua vulnerabilidade que outras. Os sujeitos são constituídos a partir de normas que, por serem repetidas diversas vezes, produzem a maneira pela qual o sujeito será reconhecido, assim, será nomeado como sujeito, considerado e reconhecido a partir das normas que atravessam os corpos e os qualifiquem para ter legitimidade. Na extensão dessa ausência ou diminuto reconhecimento, alguns são considerados menos legítimos que outros e, a partir daí, alguns merecem ser mais cuidados em sua precariedade e outros não (BUTLER, 2019a), o que faz lembrar os presos e as mulheres que lhes dedicam afeto, como corpos e vidas consideradas como não merecedores de serem cuidados como outros corpos que não estão nessa chave. E não ser suscetível ao mesmo reconhecimento de precariedade, reverbera numa gama de serviços básicos que são oferecidos, como saúde e educação, e que se estende aos espaços que são responsabilidade do Estado, como as unidades prisionais. As acomodações e infraestrutura em que se dá o momento de encontro entre os presos e as mulheres que com eles têm vínculos afetivos, é o resultado do distinto reconhecimento de suas visibilidades e vulnerabilidades.

A experiência da visita num contexto institucional de cárcere aponta para uma experiência muito diversa do significado da visitação em geral, que ocorre entre parentes, amigos ou entre pais e filhos que não estão presos, nos momentos corriqueiros ou festivos

²⁴ Diário de campo, dia 04 de dezembro de 2021

da vida. As definições mais gerais para visitar indicam a presença da cortesia, pode englobar uma viagem para descanso ou para conhecer determinados lugares, fazer determinados percursos, ir ao encontro de alguém, enfim, são atitudes que trazem a marca de uma liberalidade de quem visita e de quem é visitado, no sentido de que o visitante/hóspede combinará com o anfitrião/visitado a data e horário da visita, podendo passar juntos uma tarde ou dias, e qualquer um deles poderá desmarcar ou não desejar que ocorra em determinada data, com a disponibilidade de adiá-la ou antecipá-la. O hóspede poderá levar um presente, comidas, bebidas e doces que entender adequados ou não levar nada, o anfitrião poderá servir o que entender melhor, poderão desfrutar das horas que desejarem por bem, poucas ou muitas e romperem a madrugada entre conversas, comidas e bebidas, com ou sem música, ou apenas com um café, na sala, na varanda, na cozinha, no quintal, sentados ou deitados no chão, em almofadas ou sofás, sozinhos ou convidarem outras pessoas para desfrutar esse momento. Poderão sair juntos para fazerem refeições em outros locais, como lanchonetes, bares, feiras e restaurantes, viajarem uns dias e retornarem para a casa do anfitrião, enfim, as decisões são múltiplas e variadas. Convidado e anfitrião escolhem onde, quando e como passarão essas horas ou dias.

A visita feita pelas mulheres aos homens presos em nada se compara a essa experiência comum de visitas, entre pessoas não presas. A visita entre os que se encontram dentro e fora do cárcere ocorre numa dimensão espaço-temporal e intersubjetiva híbrida, em momentos endurecidos por regras, fiscalização, tensões e espaços demarcados onde podem ocorrer e o que pode ser feito ou não. A “visita” que ocorre no espaço da unidade prisional não corresponde exatamente a uma visita tal qual a experiência de visitação comum aos não presos. A chamada “visita” nas unidades prisionais poderia ser denominada mais apropriadamente como “momento de encontro presencial físico”, por não corresponder à experiência real de uma visita, tal qual é conhecida, para nenhum dos sujeitos. Pode-se afirmar, que diante de uma “visita” tão atípica, o anfitrião é o Estado, anfitrião atípico e armado, que decide sobre todas as condições da visita, como o espaço, horário, vestimentas, controle, armas, *scanners*, câmera. Esse anfitrião tolera a visita e inflinge uma série de condutas aos presos e as mulheres, dentro de mulharas institucionais físicas e simbólicas, sendo as últimas as mais intrincadas para serem superadas pelos sujeitos, para que obtenham êxito em um encontro afetivo e humano (FREGONESI; VALENCIO, 2022)

Pensar a esposa, namorada e mãe de homem preso, requer refletir sobre a prisão e as características de quem está preso, como a cor, a violência urbana e pobreza²⁵ e de como essas características são semelhantes às características das visitantes.

Em campo, ao observar e perguntar às mulheres sobre qual trabalho exerciam, se estudavam, de onde vinham, a maioria mencionou a baixa escolaridade, oportunidades precárias de trabalho e se reconhecem como negras e pardas. Elas trabalham como diaristas, faxineiras, vendedoras de lojas, como manicures, limpeza geral de supermercados, têm trabalhos informais, como donas de quiosques, cozinheiras. Em campo, conheci apenas uma moça que fazia faculdade, curso de farmácia e bioquímica numa universidade privada e uma mãe advogada. Essa constatação não causa nenhuma surpresa, pois os marcadores dos presos são quase sempre os mesmos dos familiares, nesse caso, das mulheres com as quais se relacionam afetivamente, num tráfego de cruzamentos que se inter cruzam²⁶.

A prisão talvez seja uma das representações de maior peso das desigualdades político sociais e econômicas, principalmente quando escancara como determinadas ações e omissões, consideradas tipos penais²⁷ em tese para todos, alcançam quase sempre uma parcela da população que apresenta as características sociais acima mencionados e configuram um caminho bem mais rápido, sem muitos atalhos, para ser apenas, presa,

²⁵ Na perspectiva de Wacquant (2003), o Estado instrumentaliza em direção a suprimir políticas públicas e em contraprestação, passa a encarcerar os pobres. Existe uma associação entre o dismantelamento de políticas de bem-estar social, em especial direitos básicos às pessoas e o deslocamento de orçamento para políticas de repressão. Para o autor, principalmente a partir dos anos 1990 e o fortalecimento da política neoliberal em ascensão, houve cortes orçamentários para as políticas sociais, em especial para a saúde, educação e habitação, aumento de recursos direcionados à segurança pública e, ao mesmo tempo, cresceu o número de pessoas presas nos Estados Unidos e em outros países, o que se traduz num mecanismo em que a insegurança salarial e social se instala e instrumentos de repressão passam a operar, como forma de contenção dos problemas decorrentes de um Estado não garantidor, com o crescimento do aprisionamento para conter ou excluir os pobres e indesejáveis.

²⁶ Na esteira de Crenshaw (2002), algumas características podem ocultar ou maximizar outras, evitando que a circunstância seja analisada de uma forma mais ampla. A autora traz os termos “superinclusão” e “subinclusão” como categorizadores de problemas que daí surgem e faz repensar as diferenças intragrupos. A superinclusão trata de uma circunstância que é imposta de forma específica a um subgrupo de mulheres ou é visto somente como problemas de mulheres, como o tráfico de mulheres, sem que se atente como o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter interferido. A subinclusão corresponde a um enfrentamento de problema por um subconjunto de mulheres dominadas, mas não é considerado uma questão de gênero, pois as mulheres dos grupos dominantes não passam por essa experiência, ou quando o problema é específico das mulheres de determinado grupo étnico ou racial e não afeta os homens, ficando, nessa situação, comprometida sua identificação como questão racial ou étnica, pois a questão de gênero oculta a dimensão racial e étnica. Assim, os sistemas ou eixos de poder, como raça, etnia, gênero e classe se sobrepõem e se entrecruzam e as mulheres são atingidas por todos esses fluxos numa via de tráfego intenso, o que faz com que precisem aprender a negociar com esse “tráfego” de cruzamentos que se inter cruzam, sob pena de serem lançadas num fluxo contrário ou em colisões simultâneas.

²⁷ Tipo penal é a descrição da conduta humana tida pela lei penal como crime. É um modelo da conduta criminosas.

julgada e cumprir vários anos dentro de uma instituição penal, situação essa que reverbera diretamente sobre as mulheres²⁸.

Logo, refletir sobre essas mulheres que visitam seus afetos demanda uma articulação das inúmeras diferenças e desigualdades, numa abordagem de muitas diferenças em diversas interações (PISCITELLI, 2008).

É importante destacar que não se trata de diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos. O debate sobre as interseccionalidades permite perceber a coexistência de diversas abordagens (PISCITELLI, 2008, p. 266-7).

Pode-se afirmar que na chave das mulheres que visitam os presos existe interseccionalidade de diversos marcadores, já mencionados, como a cor, escolaridade, local de moradia, entre outros, que podem ser observados nos dois sujeitos – presos e mulheres que os visitam – mas o ato do “cuidado” à pessoa presa é predominantemente feminino, como uma via de direção única, na qual somente a mulher cuida, o que não se configura inversamente, ou seja, não é cuidada quando é ela a encarcerada.

Assim, ainda o “cuidar”, “velar”, “preocupar”, “esmerar”, “atentar”, são ações predominantemente atreladas à figura feminina, numa transversalidade de gênero por categorias de classe, raça e etnia.

Definimos o cuidado como práticas sociais que articulam trabalho, emoções e padrões éticos, que ganham materialidade na interação face a face entre quem cuida e quem é cuidado, com objetivo de atender necessidade humanas (objetivas e subjetivas), contribuindo para garantir a sustentabilidade da vida. Essas práticas são estruturadas por relações sociais de gênero, interseccionadas por classe, raça e etnia. Sua base material é a divisão sexual, social, racial e étnica do trabalho (MARCONDES, 2020, p. 186)

²⁸ Isso faz pensar no “marco discursivo do crime” apontado por Feltran (2008) em especial entre jovens e adolescentes das favelas. O marco discursivo difere da ação criminal propriamente dita, mas está presente nos ganhos secundários no ingresso individual do crime e mais ainda, entre as famílias moradoras de favela. Há tempos esse marco discursivo compete com outras matrizes discursivas e coexiste com elas, e faz com que haja uma resignificação do trabalho como sobrevivência e uma necessidade premente em viver o hoje, com um distanciamento da religiosidade focada na vida eterna, com jovens percebendo seus pais anos a fio trabalhando arduamente, sempre na miséria e sem perspectiva de melhora de vida. Outra dimensão trazida pelo autor é a que vem de fora para dentro, na qual há uma visão geral sobre esses territórios e seus habitantes, numa “distinção de estatuto público” que todos se parecem como criminosos, numa configuração que não recai sobre o ato criminoso, mas sobre o jovem que tem determinada cor de pele, idade, veste roupas semelhantes. São esses que são identificados como criminosos, jovens pobres, da favela, da periferia, em sua maioria pretos (2008, p. 193 a 196)

Quando a mulher está encarcerada, quase não recebe visitas, é abandonada e esquecida pelos familiares, principalmente pelo marido/companheiro/namorado, que a substitui por outra mulher. Num presídio feminino da capital do país, chamado Colmeia, são apresentadas cinquenta narrativas de vidas, e uma das análises que se extrai, sem restar dúvidas, é sobre a história de abandono dessas mulheres, antes mesmo das prisões e após, muitas delas, pela família e companheiros. Ao etnografar mulheres presas, e não homens, possibilita-se uma análise do tratamento desigual, desumano, que acontece com as mulheres quando essas são as encarceradas. É como se fossem punidas duas vezes: na primeira pelo fato de serem mulheres, e na segunda, de forma mais incisiva, por terem cometido crimes, o que as marca de maneira imperdoável, porque a prática do crime não é tolerada às mulheres (DINIZ, 2020). Não se trata de vitimizá-las, nem de categorizá-las como coitadas e destituídas de agência, ao contrário, mesmo em situações de cárcere, as mulheres agenciam, namoram, se comunicam, enfim, dentro de suas possibilidades, criam tramas e redes (PADOVANI, 2018). No entanto, as mulheres presas se defrontam com a questão em seu âmago. Elas são esquecidas pelos filhos, pela família e pelo marido que arranja outra esposa (MEDEIROS, 2010; DINIZ, 2020).

Mesmo em presídios mistos, nos quais estão presos homens e mulheres, ocupando o mesmo *status* de encarcerados, com privações e restrições para ambos, toda a dinâmica do presídio é masculina, a ponto de serem reconhecidos como presídios “masculinamente mistos” com a esfera feminina submetida às dinâmicas carcerárias. O sentido da dimensão simbólica público e privado se repete. As celas femininas são semelhantes a espaços privados e os espaços públicos são tidos como masculinos e quando as mulheres podem circular pelos espaços públicos, em geral, é para se prostituir, logo, as visitas íntimas são permitidas porque elas têm companheiros presos ou pela prática da prostituição. Assim, além das instituições prisionais colocarem as presas como sendo de segunda categoria, quando permitem que elas circulem livremente, é para que se coloquem a serviço da unidade prisional ajudando na manutenção da calma e controle do presídio, por meio de seus corpos (COLARES; CHIES, 2021).

No que foi observado e nas conversas em campo, o sentimento de amor e fidelidade das esposas é uma constante, em vários momentos aparecendo as frases “quem ama, ama”. O sentimento de amor é verbalizado várias vezes e, junto com esse sentimento, existe o da fidelidade também, não tão bradado, mas nem por isso menos importante. O que ocorre

dentro do sistema penitenciário fica conhecido rapidamente fora do sistema e vice-versa, porque “mulher de preso nunca está sozinha” (LAGO, 2017). Uma das interlocutoras sempre falava “Nós somos a voz deles aqui fora e eles são nossa voz lá dentro, por isso a gente tem que ter muito cuidado com o que fala e faz aqui fora, porque vai refletir lá dentro”. Elas mantêm, em geral, um comportamento tido como comportamento esperado de “mulher séria, comprometida”, caso contrário, a esposa/namorada terá que prestar contas aos presos. “Aqui fora eu não dou lado. Não vou a bailes, não converso com homens, de casa para o trabalho, do trabalho para casa, para depois, quando ele sair, não ter o que falar”, sempre comentava uma das mulheres.

Os presos ficam sabendo o que ocorre fora com suas mulheres e famílias em geral, o que é narrado por elas mesmas nas visitas, ou pelas mulheres dos outros presos e por ligações de celulares que, apesar de ilegais, não são incomuns. Também existem as cartas, atualmente raras. As mulheres, por sua vez, mesmo quando não visitam, obtêm notícias do companheiro, por recados que mulheres de outros presos que visitaram levam àquela que não visitou e também por ligações de celulares.

As mulheres, no geral, se sensibilizam com seus afetos, se apiedam “coitado, ele só pode contar comigo”, “ele está dormindo no piso frio, está sem blusa” e outros comentários que fazem brotar o sentimento de cuidado, empatia e preocupação. Mas também foi presenciado que algumas mulheres em uma semana estavam sensibilizadas com os maridos, lamentavam as condições pelas quais o companheiro se encontrava e, na semana seguinte, brigavam com os homens e falavam que nunca mais os visitariam, que estavam com muita raiva, por alguma situação vivenciada entre eles na visita. Essa dualidade compaixão e raiva foi presenciada nas esposas e namoradas, nunca nas mães. A relação vivenciada com a esposa e namorada é permeada de cuidados, ciúmes e cobranças também. As mães dos presos sempre relevavam quaisquer atitudes dos filhos e, em geral, atribuíam às noras os problemas do filho. No final de semana que a mãe visita, em geral, a nora não comparece e vice-versa, para evitarem conflitos e dissabores.

As esposas, mães e namoradas fazem esforços para estarem aos finais de semana nas visitas, em termos financeiros, de cansaço físico e emocional, se ausentam dos momentos familiares e colocam em risco seus empregos para comparecerem aos finais de semana nas visitas. No entanto, atribuir a elas uma “prisionização secundária” (COMFORT, 2007) não parece corresponder ao protagonismo que apresentam, pois reduz muito a mulher enquanto sujeito de sua própria vida. Não se está rechaçando uma gama de dificuldades que passam, inclusive violências e estigmas, mas atribuir um aprisionamento secundário faz parecer que

elas estão destituídas dos vários agenciamentos que fazem em suas vidas, inclusive a decisão de continuar a manter a relação com o homem preso, pelo tempo que entenderem por bem ou deixarem de se relacionar com esse homem. A maioria delas têm trabalhos remunerados, cuidam de sua família, dos filhos. Algumas cuidam dos negócios da família, como compra e venda de imóveis e carros, outras empreendem uma parte do dinheiro que, por razões escusas ou não, o preso tem parte no negócio.

Quando se pensa na chave mulheres que mantém vínculos com homens presos e as redes e atravessamentos que decorrem dessas relações, tendo as visitas como o espaço e tempo em que o cuidado com o preso é materializado, percebe-se que há semelhanças e diferenças na responsabilização das mães, imbuídas no papel social de genitoras e o papel social das esposas e namoradas, no que tange ao aprisionamento do homem e ao atendimento de suas necessidades. Não se trata de hierarquizar ou medir sentimentos ou responsabilidades, mas as expectativas que lhes são lançadas e, pode-se dizer, o olhar de cada uma delas sobre si mesmas e o homem preso, são diferentes.

2.3 Mães, esposas e namoradas

O processo de responsabilização das mães é naturalizado e oculta os preceitos morais, sociais e culturais defendidos pela sociedade e atendê-los pressupõem que o filho tem “sucesso” ou “fracasso”. Essa expectativa e construção social são avaliadas frente ao cumprimento ou não da mulher em atender o seu papel ou responsabilidade maternal diante da trajetória do filho (MESTRE; SOUZA, 2020).

A maternidade carrega uma “autoridade moral”, uma “força simbólica”. A chave materna se inscreve num estatuto diferenciado, e na literatura são mostradas atuações políticas de mães que tiveram seus filhos mortos pela polícia, numa dor e angústia reconhecidas o todo tempo pela sua condição de mãe, num caráter simbólico do papel materno e toda a trajetória na busca de respostas pelo assassinato dos filhos e de condenação dos responsáveis, em que elas são “atores políticos em arenas variadas” em relação a outros familiares, como filhos, irmãos e esposas dos jovens mortos, que não tem a mesma inscrição simbólica (VIANNA; FARIAS, 2011)

A responsabilização se apresenta de mãos dadas com a “culpa”. Quando os filhos não correspondem às exigências sociais de bom desempenho, bom cidadão, pessoa bem-vista na sociedade, a “culpa” recai sobre a mulher e isso decorre na associação de mães cuidadoras às mulheres, com responsabilidade pela criação, sem que seja analisada sua classe social, dificuldades financeiras, o que acarreta para as mulheres autocobrança grande e baixa autoestima (MESTRE; SOUZA, 2020). A relação que as mães mantêm com os filhos demonstra a responsabilidade delas em socializá-los conforme a moralidade defendida, muitas vezes, pela igreja e pela sociedade de forma geral. Pode-se observar isso em discursos públicos ou de governo e discursos religiosos sobre a responsabilização que as mães têm sobre a trajetória dos filhos, o sucesso que obterão, considerando-se o que vem a ser sucesso numa sociedade capitalista e industrializada, que preza as realizações individuais (KITZINGER, 1996).

Se a mãe já é responsabilizada quando os filhos não correspondem às exigências tidas socialmente de bom comportamento, sucesso e respostas a padrões sociais valorizados, quando esse filho está preso, o ônus e o estigma se intensificam, pois ela também é mãe de “preso”, “criminoso” e aqui, pode-se dizer, a responsabilização é exacerbada. Os pais dos presos, em regra, não são responsabilizados. Algumas vezes a responsabilidade do pai é indireta, velada ou vista com parcimônia, em especial nos casos em que mãe é sozinha na criação do filho, a chamada “mãe solteira” ou se separada do pai, por uma série de questões, a ausência do pai é tida como disparador das práticas dos filhos contrárias ao esperado socialmente, com uma idealização de que a presença do pai evitaria o filho ter trilhado o caminho que fez e estar preso.

O filho criado por uma “mãe solteira” remete a filtros classistas para ricos e pobres, carregados de avaliações opostas para descrever comportamentos parecidos. Se a mulher é pobre, é “mãe solteira”, se rica, é “produção independente”. Se a mulher é rica e se separou e recasou uma ou várias vezes, é “família recomposta”, se for pobre, e passou pelo divórcio e recasamento, é “família desestruturada” (FONSECA, 2005, p. 57), numa apreensão sobre o que realmente está em jogo é quem detém o capital social. Aquele que detém o maior capital social, cultural e econômico é classificado como estruturado, ao contrário das famílias de classes mais populares, que por questões culturais, econômicas e sociais, não se enquadram na classificação de estruturadas (BOURDIEU, 1989). Em campo, uma boa parte das mães é separada dos pais dos filhos que estão presos. Algumas estão sozinhas e outras tem novos parceiros. Algumas narravam que a família dizia que o seu filho “tinha se

perdido” pelo fato de não ter pai, ou porque o marido tinha abandonado o lar, daí a causa do menino “ter se perdido”, se o pai estivesse em casa, o filho não teria ido para o caminho errado. Numa extensão aos presos e as suas mães, a leitura que é feita costumeiramente, inclusive corroborada pelos meios de comunicação, em especial por alguns telejornais, é que se a mãe é de preso pobre, preto, da periferia, a leitura é de “família desestruturada”. Uma boa parte dos presos são jovens negros e pobres, sendo que um número expressivo responde por tráfico de drogas²⁹. Quando um filho de mulher pobre é preso por ligação com drogas, é “delinquente” e traficante. Se for adolescente ou jovem de classe média ou rico, a sociedade por vezes não o enxerga necessariamente como traficante, quando muito como dependente de drogas e o próprio jovem nega a denominação traficante, porque essa intitulação não lhe é imposta de fora e ele não tem internalizada a “sujeição criminal”³⁰. Além do mais, jovens classe média ou ricos têm melhor aparato jurídico com bons advogados, raramente vão as “bocas de fumo” buscar as drogas, porque esse trabalho de mediação é feito pelos jovens pobres, com a entrega do produto nas casas dos jovens classe média/ricos, que repassam aos seus amigos e conhecidos.

“Eu sou evangélica. A senhora não sabe, como é onde eu moro. Na periferia do Guarujá. Para chegar aqui, eu peguei ônibus até São Paulo, de São Paulo para Campinas, de Campinas para Hortolândia. Nesse bairro em que eu moro, a polícia entra matando. Essa semana, na sexta morreu mais um, ele pediu pelo amor de Deus ao policial “senhor não me mata, por favor”, eles mataram. Meu filho errou, cansei de avisar, avisei, aconselhei, usa droga, tá preso agora, pelo menos tá vivo. Não adianta, quis levar para a igreja, quando ele vai para a igreja, ele melhora, quando ele começa a se afastar da igreja, começa tudo de novo. Ele errou,

²⁹ Quantidade de tipificações penais de julho a dezembro de 2022, com um total de tipificações de 733.707, sendo tipificações masculinas o total de 703.570. Das tipificações masculinas, as que estão ligadas ao tráfico internacional de drogas são 3775, ao tráfico interno 156.057 e a associação ao tráfico 26.167, ou seja, as tipificações ligadas ao tráfico de drogas no geral, correspondem a 27% (vinte e sete por cento) do total de crimes. Não se está considerando que vários crimes ligados a armas e roubos, tem ligação com o tráfico de drogas.

Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYjBhODYxYjAtOWJmNC00Mzg1LWI5ZWVtNzA4NTk1NGNhZWVhYiwiZCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSectiond75a46556e50b9b57>, acesso em 16 de julho de 2023

³⁰ Grillo (2008, p. 97 a 103), na dissertação de mestrado realizada no RJ, mostra a contraposição do traficante do asfalto em relação ao traficante do morro. O traficante do asfalto ou da pista está num espaço maior de invisibilidade, pois não precisa se engajar tanto na defesa do território, da polícia, ou da competição de mercado. O espaço é mais fluído, além de que encobrem suas atividades ilegais mais facilmente, por pertencerem à classe média, o que lhes dá maior oportunidade de selecionar clientes, contatos e associados. Eles mesmos não se veem como traficantes, apesar de se reconhecerem como atuantes em atividades de tráfico de drogas. Associam a palavra “traficante” com o bandido do morro, do qual fazem questão de se distinguir. São beneficiados em relação aos traficantes pobres, pois não se submetem ao processo de “sujeição criminal” (MISSE, 1999). Traficam mais entre os amigos e conhecidos dos conhecidos, o que faz com que os vínculos afetivos inibam, por vezes, o uso de meios violentos no caso de não pagamento de dívidas, além de que, sabem que se houver lesão corporal ou morte de outro rapaz de sua classe, a apuração policial seria muito mais incisivas aquelas ocorridas nas periferias e favelas, o que pode ser um inibidor de violência.

mas eu não vou abandoná-lo. Eu entro lá alegre, dou força para ele, mas quando eu saio, estou arrasada”. (Interlocutora)³¹

A responsabilidade pelo caminho trilhado pelo filho pode ser analisada na perspectiva de uma moral social hierárquica e excludente que coloca a mulher num lugar de cuidadora principal (MESTRE; SOUZA, 2014). A culpa não é um sentimento intrínseco à mãe, pois não é uma reação biológica regulada por hormônios, no entanto, as mães sentem-se culpadas, porque não atendem a padrões construídos que lhes são impostos e que são profundamente enraizados, de tal forma, que uma série de problemas complexos da sociedade atual são atribuídos ao mau desempenho das mães (FORNA, 2000).

“Eu penso, onde foi que eu errei? Na família todo mundo sabe, menos um irmão mais crítico, mas todos evitam falar do assunto comigo, mas eu estou acabada, acabada. Sou educadora. Como uma educadora tem o filho preso? Eu olho para uma criança, não acredito mais nela, não acredito mais no futuro dessa criança. Meu filho é usuário de drogas, paguei escola particular, não adiantou nada, foi preso por tráfico” (interlocutora)³²

As mães, além de serem culpabilizadas, também se culpabilizam pelo ocorrido, pois a “força simbólica” e os “preceitos morais” estão na mesma chave: a maternidade que vem agregada à condição de presidiário do filho. No entanto, percebe-se uma ambiguidade na cobrança que recai sobre essa mulher. Ao mesmo tempo em que é responsabilizada por não ter ido de encontro aos “preceitos morais” de seu papel materno, ela carrega uma “autoridade moral”, mesmo que simbolicamente, que a diferencia dos outros atores que não são mães, e que conduz a uma condescendência por parte das outras mulheres visitantes, por parte dos presos e mesmo dos agentes penitenciários, e que pode ser observado em campo, espaço em que têm um tratamento mais amistoso, inclusive da guia da fila:

“Vamos respeitar as mãezinhas”. “Oi, mãezinha, deixa eu olhar a matrícula para te orientar”. “Meninas por favor, vamos dar uma atenção para as mãezinhas que tem mais dificuldade para entender, vamos dar um apoio”. “Alguém acompanha essa mãe para a fila da P1, ela está perdida.”³³

Numa manhã de domingo, era perceptível o número de mulheres idosas com exames na mão. Junto da guia havia uma mulher de preso, técnica de enfermagem, que auxiliava a guia no ordenamento da fila; “mas esse exame que você trouxe é de 3 anos atrás, não está valendo; essa aqui tem problemas no pulmão, pode pôr na preferencial” e assim por diante.

³¹ Diário de campo, 12/02/2022

³² Diário de campo, dia 04 de dezembro de 2021

³³ Diário de campo, dia 12 de dezembro de 2021

Foi uma manhã de muitos casos de idosas preferenciais e doentes. Se algo der errado ou uma mãe for destrutada ou uma preferencial não for respeitada, a questão será resolvida pelos presos, pode chegar a ser instalado debate dentro da unidade prisional e a guia ser destituída. Foi o que aconteceu quando uma mãe de preso contou que vinha da cidade de Assis-SP para visitar o filho. Que a guia e a auxiliar “pisaram na bola”, que o número dela era o 28, mas as guias não achavam o nome dela na lista. A mulher ameaçou “esticar a caminhada para dentro do presídio”, o seu filho era integrante do PCC lá dentro e os maridos da guia e da auxiliar teriam que responder por isso. Diante da ameaça, as guias inseriram o nome dela na lista, pediram muitas desculpas à mulher, que foi colocada na fila no lugar 28 de entrada.

Em relação às esposas e namoradas, a visita também é permeada pela moralidade, por um dever feminino, na obrigação em manter os laços familiares, de devoção à família, idealização que reverbera na mulher uma divindade moral e espiritual ligada à uma resistência maior à dor e sofrimento frente à vida e, ao mesmo tempo, as colocam num espaço de marginalidade, impureza e ameaça à sociedade devido ao vínculo com o preso (CALICCHIO; BARSAGLINI, 2021).

As mulheres buscam atenuar o período em que os homens estão alijados do convívio social, na tentativa de não permitir o esmorecimento dos vínculos e manifestam medo de que ele se desequilibre emocionalmente e, para evitar esse descontrole emocional, enviam cartas, telefonam, suprem necessidades materiais, emocionais, sexuais (DUARTE, 2013). As esposas e namoradas internalizam a obrigação com um cuidado geral e têm a expectativa de que ele voltará para a família e terá um trabalho legalizado.

E nesse emaranhado de sentimentos como o amor, cuidado, sensibilização, compadecimento, um retorno é esperado especialmente das esposas e namoradas, o que faz lembrar a conceituação de Mauss (2003) de como a dádiva se configura, entre o dar, o receber e retribuir, pois de forma explícita, as mulheres evidenciam o quanto os homens são devedores dos vários finais de semana que elas passaram em “portas de cadeia”, para visitá-los, dos vários anos de suas vidas que os seguiram por várias penitenciárias, do quanto enviaram os jumbos e trouxeram as refeições e das expectativas de que quando deixarem a prisão voltarão para a família e o mundo ilegal ficará no passado, com o reconhecimento da grande participação delas na vida nova e regeneradora que terão pela frente.

“Se eu não trago blusa de frio, ele passa frio”. No começo ele dormia no chão, agora tá num beliche, mas eu preciso trazer as coisas, senão ele passa fome”. “Eu preciso vir para dar apoio para ele, ele se sente muito sozinho, coitado”, “ele está muito carente, a semana que eu não venho, ele fica deprimido”, “ele me escreve todo dia, e eu respondo todas as cartas”. “Ele é evangélico, logo ele tem que ser muito correto, mas as vezes ele empresta o celular do colega de cela e me liga, ele tem saudades”. (interlocutora)³⁴

“Já avisei. É a última vez que eu fico em porta de cadeia. Minha mãe até leva na boa. Meu pai, depois que descobriu que eu tô grávida, não olha mais na minha cara.... faz um ano que eu tô em porta de cadeia. Já avisei ele, se for preso de novo, eu não volto mais”. (interlocutora)³⁵

A questão de como a tarefa/responsabilidade do cuidado é tido como predominantemente feminino pode ser observado nas políticas de transferência de renda, em que são observados como os papéis e encargos são normatizados em legislações e moralidades. Os benefícios estão em “nome da mãe”, logo, a titularidade para manejar o benefício é da mulher. Entenda-se aqui a “mãe” como a mãe que tem a tutela dos filhos. Essa mulher, além de ser mãe, está ou esteve em algum momento envolvida com o pai das crianças que estão sob sua guarda. É essa mulher que busca o bolsa-família no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)³⁶ e essa transferência é feita em seu nome, o que faz refletir sobre uma dualidade entre o empoderamento e um controle estatal. Nas próprias paredes do Centro de Referência, nos cartazes, o cadastro, todo o processo, a instrumentalização do auxílio estatal são pensados para estar sob a responsabilidade da mãe das crianças. Por um lado, é a possibilidade da mulher que nunca teve acesso à renda, passar ter alguma e poder decidir como a usará, inclusive para se desvencilhar de situações de violência doméstica, assédio e maus tratos, por outro lado, tem diminuídas suas chances de colocação profissional, de estudar e buscar alternativas, pois o recebimento do benefício estatal está atrelado a sua condição de mãe, cuidadora, arrimo de família. (DETONI; NARDI; MACHADO, 2018).

O Estado se desonera em troca de ínfimo benefício para que as mulheres assumam as famílias e os inúmeros compromissos daí decorrentes. Um homem raramente é o titular do recebimento do benefício estatal, pois poucos homens assumem o cuidado com os filhos, pelo abandono familiar da mulher e em regra, se procuram o serviço é porque estão em

³⁴ Diário de campo, dia 05 de dezembro de 2021

³⁵ Ibidem.

³⁶ CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Retirado de < www.assistenciasocial.gov.br/programas-projetos/ptecao-social-basica-1/cras-paif>, acesso em 14 de maio de 2021.

situação de rua ou de uso abusivo de drogas, o que mostra uma masculinidade fracassada do ponto de vista social e de cuidado da família (DETONI; NARDI; MACHADO, 2018).

Um dos propósitos da política de transferência de renda seria diminuir as desigualdades de gênero e reconhecer as mulheres como agentes de proteção social. No entanto, isso se apresenta, à luz da teoria de Michel Foucault (2008), como forma de instrumentalização da dualidade entre o empoderamento feminino e o controle estatal, numa “biopolítica da maternidade”. As estratégias de controle de condutas não se exercem somente pelo poder do Estado, mas se ramificam por suas diversas instituições, que produzem e traçam os corpos e sujeitos (DETONI; NARDI; MACHADO, 2018).

Apresentam-se dimensões assemelhadas na configuração entre transferência de renda e titular e apoio ao preso pela mãe/esposa. O Estado estende às beneficiárias do CRAS as atribuições que lhe são impostas, por serem mulheres, da mesma forma que possibilita as mães/esposas que tem vínculos com presos atenderem a necessidade dos presos, o que é feito nos momentos de visitas e postagens de Sedex. Nas duas situações, o Estado é insuficiente em suas atribuições e nas duas situações é esperado que as mães e esposas sejam arrimo e farol nos caminhos a serem seguidos pelos que lhes são cuidados, o que reporta à capitalização dos sentimentos (VIANNA, 2013).

CAPÍTULO 3

POSSIBILIDADES DE (RE) LIGAÇÃO À VIDA FORA DA PRISÃO

3.1 Alimentos à luz da literatura

Entre as obrigações da mulher, levar as refeições é uma das maiores responsabilidades e esse ato tem vários significados que fortalecem os vínculos (SILVESTRE, 2011; LAGO, 2017; ARAUJO; CHAVES; DUARTE, 2020), a tal ponto que o jumbo e a refeição ocupam estatutos diferentes em termos de importância (FERRAZ DE LIMA, 2013). Por vezes, a comida oferecida dentro da unidade prisional é associada a um tratamento/sentimento de inferioridade dispensado aos presos, numa representação da instrumentalização da unidade prisional (CUNHA, 2018)

O ato da alimentação ou ingestão de alimentos está diretamente ligado à memória alimentar, aos sentidos do olfato, paladar e tem ligação direta com a cultura ou hábitos culturais (LIMA; NETO; FARIAS, 2015), num emaranhado de aspectos psicológicos que devem ser respeitados (HAMBURG; FINKENAUER; SCHUENGEL, 2014), considerando-se que a alimentação ligada a um feixe de emoções, tem o sentimento de prazer como substancial (CUNHA; ROTHES, 2016).

3.2 O alimento que resgata e acolhe

Na busca em suavizar o tempo na prisão, um dos objetivos das mulheres passa a ser levar uma alimentação preparada com carinho e esmero, e que além de saciar a necessidade física, representa também valor emocional e a possibilidade de maior interação entre o casal. A comida preparada por elas e levada para os presos também pode ser chamada de “sucata” (DUARTE, 2013).

Pode-se dizer que as refeições providenciadas pelas mulheres são o elemento que mais consome tempo, dinheiro e preocupação. Os debates sobre a quantidade da comida, o refrigerante que pode ou não entrar, se pode pudim ou outro tipo de doce, é uma constante em todos os finais de semana no período de pré-visita, enquanto aguardam em frente da

penitenciária. E essas dúvidas perduram durante semanas e meses, porque a instituição prisional muda as regras de tempos em tempos. Numa determinada época, é autorizada a entrada de dois quilos de comida aos finais de semana, após um período, passam a autorizar a entrada de três quilos. Logo, as regras não são estáveis e, diante desse cenário, a alimentação e refeição ocupam grande tempo das conversas.

A refeição por si mesma traz uma valoração emocional tão grande que, apesar de haver alimentos embutidos nos jumbos, em geral são alimentos secos e as próprias mulheres fazem uma diferenciação entre o alimento que está no jumbo e o alimento que comporá as refeições do final de semana, situam-se em categorias diferentes, a refeição ocupa um estatuto superior ao do jumbo (FERRAZ DE LIMA, 2013). A importância da comida é nítida, tem um valor simbólico que ultrapassa o meramente nutricional, o que faz pensar que o jumbo, apesar de sua utilidade, não tem valor emocional agregado, ou se tem, é muito menor que o da comida. O jumbo está mais para as utilidades em geral e a comida vem carregada de afeto e história, o que é confirmado por Cunha (2018) na etnografia realizada numa prisão feminina portuguesa, na qual a autora observou a potência da alimentação que sempre tangenciou as relações entre as próprias detentas, entre elas e seus familiares e que foi usada como instrumento de protesto, reivindicações e greves de fome, entre as detentas e a unidade prisional, mesmo num contexto em que a autonomia e identidade pessoal estão enfraquecidas.

Em todas as barracas e bares no entorno do complexo penitenciário de Hortolândia, há uma variedade de produtos, mas a comida para as refeições é o preponderante em todos, com uma certa variedade de pratos que deverão ser colocados nas *tuppewares* sempre transparentes que, por sua vez, serão colocadas em sacolas transparentes, sempre respeitando as regras da instituição prisional em tipos de alimentos e pesos. Como o complexo penitenciário de Hortolândia tem várias penitenciárias, essas penitenciárias têm regras parecidas, mas não idênticas. Tudo deve ser levado em sacolas e *tuppewares* transparentes, mas algumas aceitam determinado refrigerante, outra penitenciária não, algumas permitem a entrada de determinado doce, outra penitenciária não, e disso decorre a interminável conversa sobre os tipos de alimentos, em que a primeira pergunta que uma mulher faz para a outra é: o preso está na P1, P2 ou outra? e a partir dessa informação, muito é discutido sobre o que pode ou não, o que o preso gosta e pediu e se pode ser levado ou não.

Às vezes, uma mulher oferece a outra um pouco da comida ou do doce que trouxe para o marido, o que acarreta vários elogios entre elas, de como está bem-feito e como o “preso vai passar bem, porque ele não aguenta mais comer o que eles lhe dão”. Projetam

sobre a comida a suspeita da inferioridade do que lhes é servido e da forma como os presos são vistos.

“A comida é muito fraca, é muito ruim a comida. Eles acham que porque são presos, podem comer qualquer coisa, meu marido está emagrecendo lá. Na última semana que eu vim, jogaram metade fora, porque tinha passado o peso. Com tanta gente passando fome, fizeram isso”³⁷

A alimentação é um fato social por si mesmo e traz contornos, como nas relações que faz vínculos com o mundo externo, na busca em manter continuidade e identidade com o mundo fora das grades ou a vida pré-prisional. Atribuir a aversão e resistência que os presos têm em relação à comida que lhes é oferecida nas unidades prisionais, pela qualidade em si mesma, é reduzir muito os motivos reais. Não somente os presos, mas seus familiares também projetam sobre a comida a suspeita da inferioridade do que lhes é servido, numa chave sobre a avaliação que recai sobre eles, num reconhecimento com menor legitimidade, se comparados com não presos e familiares de não presos, é a “prisão indigesta” que se impõe (CUNHA, 2018). A inferioridade da comida é colocada também na chave do tratamento recebido, associada a uma punição imposta, que se materializada ao que a unidade fornece como alimento e lhes possibilita sobreviver (CUNHA, 2018).

A escolha do que comer não é feita somente pelo teor nutricional que os alimentos carregam. Não se põe em dúvida a importância de um alimento nutritivo, de forma alguma, no entanto, as escolhas alimentares feitas pelas pessoas, em geral, não trazem essa condição como prioridade. Em alguns casos específicos, como os esportistas, pessoas que trabalham com a imagem, educadores físicos, devem ser considerados pessoas que dão importância em ter nas refeições costumeiramente alimentos nutritivos, mas essa condição diz respeito a uma parcela pequena da população. É fato também que boa parte da população se alimenta do que é possível comprar, o que o orçamento de cada família comporta, principalmente em época de inflação, após uma crise pandêmica que afetou mundialmente os mercados, e como se dá a produção e distribuição mundial de alimentos, em especial na maneira como ela é feita há muitas décadas.

O alimento engloba processos emocionais e psicológicos resgatando memórias e sentimentos de prazer. Ao observar a saída dos presos para as festas de final de ano, perto da barraca de uma interlocutora, vários se aproximavam e compravam salgados e bolos recheados, com coberturas diversas, em especial coberturas de chocolate. Um preso, rapaz

³⁷ Diário de campo, dia 28 de novembro de 2021.

muito jovem, se aproximou e comprou um pedaço de bolo-prestígio e fez um agradecimento à dona da barraca: “que delícia, faz muito tempo que não como um bolo tão gostoso, lembra o da minha avó”³⁸

A dona da barraca, muito satisfeita e sensibilizada, diante da fala do rapaz, o incentivou a comer mais. As escolhas por determinados alimentos ou refeições são escolhas que tem origem no processo do convívio social, nas lembranças de momentos familiares, nas relações vividas nos ambientes de trabalho e escola. O que imprime o código alimentar é a cultura, através das receitas e hábitos que se relacionam ao paladar, ao prazer da degustação e sabores (LIMA; NETO; FARIAS, 2015). Nesse aspecto, o alimento pode ser visto como âncora afetiva, componente de equilíbrio da vida emocional, que vai além do desejo de saciedade, mas engloba processos psicológicos que afetam o que as pessoas escolhem comer e a quantidade (HAMBURG; FINKENAUER; SCHUENGEL, 2014).

Essa cultura alimentar e as preferências de cada um faz com que a comida seja responsável por uma função agregadora, que é a “comensalidade”. Comensalidade deve ser entendida como a reunião de família, amigos e conhecidos que tem como um dos objetivos comerem juntos, seja em torno da mesa de casa, ou em lugares externos à casa, como restaurantes e lanchonetes. O fato é que o reunir-se para comer, implica ter os afetos se alimentando juntos, conversando, contando sobre o dia a dia, sobre as histórias da vida, sobre como transcorreu a semana. Assim, pode-se entender o ato de comer como ato social e político, que vem enredado em sabores, costumes e hábitos aprendidos pelo transcorrer da vida pelos grupos. É a trama de herança cultural, sociabilidade e memória afetiva que possibilita a ação prazerosa (LIMA; NETO; FARIAS, 2015). Nesse sentido, a psicologia conclama a fisiologia a não ignorar esse emaranhado psicológico de emoções e de prazer, considerando ainda que o coroamento do ato da ingestão de alimentos é o prazer (CUNHA; ROTHES, 2016).

Nesse momento de intimidade e de conversa muitas vezes o que menos se conta é o tipo de comida que se está ingerindo e o seu valor nutricional. Pode ser um salgado, sanduíche, arroz com feijão, macarrão, frango ao molho, independentemente da categoria do alimento, o que interessa é o valor emocional e simbólico que ele carrega, porque envolvido em significados de pertencimento e intimidade. A comida que está sendo ingerida já é conhecida pela pessoa, no caso, o preso, já fez parte das refeições junto aos familiares em sua casa antes da prisão e agora, no momento da visita, pode ser consumida novamente junto

³⁸ Diário de campo, dia 23 de dezembro de 2021.

aos familiares, num ambiente de troca e, dentro do possível, num momento em que preso e o familiar estão mais à vontade.

Nas unidades prisionais, os presos têm racionalizado seu tempo segundo a segundo, não podem escolher o horário de almoço, se podem tomar um café à tarde, não tem espaço para ficarem sozinhos por algum tempo, dormem e acordam uns no meio de outros, vivem amontoados. E nessa regulamentação total, os alimentos também estão inseridos. As refeições têm horário estabelecido para serem servidas e são padronizadas, no sentido em que se o preso não comer o que é oferecido, ficará sem se alimentar. É por meio do alimento que se pode observar a amplitude da discricionariedade das unidades prisionais, nas quais cada gestor de penitenciária decide sobre o que pode entrar ou não nas unidades e, talvez, na perspectiva dos elementos e sentidos que o sabor e paladar, aroma e olfato representam, é aqui que o preso tem uma das maiores perdas de sua autonomia. Em princípio, o preso só pode comer o que o sistema prisional lhe oferece, na quantidade, qualidade e horário em que lhe é disponibilizado.

No início de janeiro de 2022, na volta das festas, os presos se aglomeravam nas barracas e compravam avidamente tudo o que conseguissem comer, antes de entrar. Mais uma vez, na barraca de uma interlocutora, um deles se aproximou e contou que estava chegando ao CPP (Centro Progressão Penitenciária) de Hortolândia naquele dia e vinha de outra penitenciária do interior de São Paulo, na qual a comida até que era boa, porque eles cozinhavam com gordura de porco, o que lembrava a comida de sua mãe, que sempre cozinhou com gordura de porco. Que ele também já tinha estado numa penitenciária anterior, no Mato Grosso, onde a comida era horrível, só serviam fígado de boi. Perguntou à dona da barraca como era a comida na penitenciária de Hortolândia e ela lhe falou que todos reclamavam, que ele ia estranhar. O preso se mostrou muito preocupado, contou que sua mãe não o visitava mais, devido à pandemia de COVID-19 e por estar diabética, logo não teria como lhe trazer refeições, ele teria que se restringir à comida servida na prisão.

O que chamou a atenção nesse diálogo entre ambos é que esse preso, um rapaz que aparentava mais idade que a maioria dos presos e já tinha passado por unidades prisionais de diversos estados do país, com considerável experiência em penitenciárias, tinha como preocupação primeira quando chegou ao complexo de Hortolândia, quais refeições lhe seriam servidas, até porque não poderia mais contar com sua mãe que estava adoentada, o que mostra a centralidade da alimentação.

Se a comida traz lembrança de dor emocional, o alimento será repellido, sendo o prazer condição da alimentação ou, pelo menos para quem tem a possibilidade de escolher o

que comer e “o gostar ou não” do alimento, está inserido em emoções. A inquietação do preso mencionado acima, sobre qual alimento lhe seria servido e as falas das mulheres sobre a preocupação que tinham sobre o que o filho ou marido iria ingerir demonstra como a comida é elemento de extrema importância na manutenção da socialização do preso com o extramuros, mantendo sua re(ligação), através de sua memória alimentar, pelo olfato, paladar e mesmo pela apresentação da comida, através das cores e a forma como está arrumada dentro da *tupperware*, são detalhes que mostram o cuidado e apreço das mulheres que com eles mantêm vínculos afetivos. A refeição levada pelas mães, esposas e namoradas representa muito mais que o alimento por si só, ela carrega a casa, o cheiro, a memória, as relações, as histórias de vida, o prazer.

3.3 Filhos

Os filhos podem ser um elemento importante para que o preso mantenha sua socialização com o mundo que está fora e, de certa forma, suspenso ou ao menos distante, durante o período de prisão. Mas para que esse elemento possa atuar é necessário a ingerência da avó (mãe do preso), da esposa/namorada (mãe da criança). Para tanto, faz-se necessário refletir sobre os três sujeitos: a mulher (esposa/namorada/mãe), o preso e a criança visitante.

A literatura apresenta as mudanças que as pessoas sofrem durante a vida e de que forma isso pode afetá-las e a prisão dos familiares estão entre elas. A prisão do pai modifica toda a dinâmica familiar, em especial o emocional dos filhos. Nessa nova realidade de aprisionamento e posteriormente de visitas às unidades prisionais, autores entendem como positiva a manutenção dos vínculos parentais, inclusive como fator de ressocialização dos presos (LEDEL; RAZERA; HAACK; FALCKE, 2018; FERREIRA DA SILVA; GUZZO, 2007), mas alguns pais presos preferem que os filhos não os visitem, com receio dos danos que isso possa causar (MIRANDA; GRANATO, 2016). As crianças estão sujeitas a serem estigmatizadas no ambiente escolar, no entanto o contato com o pai é importante, ainda que seja no ambiente prisional (DALLAIRE; CICCONE; WILSON, 2010; LEDEL; RAZERA; HAACK; FALCKE, 2018, p. 106).

Há os que consideram que o contato e manutenção do vínculo com o filho pode servir de âncora emocional e pode levar o preso a manter um bom comportamento e desejar uma mudança efetiva em sua vida (MIRANDA; GRANATO, 2016). A atuação feminina é

imprescindível para que esse vínculo emocional entre pai e filho se estabeleça e na sua recusa, dificilmente ele se formará (CARRETERO-TRIGO; CARCEDO; FERNÁNDEZ-ROUCO, 2021).

Muitas mulheres se engajam em levar os filhos para visitar o pai e entendem que a paternidade se constrói na relação formada entre mãe, pai e filhos e têm internalizadas o modelo nuclear de família (COSTA; CUNICO e STREY 2019), o que faz com que anseiem esse modelo e, para tanto, pode-se refletir sobre a perspectiva metodológica de Bourdieu (1989) como “campos”, “habitus” e “dominação”.

3.4 A relação do preso com o filho mediada pela esposa e pela mãe (avó)

Além dos dois sujeitos em pesquisa, que é a mulher que mantém o vínculo com o preso e o próprio preso, um terceiro ator se apresenta nessa relação: o filho (a). Os filhos são mais um elemento ou dimensão que traz a possibilidade de religação do preso ao mundo fora da prisão, por meio da mediação da mulher. Os filhos, para comporem um lugar nessa relação triangularizada, são subordinados à aprovação dos outros dois atores, que são o pai preso e a mãe/avó ou a cuidadora responsável. Nessa relação triangularizada, cada um dos atores atua de uma forma e ocupa determinado estatuto, cabendo uma reflexão sobre como cada um performa no espaço da pré-visita e da visita à unidade prisional e as implicações que daí decorrem.

Há pesquisas no sentido do quanto ser pai na prisão é central para o bem-estar dos presos e o quanto são experiências diferentes ser pai na condição de presidiário e ser pai fora da prisão. É certo que ser pai na prisão acontece dentro de algumas possibilidades limitadas e isso leva os presos, muitas vezes, a sentir ansiedade e inadequação para a parentalidade, pois existem restrições físicas, emocionais e financeiras, mas isso não diminui na maior parte das vezes a vontade de estar em contato com o filho e vice-versa, os filhos, principalmente os menores, anseiam por ver o pai. No entanto, talvez essa seja a forma de socialização mais delicada e ao mesmo tempo espinhosa, pois o universo infantil demanda um cuidado maior e análise em diversos ângulos.

Quando os pais estão presos, a depender do tipo de crime que cometeram, eles podem perder o poder familiar sobre os filhos. A Lei Federal nº 12.962/2014, trouxe esclarecimento para duas questões que estavam em aberto: a visita das crianças e adolescentes aos pais

presos e também a destituição de poder familiar³⁹. Essa lei acrescentou o parágrafo 4º do artigo 19 ao Estatuto da Criança e do Adolescente⁴⁰, garantindo a convivência da criança e do adolescente com o pai e mãe preso, desde que acompanhados por pessoa responsável e no caso das crianças e adolescentes estarem em acolhimento institucional, acompanhados pelo representante da entidade. Essa lei menciona ainda que os pais só perderão o poder familiar se condenados por crime doloso⁴¹ contra o filho, com pena de reclusão.

A prisão do pai é mudança brusca na vida de um filho e uma visita à prisão também é mudança de ambiente radical. Assim, é necessário pensar como se dará a interação da criança na visita, com outros protagonistas que são os presos e seus familiares e o ambiente em que ela ficará, e como isso vai afetar seu desenvolvimento. Esse novo contexto precisa ser pensado, por se tratar de grande mudança na vida, em relação aos papéis e ao ambiente e como afetará a pessoa que terá que se adequar a essa mudança (FERREIRA DA SILVA; GUZZO, 2007).

O aprisionamento do pai modifica a dinâmica familiar e os filhos, mesmo os com pouca idade, entendem a situação e alguns passam a expressar baixo rendimento escolar, falta de apetite e enurese, em geral com grande desgaste psíquico⁴², o que pode se agravar, pois no momento da visita as crianças passam pelo mesmo procedimento dos adultos, com espera nas filas e em revistas. Apesar disso, a relação entre pais e filhos é vista, em linhas gerais, como positiva para ambos, pois assim se mantêm os vínculos parentais, como fator de proteção para as crianças e ampliação de ressocialização aos presos (LEDEL; RAZERA; HAACK; FALCKE, 2018)

Imaginar que o ambiente prisional seja um lugar adequado para uma criança é quase ingênuo, mas a avaliação não pode ser feita de maneira rasa. As crianças, principalmente as

³⁹ Poder familiar é o antigo pátrio poder ou *paterpotestas*. Por ser exercido por ambos os pais. A expressão “pátrio poder” foi substituída por poder familiar no Código Civil de 2002, abarcando desta forma a participação do pai e da mãe no poder sobre o filho, ou o poder de apenas um deles, na falta do outro.

⁴⁰ Lei 8069/90. ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. ([Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016](#))

§ 4º Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial. ([Incluído pela Lei nº 12.962, de 2014](#))

⁴¹ Crime doloso é aquele que a pessoa agiu com intenção de cometer.

⁴² Relatos também de crianças que sofreram com ausência dos pais presos foram colhidas Seminário Nacional, já mencionado na introdução, mas aqui se reitera, que reuniu várias organizações e foi intitulado CAFES (Crianças e adolescentes com Familiares encarcerados). Entre os pontos levantados estavam a falta de infraestrutura nas prisões para receber visitas, os reflexos sobre a saúde, emoção e amparo financeiro dos parentes.

menores, sentem a ausência do pai. Em campo, na frente das barracas e dos bares, por várias vezes foram observadas crianças chorando, porque queriam entrar com a mãe. Numa manhã, uma garota de seis anos de idade queria entrar com a avó para visitar o avô, mas não pode entrar, devido à pandemia da COVID-19, pois ainda não havia sido vacinada.

No dia 03 de fevereiro de 2022, a manifestação dos familiares reivindicando em nome dos parentes presos uma série de direitos, entre eles, a volta da visita das crianças estava na agenda. Em fevereiro, a vacinação contra a COVID-19 ainda não tinha atingido parcela considerável da população e nem as crianças. Na manifestação, foi dado o microfone à uma menina entre 5 e 6 anos de idade, que falava alto: “o preso tem família, eu quero visitar meu pai”. Todos aplaudiam e gritavam o nome dela e, quanto mais era aplaudida, mais ela se entusiasmava e repetia a frase. A mãe da menina incentivou a garota durante toda a manifestação, e a criança sempre que se dirigia ao público procurava o olhar da mãe, que acenava afirmativamente com a cabeça, apoiando-a.

Devem ser considerados o desenvolvimento emocional e o que é adequado para determinada faixa etária, assim, ao menos em tese, deve-se esperar que crianças e adolescentes, quando não estão na sala de aula, tenham momentos de lazer, culturais e pedagógicos em locais apropriados, como praças, museus, cinemas, quadras de esporte, recreios na escola e mesmo em seus lares. Quando a criança vai para o contexto prisional, ocorre a mudança de papel e ambiente, o que pode reverberar sobre ela.

Da mesma forma, crianças no trabalho infantil, vendendo doces nos faróis de carros, crianças fora da escola, crianças aliciadas pelo trabalho no tráfico de drogas também são situações que devem ser analisadas. Essa pesquisa não abrange essas últimas, as que trabalham em faróis, no tráfico, as que não estudam, as que são exploradas de inúmeras formas, mas é necessário lembrá-las porque muitas vezes essas circunstâncias são naturalizadas pelas pessoas, não se discutem por quais relações estruturais de poder elas estão fora da escola e dependendo de esmolas, apesar de todos as presenciarem cotidianamente, e o tema que mais causa debates morais e críticas acirradas é se criança deve visitar o pai preso e se esse deve receber visitas dos pequenos. Também nesse cenário, não se discute sobre as relações de poder ou atravessamentos pelos quais o pai da criança está preso ou porque essa criança tem o pai preso. Discussões, em sua maioria, são por premissas morais e meritórias, como a de que se o preso merece ter contato com seu filho e vice-versa, se a criança deve visitar o preso.

Num cenário de unidade prisional, as crianças dormem enquanto esperam as visitas. Quando entram no local, fazem suas refeições, correm e brincam com os pais ou com outras

crianças, tem contato direto com outros presos, ela também é submetida à *scanner*, ela presencia todas as pessoas passando pelo *scanner*, as sacolas e alimentos sendo revistados. Essa nova dinâmica na qual os pequenos passarão a interagir faz com que os pais presos reflitam sobre os ganhos em tê-los nas visitas ou não, e muitos externam a preocupação de que os filhos tomem por modelo os criminosos no interior do presídio e, assim, preferem não receber suas visitas (MIRANDA; GRANATO, 2016). Uma mulher narrou que o marido preso preferia que o filho não viesse visitá-lo, e a mulher até se sentia aliviada de não ter que trazer o filho, pois concordava que aquele não era ambiente para o pequeno. No entanto, de acordo com o relato das mulheres, esse posicionamento é raro, tanto os pais quanto os filhos querem a visita.

Apesar da importância de se refletir sobre os efeitos e influências que são reais, e a ausência de políticas públicas direcionadas e que podem inibir ou incentivar o desenvolvimento psicológico saudável das crianças, não há respostas se o ambiente prisional apresenta risco para o seu desenvolvimento. Não há na literatura, ou ainda é muito escassa, uma investigação que enfrente diretamente essa questão e nessa perspectiva, se a instituição prisional pode de alguma forma atingir um desenvolvimento saudável dos pequenos, mas, por outro lado, é preciso ser considerado que a ausência de interações com o pai pode causar danos emocionais (FERREIRA DA SILVA, GUZZO 2007).

Crianças com pais presos em geral sofrem estigmatização no ambiente escolar, mas, apesar disso, o contato com o pai ou mãe no sistema penitenciário é importante, ainda que necessite de certo cuidado, especialmente quando a criança ainda não consegue ter um entendimento real da situação (DALLAIRE; CICCONE; WILSON, 2010 e ORMEÑO; MAIAS; WILLIAMS, 2013 apud LEDEL; RAZERA; HAACK; FALCKE, 2018, p. 106). O estigma da prisão, do crime, de potencial criminalidade se estende às crianças devido ao parentesco com o preso. Há crianças que moram em locais onde essa realidade é constante, em que os vizinhos têm vários parentes presos, o que narrou uma mãe, sobre seu filho que nunca se queixou de ouvir comentários na escola, porque em sua sala de aula muitas crianças tinham pai, irmão ou avós presos. No entanto, essa situação não é corriqueira, outras mães relatam que escondem do filho que o pai está preso, com medo de que o filho sofra preconceito na escola. Escondem da vizinhança também e poucas pessoas da família sabem. Assim, essas crianças que não sabem sobre a prisão dos pais, têm a ausência paterna em suas vidas e os pais presos também não têm acesso a seus filhos e foram as mulheres, em geral, as esposas e ex-esposas que, por vários motivos, decidiram dessa forma. As que acobertam

o fato das crianças, em geral, dizem que o preso está trabalhando em outra cidade distante ou viajando e as crianças sempre perguntam quando o pai voltará.

Quando outras crianças ficam sabendo que o pai de alguém está preso, e ter pai preso não é corriqueiro em sala de aula, passam a comentar sobre o colega que tem pai presidiário “o pai dele está preso”, como uma pecha que recai sobre o pequeno, e as mães levam para diretores e professoras essa questão para que tentem lidar da melhor forma possível com a situação, como narrou uma mãe, que procurou pelo diretor da escola para que o filho fosse poupado de comentários dos colegas de sala.

O fato do pai estar preso, durante longo período, pode ser fator de risco para psicopatologia infantil com longa duração, por conta da separação e pelo fato das crianças se encontrarem numa instabilidade de cuidados e não ter compreensão do porquê da ausência do pai com quem tem contatos esporádicos. A ausência do pai ou da mãe, a sua inconstância, os cuidados inapropriados, a ansiedade das crianças pequenas quando afastadas dos pais, pode causar implicações na adolescência e na fase adulta, o que acarretaria diversos danos emocionais, na perspectiva da “teoria do apego”⁴³ ou *attachment*, desenvolvida por Bowlby (PONTES; SILVA; MAGALHAES, 2007; GOMES, 2011; SANTOS, 2020)

Mas, há também a perspectiva de que os filhos são dimensões que fortalecem a sociabilização do pai e sua religação à vida que está fora do cárcere, no sentido de suporte emocional. Ao refletir sobre a sustentação emocional e cuidados que são oferecidas pela mãe ao bebê nos primeiros meses e que aos poucos essa providência pode ser assumida pelo pai e familiares mais próximos, ao utilizar-se da perspectiva de Winnicott⁴⁴ (1983), pode-se considerar também que na relação entre filhos e pais presos, os filhos proporcionam cuidado e sustentação emocional ao pai, na medida em que demonstram como o pai é crucial em suas

⁴³ Em 1969/1990, Bowlby assinalou que apego-cuidado é um tipo de vínculo social baseado no relacionamento complementar entre pais e filhos. O apego tem sua própria motivação interna, distinta da alimentação e do sexo, como postulado pela teoria freudiana, e de igual importância para a sobrevivência (Bowlby, 1988/1989). Sendo o apego um estado interno, sua existência pode ser observada através dos comportamentos de apego. Tais comportamentos possibilitam ao indivíduo conseguir e manter a proximidade em relação a uma figura de apego, ou seja, um indivíduo claramente identificado, considerado mais apto para lidar com o mundo. Sorrir, fazer contato visual, chamar, tocar, agarrar-se, chorar, ir atrás são alguns desses comportamentos. Uma diferença importante entre "apego" e "comportamento de apego" é que se o "comportamento de apego pode, em circunstâncias diferentes, ser mostrado a uma variedade de indivíduos, um apego duradouro ou laço de apego é restrito a muito poucos" (Bowlby, 1988/1989, p. 40). A teoria do apego ocupa-se de ambos. Um conceito-chave dessa teoria, para o autor, é o de sistema comportamental. Suas pesquisas com crianças pequenas começaram quando observou crianças em cenários de guerra, crianças que eram retiradas de suas casas e enviadas para hospitais e creches. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ptp/a/bJfD5DCX8sNR96BMxb7dBVJ/>>, acesso em 08 de junho de 2023.

⁴⁴ WINNICOTT, Donald Woods. Teoria do relacionamento paterno-infantil. In D.W. Winnicott. O ambiente e os processos de maturação (pp. 38-54), Porto Alegre: Editora Artmed, 1983 (reimpressão 2007).

vidas, apesar de estar preso. O filho se investe no efetivo suporte emocional nesse período de fragilidade do pai, tornando-se seu amparo e conforto. Também pode-se levar à suposição de que ocorre a extensão ao pai, do conceito da preocupação primária materna. Na preocupação primária que Winnicott (1983) associa à mãe da criança, ela busca se ajustar e atender às necessidades da criança, e isso pode ser prolongado ao pai, por ele estar num período de suspensão da vida, e elaborar reflexões sobre suas ausências, seus erros e acertos e pensar a voltar a ter uma boa relação em família. Uma questão que pode ser colocada é se o encarceramento faz realmente brotar uma necessidade de resgate da relação com os filhos ou se trata de estratégia de sobrevivência psíquica (MIRANDA; GRANATO, 2016).

Foi observado que no dia da saída dos presos para o Natal e passagem de ano, de 2021 para 2022, os grupos que deixavam a unidade prisional logo se encontravam com suas mulheres, mães, pegavam no colo os filhos ou os colocavam sobre os ombros, indo embora rapidamente. Num diálogo entre dois presos, um aconselhou o outro a ficar atento, voltar no dia certo, não fazer bobagem na rua e lembrar que tinha família e filho para criar, “seu filho vai ter orgulho de você, não faz bobagem, volta no dia certo, logo a gente vai sair daqui”.

Mas esse apoio filial, essa religação à vida que ficou fora da unidade prisional só é possível pela atuação da cuidadora da criança, seja a esposa, avó, namorada. A função do nexos do cuidador é ponto central de encontro entre pais e filhos e a aplicação e avaliação de programas que ajudam a estreitar e fortalecer a relação entre o pai encarcerado e a cuidadora da criança são cruciais para aumentar o nível de satisfação e habilidade desses pais. No entanto, quando ocorre a separação ou divórcio entre a mãe e o pai encarcerado, manter o vínculo com o pai preso torna-se mais complicado. Muitas vezes, a mulher que se separou do preso, não quer mais vê-lo, eles não têm mais diálogo, diante disso, a visita da criança fica prejudicada, pois a mãe não a leva para o encontro, assim, a criança visitará o pai somente se outro familiar a levar e a mãe consentir (CARRETERO-TRIGO; CARCEDO; FERNÁNDEZ-ROUCO, 2021).

O papel da cuidadora da criança é fundamental para que o pai na prisão tenha uma experiência parental positiva durante o encarceramento, pois é o cuidador que faz o elo entre os filhos e o pai preso e também vai influenciar a relação entre ambos. É a qualidade da relação entre a cuidadora da criança e o preso que vai pautar a relação entre eles. Quando a cuidadora expressa bons sentimentos em relação ao preso, isso afeta as atitudes das crianças em relação ao pai ausente, o que melhora a relação entre ambos, mantendo a valorização do relacionamento e maior satisfação dos pais (CARRETERO-TRIGO; CARCEDO; FERNÁNDEZ-ROUCO, 2021).

Quando o preso e a cuidadora da criança estão separados ou em processo de separação, a visita da criança ao pai tende a diminuir a ponto de se tornar inexistente. Também nos casos que a cuidadora da criança, que em geral é a mãe, opta por esconder do pequeno a prisão do pai e o filho desconhece o motivo de um pai não presente, isso pode causar desconforto e preocupação ao preso, por não poder exercer sua paternidade e pela angústia que imagina causar ao filho por sua ausência, e que pode acarretar a perda de autoridade do pai sobre as crianças e a falta de envolvimento na vida de seus filhos, com grande insatisfação do preso (CARRETERO-TRIGO; CARCEDO; FERNÁNDEZ-ROUCO, 2021).

Diante dos três sujeitos da relação e da possibilidade de o filho servir de âncora emocional para o pai preso, essa composição emocional somente será gestada se a mulher que tem a guarda e responsabilidade da criança consentir. Ela tem o poder de decidir se o preso se socializará e se religará à vida deixada para fora da unidade prisional, através do elo parental com o filho. É a mulher que permite ou não. É por meio dela que a relação entre pai e filho poderá se fortalecer ou enfraquecer, a ponto de se tornar inexistente. Isso faz refletir sobre a perspectiva teórica metodológica de Pierre Bourdieu (2004), nas categorias “campos”, “habitus” e “dominação”. O autor apresenta mecanismos estruturais para estudar a sociedade, com comportamentos e configurações que dão corpo à dominação que atravessa as relações sociais. O “habitus” é um propulsor da Teoria do Campo de Bourdieu, logo, ele é um gerador da Teoria do Campo, o “habitus” é mecanismo de ação, de reflexão, acoplado na mente e no corpo, que faz o contorno das formas de ver o mundo, de classificar as pessoas em geral, partindo das próprias classificações (BOURDIEU, 2004)

O habitus, que é princípio gerador de respostas mais ou menos adaptadas às exigências de um campo, é produto de toda a história individual, bem como através das experiências formadoras da primeira infância, de toda história coletiva da família e da classe; em particular, das experiências em que se exprime o declínio da trajetória de toda uma linhagem e que podem tomar a forma visível e brutal de uma falência ou, ao contrário, manifestar-se apenas como regressões insensíveis (BOURDIEU, 2004, P. 131)

Através do “habitus” ocorre uma internalização das estruturas exteriores, que são também externalizadas pelas avaliações, posturas, maneiras de se comportar frente ao mundo. Ele tende a conformar e orientar a ação, ele próprio é produto das relações sociais, ao mesmo tempo que reproduz essas relações (ORTIZ, 1983). A definição de ter a família num modelo nuclear foi naturalizada, o que faz com que seja almejado esse modelo e como consequência traz um lucro simbólico, independentemente da condição econômica social em

que a mulher se encontra. É o “habitus” da reprodução do ideal de ter filhos, independentemente do quanto terão que arcar com a manutenção dessa família, emocionalmente e materialmente (BOURDIEU, 1989).

Para as mulheres que tem vínculos com presos, ser mãe dos filhos do preso, numa composição da família nuclear, é um ganho simbólico. Levar os filhos para visitar o pai preso pode representar muito para as mulheres e a paternidade se constrói na relação formada entre mãe, pai e filhos. As mulheres, ao manterem um relacionamento com homens presos, sentem-se seguras, inclusive em relação à suposta fidelidade, o que é valorado nas relações; mesmo em relações estabelecidas com homens que estão ausentes, como os presos, são os elementos que reproduzem os discursos da sociedade, mesmo que seja necessária uma reconfiguração, dentro do que for possível, daí a valorização de relações simétricas, nucleares, fidelidade, intimidade e filhos (COSTA; CUNICO; STREY, 2019).

O campo é colocado como um espaço social de força, no qual dominantes e dominados estão em relação constante, permeadas por desigualdade, é um “locus” de concorrência e disputas. No campo se encontram os agentes com traços gerais de um mesmo “habitus”, com concorrência entre dominantes, que detêm o poder em determinado campo e os dominados, que tentam se firmar na estrutura, usando de estratégias para alcançar seus interesses e posições distintas e legítimas em campo (BOURDIEU, 1996).

Os espaços sociais que se constituem como campos, tem suas formas de disputa próprias, e nessas disputas e competições, o dominante tenta garantir sua posição e o dominado tenta garantir sua participação. Da mesma forma, pode-se refletir como o momento da visita se estabelece como um campo, um espaço social estruturado, como um campo de lutas, no qual o dominante é a mulher/mãe/avó da criança e o preso é o dominado, numa relação desigual de forças e, nesse campo de lutas, cada um detém sua posição e dispõe de determinada força. O preso tenta manter sua relação parental, mas encontra-se por vezes, numa relação de desigualdade com a mulher, em especial quando se trata da manutenção de contato com os filhos, porque nessa relação específica, ela detém o poder de decisão, ela pode alijá-lo da possibilidade de participação na vida do filho. A mulher sempre está numa situação dominante, pois é ela que decidirá se a visita acontecerá e quando. O homem busca manter a sua condição de pai, numa tentativa da prática da parentalidade, e nesse campo de disputas, se depara com uma mulher, que pode autorizar a visita do filho ou não. De qualquer maneira, o campo de forças se mantém, mesmo que ela permita. Caso ela não permita, o

preso será excluído da relação afetiva, e ela manterá seu “monopólio” sobre o filho, eliminando o pai preso da “concorrência” relacional.

A partir dessas categorias, é possível pensar a visita da criança ou adolescente, filho do preso, mediada pela avó, mas principalmente pela mãe. Mas não são somente os pequenos, os pais também sentem a ausência das crianças. Quando os filhos já estão adolescentes, os pais enviam recados pelas mães, que querem vê-los, mas pelo fato de serem adolescentes nem sempre atendem o pedido paterno, poucos adolescentes vão às visitas e as mães não têm mais o poder de decisão que têm sobre os pequenos. Já as crianças menores, às vezes não comparecem por questões financeiras ou conflito entre o preso e a ex-mulher, e nesse último caso, precisam da mediação da mãe do preso/avó da criança para trazê-los. É o que foi constatado numa manhã em que uma avó relatou estar muito apreensiva e sua expressão denunciava isso. Ela visitaria o filho naquela manhã, situação que se repetia havia semanas e, em todas elas, o filho reiterava que queria ver seu filho (neto da interlocutora), que se preocupava com ele, que estava havia muito tempo sem ter contato com a criança, que sentia saudades. O preso havia se separado da mãe da criança. A criança tinha na época da pesquisa tinha 08 (oito) anos de idade, e a ex-mulher não queria vê-lo de forma alguma. A avó estava apreensiva porque ela também não tinha contato com a ex-nora, tampouco com o neto que pouco via e teria que tentar uma aproximação com ambos para, em seguida, providenciar a autorização legal para trazer o menino na visita. O que mais lhe preocupava era quebrar a resistência da ex-nora, criar ou resgatar um laço com o neto para depois pensar nos trâmites legais.

Nas situações observadas acima, como a da avó que teria que mediar a visita do neto e a do preso que é aconselhado a não fazer bobagens e voltar no dia determinado para a prisão, embaralham-se a ancoragem emocional dos filhos aos pais e a preocupação primária dos pais em relação aos filhos, na perspectiva winnicottiana. Tanto numa quanto em outra, o filho serve de âncora e incentivo ao pai e esse quer estar presente na vida dos pequenos, quer ter contato, vivenciar a paternidade. É uma troca de apoio do filho ao pai e do cuidado do pai em relação ao filho. Na primeira situação, o preso precisa da ajuda de sua mãe, avó da criança, para ter contato com o filho, caso contrário não teria possibilidade de voltar a ver o filho. Na segunda situação, um preso chama a atenção do colega para a importância que tem na vida do filho, que ele terá chance de viver em família, e terá o orgulho da criança em troca.

Diante do que a literatura e do que foi observado, independentemente de ser uma estratégia psíquica de sobrevivência do preso para aguentar os dias de cárcere ou de autêntica vontade de resgatar uma boa relação parental ou pelos dois motivos, e apesar de várias

implicações que devem ser consideradas, como a garantia de integridade física e mental da criança, gastos e distância, uma variedade de motivos não faltam para dificultar a visita dos filhos aos pais, mas apesar disso tudo, o contato entre os filhos e pais presos parece ter mais ganhos que perdas para ambos.

As mulheres são mediadoras tanto na forma de instrumentalização da visita, que é levar o filho na visita, quanto no preparo emocional dessa visita, que tem alguns elementos para serem considerados, ou no preparo emocional das crianças, quando o preso volta para casa, mesmo que seja por poucos dias, como Natal e passagem de ano. O tipo de relação que existia anteriormente entre o pai e os filhos, se é que existia, a depender da idade das crianças e a maneira como a cuidadora fala sobre esse pai antes do encontro entre eles, é determinado pela mulher.

As mães ou avós das crianças são grandes facilitadoras na aproximação dos pais presos e seus filhos e também, a qualidade das relações que as mulheres mantêm com os presos, os sentimentos que nutrem em relação aos homens têm grande influência nessa relação. Fica muito marcado o papel da cuidadora da criança e mediadora da visita e como esses papéis estão atravessados por conversas, disputas e concordâncias entre elas mesmas e entre elas e os presos, o que nos aponta a necessidade de aprofundarmos o estudo sobre a paternidade no cárcere e considerar mais atentamente os pontos de vista dos filhos, das mulheres e dos presos.

*Atenção ao dobrar uma esquina
Uma alegria, atenção menina
Você vem, quantos anos você tem?
Atenção precisa ter olhos firmes
Pra este sol, para esta escuridão.
Atenção
Tudo é perigoso
Tudo é divino maravilhoso
Atenção para o refrão
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte
Atenção para a estrofe e pro refrão
Pro palavrão, para a palavra de ordem
Atenção para o samba exaltação.
Atenção
Tudo é perigoso
Tudo é divino maravilhoso
Atenção para o refrão
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte
Atenção para as janelas no alto
Atenção ao pisar o asfalto, o mangue
Atenção para o sangue sobre o chão
Atenção
Tudo é perigoso
Tudo é divino maravilhoso
(Divino, maravilhoso- Gilberto Gil, Emanuel Viana e Caetano Veloso)*

CAPÍTULO 4

REIVINDICAÇÕES E PROTESTOS

Ao refletir sobre os elementos que possibilitam ao preso preservar sua identidade/socialização, como mencionado no capítulo anterior, torna-se necessário apontar que nem sempre as mulheres conseguem manter as rotinas de visitas aos finais de semana, por uma série de acontecimentos que lhes foge do controle, como mudanças nas regras/normas das unidades prisionais, elaboradas pelos diretores penitenciários ou mesmo pela SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) e também pelo imponderável, como a pandemia de COVID-19, que teve constatado o primeiro contágio no Brasil em meados de fevereiro de 2020, o que mudou drasticamente a maneira de contato com os presos, como a suspensão das visitas e a maneira como passaram a enviar jumbos. Diante dessas mudanças, seja por regramento/regulamentos ou pelo imponderável da vida, elas precisaram se organizar de outras formas, e não somente para restabelecer as visitas, mas para denunciar as privações, as condições precárias de saúde e cuidados que foram dimensionadas pelo aparecimento da pandemia. Para tanto, utilizaram-se do fortalecimento das redes, dos protestos e reivindicações, o que será abordado abaixo.

4.1 Protesto, linguagem e performance à luz da literatura

Ao analisar em que medida os atos de fala são mais que uma simples enunciação oral, mas se perfazem em ações que alteram algumas condições estabelecidas, inicia-se pela classificação de Austin (1990) que os coloca na categoria de locucionário, ilocucionário e perlocucionário. O locucionário refere-se ao ato de proferir sentença com sentido e referência determinado, o ilocucionário refere-se a força que tem esse ato, no sentido de informar, avisar, comprometer-se e o terceiro, o perlocucionário, corresponde aos efeitos produzidos pelo ato, como o convencimento, a persuasão, o impedimento. Para o autor, a linguagem vai além da mera descrição do mundo, tem caráter performativo com força de ação, o que é

contestado, de certa forma, por Mey (2016) que defende que o ato de fala por si só, ou a intenção do falante, como o ato “ilocucionário” classificação de Austin (1990), não é o único critério pelo qual o que é dito deve ser julgado e defende que devem ser analisados além do falante e do emissor da fala ou receptor, os que se encontram na circunstância do ato e o espaço e tempo. Essa perspectiva parece se aproximar ao termo *uptake*, defendido por Ottoni (2002). Mas pensar no *uptake*, é necessário considerar quem recebe o ato de fala, a maneira como vai se comportar e de que forma vai absorver e apreender esse ato. O termo *uptake* refere-se a essa relação entre os que se comunicam pela linguagem, os interlocutores, o lugar onde a fala é emitida e o ato ilocucionário, que diz respeito à ordem, ao aviso, ao comprometimento, à informação que só vai se concretizar se o que recebe o ato vier a aceitá-lo e se propuser a efetivá-lo. Somente a intenção não é suficiente, é necessário que o interlocutor que recebe esteja aberto a acatar o ato. Pode-se mesmo dizer o quanto aquela fala será absorvida por quem a recebe, a ponto de efetivá-la ou não (CHAGAS, 2016). A linguagem que se propõe a denunciar e reivindicar são discursos de resistência produzidos em um contexto de movimento social, são discursos ideológicos, e nesse momento, algumas questões devem ser postas em discussão, como quem são as pessoas que reivindicam, o que reivindicam, o que fazem, por que fazem, quais são seus valores, quem são seus inimigos e um exemplo é o panfleto do “Vidas negras importam”, que tem o Estado como inimigo e se busca combater a violência aplicada pelo Estado (DIJK, 2022)⁴⁵. A inscrição da linguagem como agente de mudanças, numa performance de denúncia, traduz “o caráter terapêutico e crítico da linguagem de enfrentamento aos problemas sociais de nosso tempo” (ALENCAR, 2017, p. 195/196) e a linguagem pode ser entendida como forma de vida, numa compreensão de jogos de linguagem do cotidiano e de como as pessoas constituem suas vidas pela prática discursiva (WITTGENSTEIN, parágrafo 23, IF).

A linguagem também é responsável por expressar a historicidade das vidas, por meio de discursos que apresentam subjetividades numa realidade de dor e injustiça, mas que nem sempre pode ser vista como resistência, por vezes, se coloca como a única forma possível de estar no mundo (DAS, 2007). A linguagem muitas vezes se perfaz em violência, mesmo que simbolicamente, e essa violência é veiculada pelas mídias (VALIM DE MELO; ROCHA, 2015). A linguagem são os “frames” ou enquadres, e por ser repetida diversas vezes, pode levar à violência e à morte de alguns corpos (BUTLER, 2019a).

⁴⁵ Seminário “O discurso dos movimentos sociais”, realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, no dia 03/03/2022.

4.2 A mobilização do dia 03/02/2022

Nos últimos anos, as dificuldades, que já eram muitas, foram ampliadas pela pandemia, o que acarretou uma indignação crescente. Os jumbos ainda eram entregues por Sedex, a quantidade de comida que poderia ser levada para as visitas diminuiu e passou a ser permitido somente 2 (dois) quilos por final de semana. As visitas ora eram liberadas, ora suspensas, condicionadas à curva de contágio e mortes, as crianças não podiam mais visitar, os encontros íntimos estavam inviáveis. Nesse cenário, somavam-se os problemas antigos: falta de água, superlotação das unidades, doentes misturados aos não doentes, horário de sol insuficiente, entre outros.

Em janeiro de 2022, foi comentado pelas mulheres que haveria uma grande manifestação no começo de fevereiro e que seria em várias capitais e cidades do país, sendo a maior concentração no estado de São Paulo, na própria capital. A mobilização seria no dia 03/02, numa quarta-feira, e foi amplamente divulgada nas redes sociais, como *facebook*, *instagram* e repassadas por *WhatsApp*, além das mídias. Chegado o dia, muitas vans e ônibus lotados de familiares de presos foram para a manifestação na capital, que aconteceu em frente à antiga penitenciária do Carandiru, que hoje abriga o Parque da Juventude, próximo à SAP (Secretaria de Administração Penitenciária). Nessa mobilização, além das mães e esposas que visitavam seus maridos e filhos em Hortolândia, estavam as mães e esposas de outros filhos e maridos presos em outras penitenciárias do estado de São Paulo. Também em outras grandes cidades de outros estados do país, a manifestação ocorreu nesse mesmo dia e horário, o que mostra o discurso de um sujeito coletivo, o sujeito coletivo mães e esposas de homens presos em várias unidades prisionais do país, ocasião em que as interlocutoras que eram observadas por mim se juntaram. Elas, as mulheres de homens presos da unidade de Hortolândia, faziam parte desse sujeito coletivo. Os cartazes, as falas, as denúncias não eram específicas de somente algumas mães e esposas, mas do sujeito coletivo, que as interlocutoras que eu pesquisava também pertenciam e participaram, naquele espaço e tempo, em frente ao antigo Carandiru, juntando suas vozes e se deslocando até a frente da SAC (Secretaria de Administração Penitenciária).

Quando chegamos lá por volta das 10:30 h., um caminhão e kombis com moradores do bairro Heliópolis chegavam, alguns com camisetas do MTST (Movimento dos Sem-Teto)

e traziam caixas de água e panetones que seriam distribuídos. Andamos umas três quadras até chegar no local de concentração dos manifestantes. Um caminhão de som se aproximava, havia um apitão⁴⁶ no local e as pessoas vestiam camisetas com palavras de ordem e frases. Era um movimento alegre, com as camisetas brancas escritas em letras pretas e vermelhas. Até umas onze e meia, quase meio-dia, o espaço estava lotado. As pessoas carregavam muitas faixas também. Havia muitas mulheres com crianças de todas as idades, inclusive bebês, muitas mães nessa manifestação, havia homens, que deduzi serem pais, tios, e homens mais jovens com apitos. O que causou surpresa é que nessa ocasião, vários rapazes participaram, mas a maior parte dos presentes eram mulheres. Quando as pessoas começaram a subir no carro de som para falar, o barulho ficou ainda mais intenso, com mais apitos e palavras de ordem.

Muitos discursos de mães que subiram no carro de som denunciavam maus tratos aos filhos, privações de itens básicos nos presídios, e uma delas foi taxativa em relação aos impostos que ela paga como qualquer outra pessoa e, por isso, o filho deveria ter uma contrapartida:

“Se o Estado encarcera, ele mantém a prisão com os impostos que todos nós pagamos, eu pago muitos impostos, logo eles têm direito à boa alimentação, a banho quente, a horas adequadas de sol, ele tem direito a tratamento digno. Meu filho passa privações, se alimenta mal, dorme no chão, não tem atendimento médico”⁴⁷

O discurso dessa mãe ultrapassa um ato meramente constativo, mas se traduz numa “performance linguística de denúncia”, o que pode ser comparado à 5ª marcha da Periferia de Fortaleza - Por memória e Justiça, no protesto de mães que perderam seus filhos adolescentes da periferia, vitimados pela violência policial, em especial no momento que uma dessas mães toma a palavra ao microfone e afirma: “O que me deixou mais triste foi saber que eu paguei a bala que matou meu filho!” (ALENCAR, 2017, p. 198). Em ambos os casos, o da mãe que lamenta “que pagou a bala que matou o filho” e o da mãe que paga impostos, mas o filho sofre toda sorte de privações, dá-se uma “gramática cultural” de denúncia e resistência, que ultrapassa um simples sistema de estruturação de uma língua, com suas regras sintáticas, mas expressa historicidade de formas de vida, pelos discursos que

⁴⁶ Apitão é uma manifestação em que soam um conjunto grande de apitos, de maneira conectada e são utilizados como protesto. Várias pessoas ao mesmo tempo fazem uso do apito, de forma relativamente orquestrada.

⁴⁷ Diário de Campo, dia 03/02/2022

trazem as subjetividades numa realidade de dor e injustiça (DAS, 2007). Nessa relação entre linguagem e realidade, também se apresenta o papel performativo da linguagem, os enunciados que são modos de ação, na esteira de Austin (1990).

Nessa mobilização, a maior parte das pessoas estava com camisetas com enunciados de protesto e reivindicação e as que não estavam, ganharam camisetas para vestir, o que pode ser interpretado como algo no sentido de que, se as pessoas estavam ali, elas deveriam “vestir a camisa” da reivindicação, caso contrário, não haveria motivo para lá estar. Ao utilizar-se dos ensinamentos de Teun A. van Dijk (2022), os enunciados são de protesto e reivindicações por condições dignas de vida aos presos, pela responsabilização do Estado pelo que lhe cabe, pelo respeito à lei que é descumprida, pelo alerta que o preso tem família e não está esquecido na prisão, pelo combate à tortura/assédio psicológico que presos e familiares sofrem de diversas maneiras e essa força da palavra se manifesta oralmente e de forma escrita.

Abaixo a transcrição literal dos enunciados nas camisetas brancas e nas faixas carregadas pelas manifestantes, literalmente como estavam escritas: algumas em caixa alta, outras em letras minúsculas, algumas em letras vermelhas, outras em letras pretas. Alguns enunciados traziam reivindicações e protestos semelhantes:

1)-

MANIFESTAÇÃO POR MELHORES CONDIÇÕES CARCERÁRIAS

Trabalho + educação = Remição Ressocialização

2)-

A educação é o caminho, a liberdade direito e a luta diária!

Como já mencionado, a prisão também busca a reinserção social do preso, e esse objetivo está estabelecido nas leis, em especial na Constituição Federal, numa consideração global do que estabelece a Constituição, que traz como princípio a dignidade humana, num estado democrático de direito que tem como alicerce uma democracia que deve assegurar a todos os indivíduos o atendimento de necessidades básicas e vitais. Também na Lei de

Execução Penal estão elencados os direitos dos presos. Mas esse rol de direitos não é efetivado, se mantém somente no campo da previsão e não da execução.

3)-

#presostemfamilia

4)-

RESPEITO E DIGNIDADE DENTRO DAS UNIDADES PRISIONAIS

Esse clamor das mulheres, sejam mães ou esposas, mostra a preocupação já mencionada anteriormente sobre mostrar que o preso tem família, tem quem se preocupa com ele, acompanha o que acontece dentro da unidade prisional e cuida dele. As mulheres sempre demonstraram que é necessário evidenciar que o preso tem família, tem filhos, não está abandonado.

5)-

Abaixo a **Tortura psicológica** nos presídios

As interlocutoras narravam que havia muitas formas de estremecê-las psicologicamente, como o momento da vistoria, em que os agentes de segurança, implicam com elas sem qualquer razão, na maneira como são tratadas, na comida que levam para as refeições junto ao preso, comida que é descartada, por qualquer motivo infundado, mas a principal queixa é a ameaça que o preso sofre de ser transferido ou “ir de bonde”, depois que a família se adequou às visitas naquela localidade. Uma das formas de represália aos presos é transferi-lo para outra unidade prisional, muitas vezes distante da moradia das famílias, o

que acarreta a tortura psicológica, que nada mais é do que sofrimento psíquico como uma prática cultural que constitui uma gramática cultural, num ordenamento histórico e em movimento das formas de vida (WITTGENSTEIN, 1958), que perpassa os discursos, subjetividades e crenças das mulheres (DAS, 2020). Quando elas mencionam a tortura, em especial, a tortura psicológica, existe uma significação para essa sensação, porque preexiste uma experiência linguística cultural em que essa sensação é reconhecida.

É noção wittgensteiniana de gramática que nos possibilita entender como a linguagem da dor é sempre compartilhada, sempre social. Para Wittgenstein, quando alguém fala da sua “dor” somente pode constituir significados para essa sensação porque há uma vivência linguístico-cultural anterior em que essa palavra ganha sentido. Essa vivência anterior, constituiria a gramática da palavra “dor”, ela indica o posto em que essa nova palavra é colocada (parágrafo 257, IF). Desse modo, entendemos que a dor, o sofrimento e a violência não escapam à linguagem, mas são constitutivos de jogos de linguagem, atividades socioculturais, linguisticamente constituídas e reguladas por suas gramáticas na dinamicidade da história. (ALENCAR, 2014, p. 13)

Não se trata da transferência, que por vezes ocorre, com o intuito de facilitar as visitas e ficar mais perto da família, mas o contrário. Muitas vezes, quando os presos são transferidos, os familiares nem estavam sabendo e só tem a notícia, quando chegam para visitar. Nessas mudanças, precisam se adequar às novas regras da outra unidade prisional, providenciar nova documentação para entrada, descobrir os horários e quem faz as viagens, fazer contato com novas mulheres. Sem dúvida, essa é uma das piores torturas psicológicas para a família e para o preso, pois o preso também precisa se adequar à nova unidade prisional. Essas decisões das unidades prisionais, sejam legais-burocráticas ou represálias, desencadeiam experiência de sofrimento aos presos e familiares, como uma experiência social atravessada por violência simbólica e a manifestação/repulsa a essas medidas são também uma forma de linguagem do sofrimento (DAS, 2020).

6)-

#POR NENHUM DIREITO A MENOS

7)-

Cumprimento de pena **humanitário** nos presídios federais, atenção na saúde, alimentação e a volta das visitas íntimas

8)-

BANHO DE SOL DIÁRIO **É DIREITO DO PRESO**. PRESÍDIOS
FEDERAIS DESCUMPREM

Além do direito ao trabalho e ao estudo, existe um rol de direitos básicos como alimentação, vestuário, instalações higiênicas, atendimento médico, odontológico, farmacêutico, assistência jurídica, assistência ao egresso, com orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade⁴⁸. O direito às horas de sol diárias já garantidos em HC (Habeas Corpus)⁴⁹ e estendida a todos os presos, independentemente do estabelecimento em que estão recolhidos, em atendimento ao princípio da dignidade humana e ao dever estatal em manter a saúde mental e física de quem ele priva de liberdade⁵⁰. O acesso a esses bens e

⁴⁸ Lei de Execução Penal. Lei 7210/84

⁴⁹ O *habeas corpus* é uma ação constitucional de caráter penal e de procedimento especial, isenta de custas e que visa evitar ou cessar violência ou ameaça na liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder. Disponível em <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2862/Habeas-Corpus>>, acesso em 10 de abril de 2023.

⁵⁰ O entendimento é da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu que todas as pessoas detidas em setor disciplinar ou seguro têm direito a no mínimo duas horas de banho de sol por dia. O julgamento virtual começou em 2 de outubro e foi encerrado na última sexta-feira (9/10), antes da aposentadoria do ministro Celso de Mello, relator do caso. O Habeas Corpus coletivo, ajuizado pela Defensoria Pública de São Paulo, solicitou banhos de sol para presos de Martinópolis, assim como a extensão dos efeitos a detentos de todos os estabelecimentos penitenciários paulistas. As defensorias de Goiás e Bahia ingressaram com solicitações semelhantes. A Turma, com exceção do ministro Gilmar Mendes, não reconheceu o HC, mas concedeu a ordem de ofício, estendendo a decisão a todos os presos que cumprem pena nos chamados setores "seguro" ou "castigo", independentemente do estabelecimento penitenciário em que estão recolhidos. No mérito, todos os ministros da turma reconheceram o direito ao banho de sol. HC 172.136. A lesiva (e inadmissível) privação de banho de sol,

serviços, quando ofertados, é feito de maneira muito precária e as mulheres acompanham de perto as dificuldades e a não oferta para os seus maridos e filhos.

9)-

A realidade das ruas é muito diferente do que é observado nos gabinetes

Em relação a esse enunciado, algumas leituras podem ser feitas e se complementarem, no sentido de que a frieza das leis elaboradas nos gabinetes e sua normatividade, em quase nada representam as realidades das vidas cotidianas desses familiares ou de que as normas/leis de gabinete e que passam a regular as vidas dos presos e seus familiares não tem efetividade/aplicação concreta no dia a dia, e não passam de letra morta para a realidade das unidades prisionais, só servindo para o país mostrar a uma comunidade internacional que faz parte de tratados internacionais de direitos humanos, que têm leis que combatem a tortura e tratamento desumano e degradante, num sentido meramente figurativo e oposto do real. Muitas mulheres já conhecem a longa trajetória de fóruns, advogados, defensoria pública e visitas, numa compreensão de jogos de linguagem e prática discursiva (WITTGENSTEIN, 1958) da burocracia que faz parte de suas vidas há muito tempo, de discursos constantes e reiterados, de leis e direitos esvaziados que nunca se concretizam.

que afeta os presos recolhidos aos pavilhões de medidas preventivas de segurança pessoal e disciplinar, revela o crônico estado de inércia (e indiferença) do poder público em relação aos direitos e garantias das pessoas privadas de liberdade, esvaziando, em consequência, o elevado significado que representa, no contexto de nosso ordenamento positivo, o postulado da dignidade da pessoa humana", prossegue a decisão. **Saúde física e mental.** O ministro, agora aposentado, acolheu os argumentos do defensor público Leonardo Biagioni, autor da ação. Segundo ele, o banho de sol previne uma série de doenças e dá ao preso a oportunidade de se movimentar e conviver com os demais. "Como se sabe, todas as atividades sociais resgatam a sua condição de pessoa inserida em sociedade e contribuem para a manutenção de sua integridade física e, principalmente, psíquica. O reconhecimento e respeito irrestrito a todos os direitos fundamentais da pessoa presa são indispensáveis para o seu desenvolvimento individual e criação de uma execução criminal menos injusta", diz o defensor. O Ministério Público também ofereceu parecer positivo aos banhos de sol. "A execução penal é regida tanto pela Lei de Execução Penal, quanto pela Constituição Federal, que expressamente proíbe tratamentos desumanos ou degradantes e penas cruéis. Apesar de não estar expressamente elencado no rol do artigo 41 da LEP, o banho de sol é uma importante medida não apenas como forma de recreação e interação entre os presos, mas principalmente de preservação da saúde física e mental", afirma a manifestação. Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2020-out-14/presos-direito-duas-horas-banho-sol-dia-decide-stf>>, acesso em 23 de abril de 2023.

10)-

PANDEMIA NÃO É DESCULPA PARA PRIVAR O PRESO DE SUA
FAMÍLIA

11)-

FIM DA RESOLUÇÃO SAP 118 E DA TORTURA PSICOLOGICA QUE
PRESOS E SEUS FAMILIARES SOFREM AO CUMPRIR PENA E A
VISITAÇÃO NA PENITENCIARIA II DE PRES. VENCESLAU...

Devido à pandemia da COVID-19 que teve início no Brasil em meados de fevereiro de 2020, as visitas às unidades prisionais foram reduzidas, após suspensas, depois novamente eram autorizadas com apenas duas horas, depois se o contágio e mortes aumentava, havia mudanças novamente e assim se seguiu por vários meses, num período de insegurança e instabilidade, num reflexo da ausência de uma política séria de prevenção e vacinação no país pelo governo da época.

Com o surgimento da COVID-19 no Brasil, para os familiares de pessoas presas, a grande preocupação, além da própria sobrevivência, ao menos as que acreditavam que existia uma pandemia e que ela matava, era com a vida de seus presos, se eles seriam vacinados e quando seriam⁵¹.

⁵¹ A primeira pessoa a se vacinar no Brasil foi a enfermeira Monica Calazans, que atuava na linha de frente em hospitais.. Foi vacinada meados de janeiro de 2021, após aprovação do uso emergencial pela Anvisa. Ela recebeu o imunizante Coronavac. Disponível em < http://www.cofen.gov.br/enfermeira-monica-calazans-e-a-la-vacinada-contr-covid-19-no-brasil_84504.html>, no dia 10 de abril de 2023.

Em janeiro de 2021, o país alcançou 200 (duzentos) mil mortes por COVID-19, com um número alto de mortes entre os meses de março a junho⁵². Até março de 2023, morreram quase 700 (setecentos) mil brasileiros de COVID-19⁵³.

Para tentar controlar ou amenizar o risco de contágio/mortes dos presos, no campo normativo foi emitida a recomendação 62 (sessenta e dois) do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que basicamente determinou a reavaliação de prisões provisórias, especialmente quanto a grupos mais vulneráveis, como mães, portadores de deficiência e indígenas, ou quando o estabelecimento estivesse superlotado ou sem atendimento médico, desde que atendesse a uma gama de condições. Essa medida abarcou um número muito pequeno de presos e teve pouca efetividade. Para que os presos voltassem a receber visitas era necessário que fossem vacinados e a possibilidade de serem vacinados antes de outros grupos, causou muitos protestos e explicações tornaram-se necessárias, porque numa crença generalizada, vacinar um preso antes de outra pessoa que não cometeu um ato contra a lei e que não foi condenada, seria uma afronta⁵⁴, o que mostra que certos grupos ocupam lugares na marginalidade, são reconhecidos e reconhecíveis como menos legítimos, sendo objeto de discussão nas redes sociais, em jornais, programas de televisão, como corpos que também podem ser violentados pelos atos de linguagem e simbolicamente (BUTLER, 2019b).

No artigo “Prisões no epicentro latino-americano de pandemia: o caso brasileiro”, Biondi, Godoi e Siqueira (2020) apresentam a realidade de subnotificação de casos, corroborados por diagnósticos distorcidos e mortes ocultas, apontando para a precariedade das prisões. As prisões, independentemente do surgimento de uma pandemia, já

⁵² Em janeiro de 2021, Brasil chega a 200 mil mortes pela Covid-19, segundo dados do Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass), e se torna o segundo país do mundo com maior número de óbitos, atrás somente dos Estados Unidos. Em 14 de janeiro, o estoque de oxigênio em Manaus se esgota e sistema de saúde colapsa, com dezenas de mortes por asfixia de pacientes com Covid-19. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/retrospectiva-2021-segundo-ano-da-pandemia-e-marcado-pelo-avanco-da-vacinacao-contracovid-19-no-brasil>>, acesso em abril de 2023

⁵³ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/informes-semanais-covid-19/covid-19-situacao-epidemiologica-do-brasil-ate-a-se-10-de-2023>, acesso no dia 20 de abril de 2023

⁵⁴ “Os secretários estaduais de Segurança Pública se revoltaram com a determinação do Ministério da Saúde para que presos sejam imunizados contra a COVID-19 antes de policiais. Os gestores acionaram a pasta da Justiça sobre a priorização da população carcerária. A informação é da coluna Paineis, do jornal *Folha de S. Paulo*. De acordo com as determinações da Saúde, presos aparecem na 17ª posição na fila de prioridade. Eles estão à frente dos agentes que trabalham no sistema carcerário (18º) e também das forças de segurança e salvamento (21º). O presidente do conselho de secretários estaduais, Cristiano Sampaio, secretário do Tocantins, lidera as discussões em torno priorização do Ministério da Saúde. “Aqui no estado nenhum preso vai vacinar antes. Não existe isso. Aqui são 20 mil servidores da força, foram 32 mortes por COVID-19. Temos aqui cerca de 23 mil presos. Foram 5 mortes. Nem estatisticamente isso se justifica. Nossos servidores estão muito mais expostos, sem dúvida”, afirmou Rodney Miranda, secretário de Segurança do Goiás. Disponível em <<https://saude.ig.com.br/2021-03-04/saude-manda-presos-serem-vacinados-antes-de-policiais-secretarios-de-revoltam.html>>, dia 26 de maio de 2021.

apresentavam precariedade notória, com falta de água e iluminação, alimentação inadequada, infestação de pragas, espaço favorável para proliferação de doenças, e o surgimento de um vírus devastador, como a COVID-19, só agravou a situação, o que tornou o espaço um “catalisador da pandemia”⁵⁵.

Ficaram mais evidenciadas a superlotação, falta de itens de higiene, racionamento de água, ausência de equipes mínimas de saúde, falta de testagem maciça e mortes com falta de transparência do sistema prisional de São Paulo, o que se traduz em falta de confiabilidade aos números de testagem e clareza de dados (MANZALLI E DANTAS, 2021) ⁵⁶. Essa inconsistência e falta de credibilidade leva à relação entre as margens e o Estado (DAS; POOLE, 2008), ao mostrar como o Estado ao exercer seu poder de decisão sobre as unidades prisionais, tem controle sobre as pessoas e informações, no caso, os presos que estão sob sua tutela, de como a transparência de dados e documentos são mais ou menos importantes para pessoas determinadas e de como é feita a subnotificação ou a declaração fiel da doença nos presídios para os órgãos de saúde. A pandemia só veio escancarar as condições aniquiladoras das prisões brasileiras.

As prisões brasileiras têm uma ocupação superdimensionada de 196% (cento e noventa e seis por cento). No Brasil, no final de agosto de 2020 havia registro de 100.000 (cem mil) mortes de brasileiros e desse número geral, havia a marca de 100 (cem) pessoas

⁵⁵ Obtido em <<https://www.elespectador.com/judicial/prisiones-en-el-epicentro-latinoamericano-de-la-pandemia-el-caso-brasileño-artículo/>>, acesso no dia 10 de março de 2022 (tradução nossa).

⁵⁶ As autoras pesquisaram a evolução da doença nas pessoas presas e agentes penitenciários entre janeiro de 2021 até 02/julho de 2021 e concluíram: “As informações disponibilizadas pelo estado de São Paulo não são precisas e confiáveis. Os dados oficiais da SAP-SP apresentam quatro informações: a) número de resultados positivos (teste RT-PCR e teste rápido); b) número de testes descartados e não confirmados; c) número de casos suspeitos com afastamentos (agentes) e isolamento (pessoas presas); e d) número de óbitos. Assim, não é possível saber com precisão o número total de testes aplicados, nem em quais estabelecimentos prisionais foram aplicados, tampouco se houve realização de mais de um teste por pessoa. Ademais, é feita uma somatória do número de casos e óbitos a cada dia em relação aos dias anteriores, sem se explicitar de maneira clara os dados diários; 2) segundo dados da SAP-SP, 82,63% dos testes aplicados nas pessoas presas são testes rápidos, que não tem padrão ouro para detecção da COVID-19-19, podendo apresentar elevados índices de resultados falso-positivos ou falso-negativos. O número de testes rápidos aplicados na população prisional é muito maior, se comparado com o mesmo tipo de testagem nos agentes penitenciários – 38,39 % foram testes rápidos. Assim, a escolha feita pelo estado para a realização em maior quantidade de testes rápidos nas pessoas presas, em detrimento de testes RT-PCR, revela o tratamento diferente e menos protetivo dispensado à população prisional; 3) Outra fonte oficial de obtenção de dados é o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), que não coincide com as informações da SAP-SP para a mesma data. Segundo o Depen, em consulta feita ao painel informativo em 2 de julho de 2021, 14.128 pessoas estariam contaminadas no sistema prisional- não há uma clara discriminação se seriam apenas dados sobre as pessoas presas ou uma somatória com os agentes penitenciários – e 57 teriam morrido em decorrência da doença; 4) Uma terceira fonte oficial é o CNJ, cujos dados também apresentam divergência em relação às fontes anteriores. Segundo o boletim de 30 de junho de 2021, 14.800 pessoas presas e 4.128 agentes prisionais estavam infectados. Embora os dados não sejam da mesma data, é possível observar a falta de clareza, pois o número de pessoas presas infectadas é maior que os dados de data posterior disponibilizados pela SAP-SP (p. 6 e 7)

privadas de liberdade mortas pela COVID-19. Como o país não adotou uma política séria de testagem da doença, existiu uma subnotificação do número de mortos. Nas prisões do Amazonas, houve relatos de presidiários sobre a manipulação pelas autoridades penitenciárias na medição de pressão e temperatura. As primeiras recomendações para sistemas penitenciários foram feitas em 18 de março/2020, ao mesmo tempo em que foram adotadas políticas para promover o distanciamento social fora das prisões em vários estados da federação. Mas não houve uma política nacional e centralizada para enfrentar a pandemia, com regras e ações claras e conjuntas para a sociedade em geral, muito menos dentro das unidades prisionais. O país com um presidente que sempre teve uma lógica negacionista e agressiva⁵⁷, durante todo o período pandêmico e nos quatro anos de mandato, divergiu das recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde) e vários ministros da saúde ocuparam a pasta, até que o posto foi assumido por um general do exército. No final de maio de 2020, o DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) com receio de eventuais rebeliões e protestos dos presos contra a suspensão prolongada das visitas, destinou 20 (vinte) milhões de reais (aproximadamente 3.800.000 dólares) às administrações penitenciárias, com a compra *spray* de pimenta, munição de borracha e gás lacrimogêneo (BIONDI; GODOI; SIQUEIRA, 2020).

Nos relatos de mães que tiveram filhos presos durante a pandemia, tem o de Soraia que contou que após alguns meses de suspensão de visitas, os presos começaram a mostrar inquietação com a ausência da família e a SAP, preocupada com possíveis rebeliões, possibilitou encontros *on line* às mães, esposas e filhos que já tinham cadastro para visitação. As mulheres recebiam a senha, o dia e hora para se conectarem. Nessas conversas *on line*,

⁵⁷ Na perspectiva de performance de linguagem ou de linguagem como performance, é necessário analisar os discursos não apenas como enunciados, mas como ações no mundo, o que pode ser constatado nos últimos anos e meses, época de pandemia, em que tantos se tornaram “médicos”, “pesquisadores” e “cientistas” e alguns se acharam até “deuses” e nesse cenário, as falas, as aparições na mídia, em redes sociais, em pronunciamentos em rede nacional, deslegitimaram cuidados básicos como uso de máscaras, higiene das mãos, a eficácia de vacinas e a necessidade de evitar aglomerações, o que pode ser visto várias vezes em rede nacional pelo presidente que ocupou o mandato entre 2019-2022: “Isso tudo não passa de uma gripezinha”; “entrem nos hospitais, tirem fotos dos hospitais para ver se tem tanta gente assim”; “Todo mundo morre um dia, tá Ok?”; “Eu não vou tomar essa vacina, não vou comprar essa vacina” “quem tomar essa vacina, vai começar a falar fino e pode virar jacaré”⁵⁷. Essas falas são ações imediatas, pois instantaneamente formam aglomerações, invalidaram a necessidade de vacinas, ridicularizam e põem em dúvida a superlotação de UTIs e subestimaram os que morreram. O resultado foi que várias pessoas se recusaram a tomar a vacina contra a COVID, outras se recusaram a usar máscaras. Alguns hospitais foram invadidos e apoiadores do governo tentavam chegar até as UTIs buscando fotografar os hospitais e também as UTIs, pois acreditavam que não havia doentes. Houve buzinaço em frente aos hospitais. O próprio presidente participava de motocicletas, sempre sem máscara, e dizia não ter tomado a vacina. Subestimar os que morreram não fica na casa dos discursos, o subestimar é ação, ação do descaso, ação da negligência, ação do não se importar e se naturalizar a morte. A linguagem, muitas vezes, é ação, principalmente de onde emana, deve apresentar cuidados redobrados com a ética, conhecimento e responsabilidade, caso contrário causa estragos a perder de vista.

que eram monitoradas, ninguém mais poderia participar do encontro, somente as pessoas que já estivessem cadastradas anteriormente. Se alguém mais da casa aparecesse no vídeo, o encontro *on line* era suspenso, em represália. Quando as visitas foram liberadas gradativamente, haviam várias restrições, dentre elas, a duração de apenas duas horas para o encontro. As visitas se deram no pátio, por ser lugar mais aberto. Antes as visitas podiam entrar nos raios, local onde ficam as celas, mas nesse período não puderam e se concentravam no pátio mas, conforme o sol ia batendo, as visitas se juntavam à procura de um espaço com sombra e a aglomeração era inevitável, o que contrariava todas as recomendações de distanciamento entre as pessoas. O exame PCR⁵⁸ era feito somente quando os presos iam para as “saidinhas” e voltavam. Os que apresentavam sinais de gripe eram isolados numa cela por quinze dias, e só era levado para o hospital em caso extremo, pois a saída para o hospital demanda uma grande burocracia. O preso detectado com COVID-19 quando precisava de maiores cuidados era levado para a enfermaria, mas os homens que trabalhavam na enfermaria da unidade prisional eram presos também, o que demonstrava uma inocuidade, pois esse preso que era o cuidador/enfermeiro, voltava a ter contato com os outros presos. As oitivas de presos em fóruns de Justiça por promotores e juízes foi suspensa, todos os procedimentos passaram a ser *on line*, contratos de trabalho foram suspensos, visitas suspensas, dificuldade para receber os jumbos. Diante dessa mudança brusca, houve uma grande perda no aspecto afetivo e psíquico.⁵⁹

A realidade de Soraia e a maneira como ela e os familiares tiveram que lidar com a pandemia não difere de outras mães, esposas, filhos, o que demonstra um estudo feito no mês de julho de 2020, quando pesquisadores do Núcleo de Estudos da Burocracia da Fundação Getúlio Vargas (NEB-FGV), em parceria com a AMPARAR (Associação de familiares e Amigos de Presos e Presas), elaboraram uma pesquisa para entender o impacto

⁵⁸ “O nome PCR-RT vem do inglês e significa "reação de transcriptase reversa seguida de reação em cadeia da polimerase". Apesar do nome complicado, vamos explicar de forma mais simples como esse teste funciona na prática. Seu objetivo principal é colher uma amostra das secreções respiratórias do paciente e posteriormente tentar identificar a presença do vírus. Procura-se, então, a presença do material genético viral, semelhante ao que ocorre em investigações policiais, na procura por evidências. Assim, ao encontrar uma ou mais "evidências" da presença do novo coronavírus em secreções humanas, poderíamos confirmar a infecção. Para isso, é inicialmente colhida a amostra do paciente, por meio de um *swab* nasal e nasofaríngeo (isto é, cotonetes estéreis colocados no fundo do nariz e da garganta) ou amostra de sangue, em alguns casos. Tendo o material do paciente, todas as amostras microbiológicas são extraídas para análise. Para que a máquina responsável por realizar o teste consiga identificar o material, ele deve ser antes multiplicado. Em maior quantidade, poderá ser realizada a diferenciação entre material viral e humano. Caso seja encontrada grande quantidade de material genético viral em uma amostra, o teste é, então, considerado positivo”. Disponível em <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/70-pcr-rt-para-coronavirus>, disponível em 13/07/2023

⁵⁹ Diário de campo, no dia 28/11/2021

da pandemia na vida de familiares de pessoas em privação de liberdade em unidades prisionais do Estado de São Paulo o que também ajudou a traçar um desenho das prisões paulistas. Foram coletadas respostas de 1283 (um mil, duzentos e oitenta e três) familiares de pessoas presas em várias unidades prisionais de São Paulo (MAGRI et al., 2020, p.4). Nessa pesquisa, 99% das respondentes foram mulheres, sendo que quase 45% se declararam pardas e 12,7% como negras, 97% delas visitavam homens presos. Em relação à pandemia, 34 % das famílias estava com dificuldade de se alimentar (MAGRI et al., 2020, p.5). Quando perguntadas sobre os problemas de saúde dos presos, elas apontaram que 42% tem problemas respiratórios, como bronquite, asma e tuberculose, seguidos de pressão alta e problemas cardíacos (15%), problemas de saúde mental (9%), HIV (2%) (MAGRI et al., 2020,p.8) A maior preocupação das mulheres era o preso ser contaminado com o coronavírus, principalmente os asmáticos, pois elas não sabiam se eles estavam tendo acesso às bombinhas. Também tinham receio de que os agentes prisionais transmitissem o vírus aos detentos, 56 % não tinham ciência se os produtos de higiene e máscaras foram entregues aos detentos (MAGRI et al., 2020, p.9) Uma das preocupações maiores das entrevistadas (23%) era sobre a fome, pois os presos não estavam recebendo os jumbos, que para serem entregues, estavam sujeitos à vários procedimentos, devido ao risco de contágio. Entre outros dados colhidos, quase 70% dos familiares estavam sem qualquer informação do parente preso e 96,6 % relatavam que não recebiam qualquer suporte da Secretaria de Administração penitenciária nesse momento (MAGRI et al., 2020, p.2).

Os dados colhidos na pesquisa acima mostra os atos cotidianos das mães e esposas dos presos. A abordagem quantitativa reporta aos atos ordinários, do dia a dia das interlocutoras e mostra como uma série de problemas já existentes foram amplificados pela pandemia, um evento extraordinário que impacta de forma cruel a vida dessas mulheres, e remete aos atos ordinários e cotidianos da vida das pessoas, que nada tem de banais, mas são dotados de complexidade, com manejos para lidar com esse cotidiano (DAS, 2011)

A resolução 118 reportada no quadro 11, anteriormente mencionado, tratava da prorrogação de prazo da resolução anterior, que dispunha sobre várias limitações para a realização da visita presencial. Eram publicadas em média duas resoluções da SAP por mês, as vezes três, em regra elas tratavam de mera prorrogação da resolução anterior, outras suspendiam o trabalho de estagiários, outra suspendia o trabalho dos presos, outra regravava o trabalho dos funcionários dentro do presídio e a questão central era o contágio pelo coronavírus. Somente em 2021 foram publicadas 35 resoluções, em 2020, mais de 40 resoluções e na resolução 130 de 2022, foi autorizada o retorno da visitação social presencial

da forma mais parecida como era anteriormente à pandemia⁶⁰. Antes dessa resolução 130, as visitas já tinham retornado, mas ainda estavam submetidas a uma série de limitações.

12)-

MANIFESTAÇÃO POR MELHORES CONDIÇÕES CARCERÁRIAS. Por
eles e por elas! Mulher presa resiste.

Esse enunciado de protesto que é sobre a mulher presa, foi o único que se referia ao cárcere feminino, não tinham outros. Demonstra o “caráter terapêutico e crítico da linguagem de enfrentamento” (ALENCAR, 2017), no sentido de confronto e exposição dos problemas inerentes à presa. Apesar do número de mulheres presas corresponder a menos de 10% (dez por cento), várias especificidades do gênero são pouco debatidas, tampouco resolvidas, como a mulher presa que é mãe, a que se torna mãe dentro da unidade prisional, a mulher gestante e que amamenta e que precisaria ter uma alimentação adequada/direcionada, a mulher que menstrua, a mulher que não recebe visitas, enfim, são questões delicadas e específicas que merecem reflexão.

13)-

Ninguém solta a mão de ninguém. Por melhores condições carcerárias
presotemfamilia

O comando/alerta de que “ninguém solta a mão de ninguém”⁶¹ é frase que se imortalizou e foi amplamente utilizada como representação do sentimento de pertencimento

⁶⁰ Disponível em < <http://www.sap.sp.gov.br/resolucoes-covid-19-2020.html>>, data de acesso: 18 de abril de 2023

⁶¹ “Ninguém solta a mão de ninguém” frase repetida em muitos movimentos sociais, em manifestações de resistência, tendo muitas delas sido organizadas pela internet e depois ocupado as ruas, como #elenão (Fora Bolsonaro) #elenunca, #elejamais, assim, foram movimentos criados na Internet que migraram para as ruas, em vários atos públicos contra o governo do presidente eleito em 2018.

Uma explicação para a origem que remete à frase, é que durante a ditadura militar, nas décadas de 1960 e 1970, de acordo com o Jornal GGN (NASSIF, 2018), em matéria do dia 02 de novembro de 2018, no curso noturno de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), as luzes repentinamente eram apagadas e a frase “ninguém

e que teria sido proferida em momentos difíceis vividos na ditadura pelos estudantes de ciências sociais, período em que as pessoas contrárias ao regime sumiam e eram mortas. (OLIVEIRA; FERRARI; MACHADO, 2019).

Esse enunciado em faixas carregadas pelas manifestantes traduz ato de resistência, união e as pessoas estarem coesas em suas pautas. Numa perspectiva pragmática, a linguagem é vista como prática social e política, que demanda escolhas feitas pelas pessoas. Pode-se analisar as formas de nomeação e designação presentes em alguns cartazes, ao observar as conexões realizadas entre os discursos nos enunciados e uma possível política de representação que veicula esse discurso (CHAGAS, 2016) e, mesmo que simbolicamente, a violência pode se fazer por ação discursiva ou performática, como ocorreu com uma publicidade sobre a copa do mundo de 2014, que hipersexualizou as mulheres brasileiras, em camisetas cuja mensagem ostentava o Brasil como país de turismo sexual, com corpos disponíveis para o comércio e abuso sexuais (VALIM DE MELO; ROCHA, 2015).

Além das faixas e camisetas, houve entrega de *folders* com contatos das mulheres que deveriam ser procuradas (endereço virtual/*WhatsApp*) em caso de descumprimento de direitos pelo Estado, por estarem essas nas linhas de frente para levarem para Defensoria e Ministério Público as reclamações. Tudo era fotografado pelos próprios manifestantes e pela mídia. Esses momentos de enfrentamento e mobilização pelas mulheres, postulando pelas vidas dos presos, podem ser comparados aos momentos das práticas políticas e culturais de resignificação da violência pelo movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, situado no Nordeste do Brasil, observação em campo feita por Alencar (2014), que traz a linguagem da dor e do sofrimento dos camponeses como resistência/reivindicação contra a apropriação/violência do sistema capitalista colonizador. A autora descreve as performances dessas dores, os atos de fala escritos e audiovisuais como cartazes, botons e canções, nas quais identificou a consagração da dor em que o “sangue derramado no campo” e a violência pela terra, juntamente com a alegria e afetividade que eram sempre constantes nas mobilizações. De forma semelhante, as mulheres no espaço em frente à antiga penitenciária Carandiru, materializaram sua resistência pela linguagem, pela oralidade e pela escrita, numa postura de todas se manterem unidas.

Depois de muito apitação, veio a informação por microfone que os discursos se iniciariam no caminhão de som. Um dos representantes do Comitê que levaria as

solta a mão de ninguém” era dita pelas/os estudantes. Assim que as luzes eram acesas novamente, os alunos faziam a chamada e, por muitas vezes, constatavam que seus colegas não estavam mais lá. (OLIVEIRA; FERRARI; MACHADO, p. 663, 2019).

reivindicações para a SAP, pediu um minuto de silêncio pelos mortos em Franco da Rocha, depois mencionou que a situação dos presos é desumana, que a Constituição Federal, a lei de Execução Penal e os tratados internacionais estão longe de serem cumpridos. Após esse vieram outros manifestantes, uma deputada federal que bradou diversas vezes “o sistema é podre”. Também falaram, representantes da Comissão de direitos humanos, representantes da OAB e de diversos movimentos sociais. O apitão, as faixas, a aglomeração em frente ao carro de som, mostraram uma mobilização que se efetuou pela linguagem e que pode ser observada em sua sequencialidade, no espaço e no tempo, numa dinamicidade que compreendeu todas as dimensões e direções tomadas pelo ato, em constante evolução e transformação (MEY, 2016).

O caminhão de som era uma ferramenta muito importante para se potencializar a fala e atos discursivos de ação. Apesar do caminhão estar parado, elemento fixo necessário, propiciou um dinamismo no espaço e tempo para os mais diversos atos de fala, que podem ser entendidos como falas pragmáticas ou “atos de fala situados”, em que o ato de falar, ouvir e atuar devem ser analisados no contexto, no sentido de que os enunciados mais apropriados naquele espaço, num movimento que é de fora para dentro, para se tornarem efetivos (MEY, 2016), em que são considerados a espacialidade, o tempo e as pessoas com as quais deve haver a troca, quem emite e quem recebe o enunciado. Nessas circunstâncias, também houve o momento de palanque eleitoral para quem discursava. Um dos palestrantes foi um ex-candidato à presidente da República em 2018, que tem como um dos pilares de discurso político a família tradicional, o combate à criminalidade, e foi reconhecido por uma parcela razoável dos evangélicos ali presentes, tanto que durante toda sua fala, segurava a bíblia na mão, o que me causou estranheza, pois me fez pensar se a bandeira defendida por ele durante a campanha política não conflitava, em vários aspectos, com as demandas dos familiares de encarcerados naquele espaço. No final de sua fala, afirmou que nas próximas eleições, as de 2022, o Rio de Janeiro conheceria seu próprio governador, que seria ele mesmo⁶² e que dali 4 (quatro) anos, nas eleições de 2026, o Brasil conheceria seu presidente, que seria ele mesmo. Essa premonição foi ovacionada por alguns presentes. Um deputado federal de um partido de esquerda fez uma exposição didática sobre a Constituição Federal, sobre a Lei de Execução Penal, de como as leis eram completamente desrespeitadas, que os presos não tinham um tratamento digno e de como as pautas seriam encaminhadas e salientou, várias vezes, a necessidade da pressão das mães, esposas e filhos por melhorias, caso contrário, sem

⁶² O candidato não foi eleito governador do Rio de Janeiro nas eleições de 2022.

a pressão das famílias, não haveria nenhuma mudança. Também estiveram presentes alguns MCs e um MC famoso⁶³, que é ex-presidiário evidenciou, entre outras coisas, como a prisão tem cor, escolaridade e origem social. Em alguns momentos alguns pastores falaram e um deles gritou e vários manifestantes repetiam “a porta que Deus abre, ninguém fecha” repetiam várias vezes a fala, com o braço direito para cima. Um três vezes foram cantados hinos de louvor e outro manifestante pediu que a oração “Pai Nosso” fosse rezada o que foi feito por todos. No momento do grito do pastor, uma boa parte acompanhou, principalmente quem estava mais próximo do caminhão, mas no momento da oração, houve mais integração e todos rezaram. Também fizeram discursos advogados, uma ativista missionária evangélica, que segundo ela, recebeu o recado de Deus, “Deus mandou falar” que as portas se abriam e que essa movimentação teria muito sucesso. Também falou uma menina negra, entre 4 e 6 anos, que pegou o microfone sozinha e falava alto: “o preso tem família”, “eu quero visitar meu pai”, “o preso tem família, eu quero visitar meu pai”, “vocês estão gostando do que eu estou falando?”, a criança parecia muito mobilizada emocionalmente. Todos aplaudiam e gritavam o nome dela e quanto mais aplaudida, mais ela se entusiasmava e falava.

Algumas esposas de presos falaram, várias mães falaram e as falas dessas mulheres eram acusatórias do tratamento recebido pelos familiares presos, de que como a pandemia serviu “como uma luva” para o Estado, pois não havia notificação real de quantos eram os doentes e mortos dentro do sistema carcerário e o Estado se utilizou disso. As mulheres se utilizaram do contexto espacial e temporal em suas falas, quando consideraram as pessoas que estavam naquele espaço, trouxeram a problemática da pandemia da Covid 19, que começou no passado e perdurava no presente, perpassada pela subnotificação e negligência, numa fala “pragmática” e “situacional” (MEY, 2016) para as questões que devem ser denunciadas e reivindicadas

Uma mãe falou:

“ se o povo, se o familiar de preso soubesse o seguinte: que nós somos muito fortes todos juntos e nós nesses eventos, temos que deixar as diferenças de lado, é o mesmo grito nacional, é o mesmo grito nos estados, em todo estado de São Paulo está tendo movimento como esse, no Brasil todo, se essa multidão de gente soubesse o gigante que nós somos, o nosso grito vai repercutir nacionalmente e internacionalmente, depois os outros

⁶³ O MC que se manifestou é cantor de rapper. É muito famoso no meio musical. MC (emcee) deriva da palavra “Masters of Ceremony” que em português significa “mestre de cerimônias”. Os MC não estão necessariamente associados à questão artística. Ele pode ser um orador, ou um pastor como Luther King Jr ou um intelectual, como Malcolm X. Os primeiros MCs surgiram na África com os ancestrais griots. MC não é somente aquele que canta funk, é qualquer artista que comanda um evento. O trabalho do MC é com a plateia em geral, fazendo com que o evento mantenha um movimento.

estados vão divulgar o que acontece neles e no estado de São Paulo. Em todo o estado de São Paulo tem movimento como esse”⁶⁴

As mulheres ao se utilizarem das redes da internet, celulares, de uma gama de redes sociais para organizarem sua manifestação, numa utilização de fluxos que reverbera na ocupação das ruas (CASTELLS, 2013) e, por suas falas e por todo o contexto temporal e espacial em que se posicionaram de diversas maneiras, em suas gramáticas culturais, com palavras de ordens, orações, apitaços, cartazes, mensagens em suas roupas, levam à reflexão sobre as formas de redes de ação coletiva que se constroem na prática, redes que possibilitam o surgimento de novas formas de organização de ação coletiva, diferentes de formas antigas já conhecidas e que podem ser importantes para compreender uma ação coletiva transformadora (ABERS; BULOW, 2011), como novas formas de mobilização de ativismos contemporâneos chamados de “coletivos” que apresentam uma horizontalidade, mas nem por isso são destituídas de algumas regras de funcionamento (FARIA, 2020).

A maneira como as mulheres agenciaram, numa chave de sujeito coletivo com reivindicações semelhantes, organizadas num primeiro momento nas redes sociais, num movimento horizontalizado, fluído, nem por isso, totalmente destituído de regramento, numa prestação de esclarecimentos e apoio que se efetivaram em mobilizações nas ruas e em diversos momentos em frente das unidades prisionais, leva à reflexão sobre essas novas formas de redes de ação coletiva que se formam na prática, com essas mulheres de presos se mobilizando.

Enquanto os familiares davam seu depoimento no caminhão de som, uma Comissão com 5 representantes foi recebida pelo Secretário de Segurança dentro da SAP. A Comissão levou reivindicações e denúncias contidas em 53 (cinquenta e três) páginas. A reunião foi demorada, ficaram algumas horas lá dentro. A mobilização com a pressão dos familiares pela situação dos presos, com a entrega de um documento elencando as denúncias, faz pensar como as margens são negociadas todo o tempo, envolvidas na experiência e no cotidiano, e não somente num acontecimento extraordinário, tanto que as demandas eram devidas à COVID-19 e também a todas as condições precárias existentes durante todos os muitos dias e anos anteriores ao surgimento de uma pandemia, o que remete a Das e Poole (2008), numa análise em que as margens são porosas e contínuas, não existe uma amputação entre elas, mas uma contiguidade. Utilizando-se da perspectiva das autoras, o Estado não pode ser caracterizado como um estranho, tampouco as margens podem ser vistas como uma exceção,

⁶⁴ Diário de campo, dia 03/02/2022

pois eles interagem o tempo todo, e quando se trata de protestar por direitos, em regra, são as margens que confrontam o Estado, e dessa forma, pode-se ver o Estado a partir das margens e não o contrário, são as margens que forçam o Estado a se movimentar, a dar respostas e explicações.

Desde o início da manifestação foram distribuídos refrigerantes de 200 ml e de um litro, água, banana, maçã e pão com mortadela. Por volta das 13 horas, foi dado intervalo para almoço e foram fornecidas marmitas com arroz, macarrão com molho de tomate e um pedaço de frango grande e novamente, refrigerantes e água. Após o almoço as pessoas voltaram para o carro de som e foi anunciado que seria feita uma passeata até o portão da SAP, para aguardar o resultado da reunião. A passeata se deu numa avenida dividida por um canteiro central, um dos lados da avenida foi ocupado pelos manifestantes, o outro lado se manteve aberto para os carros. No meio da avenida, em cima do canteiro, a polícia militar estava posicionada e observava o cortejo, com suas viaturas e armas⁶⁵.

Em alguns momentos os manifestantes atravessavam o canteiro central e iam para o outro lado da avenida em algum bar ou restaurante. Quando os carros tinham que parar no semáforo, para os manifestantes atravessarem, muitos motoristas ficavam com medo e não paravam os carros, avançavam o sinal devagar. Uma mulher falou para um rapaz “cuidado ao atravessar, eles estão com medo de parar o carro por causa da gente”, o que aponta para discursos ou “frames” que regulam o modo de interpretar e agir das pessoas (BUTLER, 2019a) e como os enquadres produzem efeitos, como a desqualificação de determinados grupos sociais e valorização de outros, torna-se evidente que essa violência, muitas vezes simbólica inicialmente, leva à morte de alguns corpos, na medida em que a linguagem produz efeitos e “é um nome para nossa ação: tanto o “que” fazemos (o nome para a ação que caracteristicamente encenamos) e aquilo que fazemos acontecer, o ato e suas consequências (BUTLER, 1997, p. 8). Esses enquadres constroem modos de percepção e recepção, e podem ser observados diariamente, como na morte de jovens negros que brincavam à noite e que não recebeu o mesmo tratamento, ou não foi considerada tão digna do mesmo luto quanto a morte de um pai de família, branco, de classe média (VALIM DE MELO; ROCHA, 2015). Da mesma forma, manifestação na rua de familiares de presos associam-se mais a “frames” ou discursos de desqualificação do que de valorização ou apoio das pessoas em geral. Familiares de presos são associados ao crime, e em consequência, causam medo por estarem associados a um eventual cometimento de crime, o que pode ser

⁶⁵ Diário de campo do dia 03/02/2022

observado pela fala da mulher que alertou o rapaz para ter cuidado ao atravessar, pois os motoristas “estão com medo de parar o carro por causa da gente”

Os manifestantes seguiram em caminhada até uma das entradas da SAP e após uns vinte minutos parados lá, os representantes que tinham ido conversar saíram da Secretaria e foram muito aplaudidos por todos. Vieram trazer as notícias sobre a reunião e comunicaram que a SAP teria afirmado que se pronunciaria sobre as manifestações em 20 (vinte) dias, o que mostrou a importância da sequencialidade espaço-temporal da “fala situada” ou “ato pragmático” nas situações que devem ser negociadas, de maneira que os falantes e ouvintes, no caso, os reivindicantes e os gestores/secretários, encontrem seus recursos num contexto interacional e em transformação (MEY, 2016), o que ocorreu de fato, a linguagem de denúncia e protesto, narrada ou escrita, em que ficou demarcado quem estava protestando, as razões pelas quais estavam ali, o que reivindicavam e contra quem protestavam (DIJK, 2022), esteve em movimento durante várias horas, compreendeu o espaço e o tempo em movimentos constantes, em todas as direções e dimensões, nunca de forma estática, ocupou o espaço e se deslocou pelos quarteirões e aguardou o momento da “incorporação” temporal, momento em que os manifestantes foram recebidos pelas autoridades na SAP.

Um dos organizadores falou que se as reivindicações não fossem atendidas, se eles fizessem “vista grossa”, a próxima reunião em frente à SAP seria para todos que estavam ali virem acampar. Todos acampariam em frente à SAP em protesto. Essa fala foi muito aplaudida e as pessoas começaram a deixar o local. Por volta das 16:30 horas quase todos já haviam se retirado.

Passados uns meses, algumas reivindicações foram acolhidas, como a volta da visita das crianças, a quantidade de comida levada para as refeições deixou de ser apenas de 2 (dois) quilos e passaram a aceitar um vasilhame padrão (uma *tuppeware*) na qual a comida deve ser colocada, e que segundo as interlocutoras, cabem mais de 3 (três) quilos de comida. As visitas íntimas retornaram e os jumbos, além de postados pelo correio, podem atualmente ser levados presencialmente em dias determinados. A manifestação das mulheres em suas “falas situadas” num contexto sequencial de espaço e tempo, resultou num documento de 53 (cinquenta e três) páginas impressas de denúncias e, pode-se concluir, obtiveram êxito, ao menos parcialmente, pois alcançaram um comprometimento e o Estado deu sua contrapartida ou feedback, ocorreu o *uptake* (OTTONI, 2002), com a concretude, ao menos parcialmente.

Pode-se afirmar que as reivindicações atendidas, nem por isso menos importantes, se encontram numa seara mais visível e rasa, pois as questões estruturais como as condições das prisões, a superlotação, um elenco gigantesco de leis, tratados, regulamentos que nunca

foram aplicados, as condições das visitas, as mazelas pelas quais passam familiares que têm pessoas presas, a falta de assistência estatal para esses familiares, os motivos pelos quais algumas marcas sociais potencializam a prisão e outros que não as apresentam, nunca são presos, mesmo cometendo atos contrários à lei ou crimes muito mais graves, são temas que não foram tocados e precisariam de tempo e muita vontade política para tanto.

*Maria, Maria é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta*

*Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta*

*Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre*

*Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida*

*Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida*

(Maria, Maria - Milton Nascimento)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever uma dissertação envolve a tentativa de elaborar capítulos, lembra a confecção de um *patchwork*, mas de um *patchwork* que tenha cores vivas e expressem algum sentido para aqueles que o leem. Busca-se uma apreensão e compreensão do disposto na literatura sobre o que é observado, no sentido em que os recortes da vida não estão apartados, pois estamos todos mais ou menos enredados em experiências próximas, mesmo que sejam diversas e pareçam umas distantes das outras.

Essa pesquisa teve como objetivo principal mostrar os vários aspectos das relações que as mulheres têm com os homens presos e as estratégias elaboradas para fortalecer vínculos numa perspectiva interdisciplinar, com interface de categorias que se justapõem como: espaço, gênero, marcadores sociais, resistência pela linguagem e performance, manutenção de identidade pela paternidade e pela comida ingerida. Pode-se comparar a um tabuleiro no qual uma peça, mesmo que distante de outra peça, se for mexida, afetará o desenho todo.

O momento da visita é o momento crucial, no entanto, muito já foi articulado fora do presídio. Para pensar esse “antes” da visita, eu trago o meu recorte espacial que é a imediação da unidade prisional. O espaço que circunda a unidade prisional desenvolve intenso comércio, no qual há um feixe de forças sociais aplicadas, com elementos encontrados no espaço circundante do complexo prisional, que são objetos em movimento, mas não ao ponto de se desprender de seu eixo de regras estabelecidas, como a folhagem de um coqueiro num movimento intenso, que se sacode avidamente, mas se mantém presa ao tronco. Assim estão os elementos na configuração espacial ao redor da penitenciária. Ocorrem pequenas mudanças, alguns elementos são destacados para outros entrarem no lugar, até para que o comércio continue a funcionar e dissipe, quando necessário e temporariamente. E nessa estrutura de elementos que convergem o comércio estão as mulheres, entre elas, as que comercializam o que mães e esposas precisam levar para os presos, as que são somente consumidoras das que comercializam e também temos nessa localização os presos, quando saem em liberdade ou temporariamente, nas “saidinhas” para retornarem dali uns dias, consomem o que está disposto nas barracas e bares até irem para suas casas. O comércio

também é realizado dentro da penitenciária, mas esse foi pouco narrado em campo, salvo em alguns momentos que uma mulher ou outra comentava sobre alguma conhecida que havia sido presa por tentar levar droga para o marido, pagamento de dívida ou algum caso de celular apreendido dentro da penitenciária, itens de alto valor dentro da unidade prisional. Foram narrativas pontuais, e muitas criticavam a tentativa de outra tentar levar o ilícito para dentro, pois isso prejudicava as visitas e os presos em geral.

No segundo capítulo, aponta-se quem é essa mulher que ocupa o espaço da pré-visita, seja esposa, namorada ou mãe, a maneira como os elementos desse espaço pré intervêm no cuidado dispendido por elas ao preso, numa reflexão em que o cuidado é eminentemente feminino, o cuidado que é oferecido, o cuidado que é observado, a incumbência do cuidado que as mulheres têm em relação aos outros, e em especial, nesse trabalho, o cuidado ofertado ao homem que está preso. Não busquei mostrar a construção social, evidenciei que não se tratava de mostrar como se deu a construção da diferença de gênero, inclusive no que tange à responsabilização feminina com o ato de cuidar, mas refletir sobre o cuidado palpável nas filas de espera, nas sacolas de comida, no esforço dispendido para visitar o afeto masculino e os arranjos que são feitos, o que não é observado nos presídios femininos, em que as mulheres presas recebem poucas visitas, ou nenhuma, entregues ao abandono.

Deve-se atentar ainda que o cuidado feminino no espaço prisional masculino pode ser visto numa intersecção com outros marcadores sociais, como raça, escolaridade, localização residencial, periferias ou comunidades, poder aquisitivo, e esses traços indicadores não surpreendem, pois é somente uma extensão dos marcadores sociais do homem que está preso. Os presos têm baixa escolaridade, são originários, em geral, de periferias e bairros pobres, são pretos e pardos. São homens e mulheres que, em geral, têm origem em condições sociais semelhantes, em endereços próximos e são da mesma cor. Mas, não havia mulheres brancas, não havia mulheres que estudaram além do ensino fundamental? Havia. Poucas, bem poucas. Havia até uma família, uma mulher mais velha, com uma filha, que observei serem descendentes de asiáticos, provavelmente netas, que nunca me aproximei, pois elas se esquivavam de todos, não conversavam e nem olhavam para ninguém, e diante disso, nunca me atrevi à aproximação, mas é tão incomum, que chamavam a atenção por onde passavam. A maioria das mulheres é negra e parda, moram em bairros pobres, são faxineiras, balconistas, tem trabalhos informais e estudaram muito pouco.

No capítulo 3, quando essas mulheres atravessam os portões que separam o mundo externo do espaço interno da visita, são mostrados artefatos e dimensões das mais importantes que materializam a ligação do preso com a vida extramuros, que são o alimento

e a relação com os filhos, que se perfaz na visita das crianças aos pais. A importância da comida vai além do meramente nutricional, mas carrega a lembrança afetiva, emocional pelo cheiro, paladar, a consistência, o visual. A visita do filho traz algumas questões como o quanto isso traria perdas ou ganhos emocionais às crianças. O observado em campo é que as crianças querem visitar seus pais, o que não ocorre com os adolescentes. São vistos poucos adolescentes, que segundo as mães, não querem mais visitar os pais e devido à idade deles, as mães têm pouca influência em suas decisões. Já as crianças mais novas são vistas aguardando o horário de entrada, e essa relação com o pai possibilita a socialização e o sentimento de pertença e avaliação de eventuais perdas sobre o retorno ao crime. Nessa possibilidade de manutenção da relação parental, a mãe ou avó das crianças é sujeito principal para viabilizar a visita, são as facilitadoras na aproximação de pais e filhos, e nesse sentido, a qualidade das relações que as mulheres mantêm com os presos, os sentimentos que nutrem em relação aos homens têm grande influência nessa relação.

Mas as visitas nem sempre seguem uma estabilidade, ao contrário, para manter as visitas, as mulheres se submetem a muitas restrições, dificuldades, diversas regras e são elas as vozes do que ocorre dentro da unidade prisional, como mencionam diversas vezes “nós somos a voz deles aqui fora”. Elas reportam as condições precárias das prisões, as condições da alimentação, o sucateamento da saúde que foi dimensionada pela pandemia que teve início no Brasil em 2020. Esse cenário resultou na manifestação ocorrida no Brasil todo, por melhores condições de vida dentro das unidades prisionais, pela saúde, pelo cumprimento das leis.

No capítulo 4 é mostrado como foi a manifestação em São Paulo, na praça da Juventude, antigo endereço da Penitenciária Carandiru, numa abordagem da linguagem como protesto e performance, como ação política. Nessa mobilização foi utilizada a força da linguagem como enfrentamento das mazelas carcerárias, numa prática discursiva em que devem ser consideradas a “gramática de resistência”, associada a uma “autoridade moral” nas falas das esposas, dos filhos e principalmente das mães dos presos, pois são as mulheres “as vozes deles fora da unidade prisional”. Reporta-se aqui a diferenciação entre aos anseios e reclamos da esposa e das mães, que estão em chaves diferentes, sem qualquer tentativa de mensuração sobre a que tem maior ou menor peso, mas numa consideração em que ambas e cada qual, carregam uma força política diferente o que pode ser observado em suas falas em cima dos carros de som, em semelhantes e diferentes reivindicações, com um propósito comum, a dignidade do preso e melhora das condições carcerárias. As mães e esposas, em seus “jogos de linguagem” e “práticas discursivas” com diversos atos performáticos de

denúncia, inclusive sendo incentivadas por algumas autoridades que discursaram em apoio à manifestação e reafirmaram que se as famílias não se mobilizassem fortemente, nada seria modificado, obtiveram algumas mudanças devido à força de seu ato discursivo de ação. Com a performance discursiva, das faixas, das camisetas que apresentaram por estarem reunidas num espaço que já foi palco de morte de vários presos, na qual elas provocaram o Estado a fazer mudanças, obtiveram alguns resultados, em fluxos de ordens emanadas de autoridades competentes da SAP que alteraram o elemento legislação/ordem, numa disputa de forças sociais e numa temporalidade em movimento contínuo de fora para dentro e de dentro para fora, com as margens provocando o Poder Público a se posicionar e alterar alguns elementos das visitas, como a volta das crianças, o aumento da quantidade da comida que poderia ser levada, elementos esses que possibilitam a socialização e a (re)ligação do preso com o mundo fora do cárcere e a possibilidade de se reconhecer como indivíduo.

Essa pesquisa ateu-se às questões de visitação, em pensar o quanto a relação que as mulheres mantêm com os presos, possibilita a eles manter sua socialização e religação com o extramuros e a não serem esquecidos, no entanto, é importante lembrar a necessidade de reflexão sobre as questões estruturais que ensejam o encarceramento e a necessidade de políticas públicas para a redução do encarceramento no país. São questões que estão em aberto e, apesar de não fazerem parte dessa pesquisa, precisam ser pensadas continuamente.

Penso que várias facetas desse trabalho precisam ainda ser aprofundadas e compreendidas junto a um campo que se reproduz, não de forma idêntica, mas numa espiral, às vezes tão parecida como a de meses atrás e, às vezes, de maneira completamente inédita.

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS AO TEMA

Em consideração às problemáticas sócio-espaciais contidas nos capítulos dessa dissertação, recomendamos a melhoria de políticas públicas conforme segue:

1)- Em relação às melhorias e oferta de serviços ao redor das unidades prisionais:

-A construção de sanitários públicos para as visitantes, com vasos sanitários e chuveiros suficientes para higiene íntima, com possibilidade de banhos, para possibilitar a recomposição corporal das visitantes, inclusive para melhoria de sua própria autoimagem perante a pessoa que será visitada. Que o Poder Público se responsabilize pela manutenção, funcionamento eficiente e limpeza desses espaços;

- Incentivo e melhoria dos espaços de refeição e compra de alimentos, com preços mais acessíveis e possibilidade de oferta de alimentos mais diversificados, priorizando a compra de pequenos produtores rurais. Para tanto, que haja subsídios para a instalação de barracas de comida e outros itens, incentivo de compra de produtos com menos/nenhum agrotóxico, e incentivo de cadastramento para a realização dessa prestação de serviços de venda de alimentos/refeições dos próprios familiares de presos, num incentivo de sistema de cooperativa às mulheres que tem homens presos com vínculos mais prolongados, que devem cumprir penas mais longas, a fim de que possam compartilhar o significado afetivo dos alimentos e refeições preparadas, inclusive que possam comercializar entre elas e para terceiros que estão no local, os pratos e refeições elaborados com os alimentos;

- Oferta com número maior de alojamentos e pensionatos para pernoites. Que haja subsídios do Poder Público, com oferecimento adequado, eficiente e com preços módicos para as famílias, inclusive com incentivo/prioridade de prestação desses serviços para os próprios familiares dos presos;

- Oferta de cursos de qualificação profissional diversos para as mulheres aos finais de semana, que poderiam ser oferecidos pelo período de três a quatro horas por final de semana, no horário contrário ao das visitas;

- Acompanhamento por equipes médicas para cuidado geral de saúde das mulheres, em especial ginecologia, infectologista, orientação sobre cuidados íntimos e doenças sexualmente transmissíveis, com oferecimento de testes médicos de toda ordem, serviços que poderiam ser oferecidos mensalmente ou quinzenalmente, considerando que a saúde é um dever do Estado e um direito constitucional de todos;

- Postos de vacinação no local, para as pessoas em geral, em especial para as crianças visando a manutenção da agenda de vacinação em dia, nos mesmos períodos que ocorrem as campanhas de vacinação nos postos espalhados pela cidade;

- Possibilidade de escuta desses familiares (mães, esposas e filhos) com psicólogos, com espaço adequado para atendimento, numa perspectiva de que a análise ou terapia comportamental é um direito à saúde mental, especificamente um direito social. Que essa disponibilidade de atendimento ocorra durante os períodos em que elas aguardam, considerando que passam, senão todo o final de semana, ao menos várias horas esperando entrar na unidade prisional;

2) No momento das visitas:

- espaço adequado e lúdico para as crianças visitantes ficarem junto aos pais;
- espaço adequado para as visitas, com mesas, área de refeição, cadeiras, em áreas cobertas, limpas e arejadas;
- espaço adequado e limpo para os encontros íntimos;

3) Para a manutenção das famílias

- A possibilidade de auxílio/benefício estatal aos familiares de presos que comprovem que com a prisão do familiar, a condição de vida da família precarizou. Observe-se que esse auxílio/benefício pode ser possibilitado, em especial, às famílias que não recebem o auxílio reclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa von. Dossiê: movimentos sociais e ação coletiva. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, jan/jul. 2010.

ALENCAR, Claudiana Nogueira de. Linguagem Em Foco. Linguagem, dor e agência: a gramática descolonial dos trabalhadores rurais sem terra. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE*. V. 6, N. 2, ano 2014

_____. V Marcha da Periferia: recontextualizações de sentidos de paz e gramáticas de resistência na luta contra o extermínio de crianças e jovens em Fortaleza. In: COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos da; PEREIRA, Jaquelândia Aristides; SANTOS, Núbia Agustinha Carvalho; ASTIGARRA, Andrea Abreu; SILVA, Maria Saraiva da (orgs). *Infância e relações etnorraciais em pesquisa*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. p. 195-206.

ARAUJO, Isabela Cristina Alves de; CHAVES, Luana Hordones; DUARTE, Thais Lemos. Cumprindo pena juntos. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 28, n.3. e 60699, 2020.

AUSTIN, John Langshaw. Quando dizer é fazer: palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Artes Médicas, Porto Alegre, 1990.

BARROS, José D'Assunção. "Fixos e fluxos: revisitando um par conceitual." *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 29, n. 2, p. 493-504, jul-dez de 2020. Disponível em: < <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v29n2/2256-5442-rcdg-29-02-493.pdf>>, acesso em 17 de agosto de 2022.

BIONDI, Karina. Junto e Misturado: Imanência e Transcendência no PCC. Dissertação (mestrado), São Carlos: UFSCAR, 2009, 198 f.

_____. Karina. Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC. Tese (doutorado). São Carlos: UFscar, 2014, 334 f.

_____; GODOI, Rafael; SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. Os efeitos do coronavírus nas prisões latino-americanas, CELIV (Centro de Estudios Latinoamericanos sobre Inseguridad y Violencia UNTREF), junho de 2020, disponível em <[Brasil-Informe-Regional-Efectos-de-Covid19-en-cárceles-Lat_brasil.pdf](http://brasil-informe-regional-efectos-de-covid19-en-carceles-lat-brasil.pdf) (ponte.org)>, data de acesso 27 de outubro de 2022.

_____ ; GODOI, Rafael; SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. Prisiones en el epicentro latinoamericano de la pandemia: el caso brasileño, 2020. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/judicial/prisiones-en-el-epicentro-latinoamericano-de-la-pandemia-el-caso-brasileño-article/>>, acesso em 27 de outubro de 2022.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Data de acesso: 17 de setembro de 2021

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>, acesso 09 de outubro de 2022.

BRASIL. Lei 7210 de 11/07/1984. Lei de execução penal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm, data de acesso: 17 de setembro de 2021

BRASIL. Lei 12.962/2014, de 08 de abril de 2014, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12962.htm>, data de acesso 13 de abril de 2022.

BRASIL. Recomendação 62 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 17 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>>, acesso em 14 de agosto de 2021.

BUTLER, Judith. Excitable speech: a politics of the performative. New York: Routledge, 1997

_____. Vida precária. Os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber. 1ª ed., Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019.

_____. Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto?. Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A., 1989, 159 págs.

_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, editora Papirus, 1996, 113 págs.

_____. Coisas ditas. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo, editora Brasiliense, 2004, 116 págs.

CABRAL, Yasmin Tomaz; MEDEIROS, Bruna Agra de. A família do preso: efeitos da punição sobre a unidade familiar. *Revista Transgressões- Ciências Criminais em debate*, v. 2, n. 1, p. 50-71, 9 fev. 2015.

CALICCHIO, Maria das Graças Silva de Mendonça; BARSAGLINI, Reni Aparecida Ter e ser familiar de pessoa privada de liberdade: repercussões na experiência de mães e companheiras. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social (REFACS)*, vol. 8, n. 3, 2020, Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=497963985001>>, acesso em 11 de agosto de 2021

CARRETERO-TRIGO, Miryam; CARCEDO, Rodrigo J.; FERNANDES-ROUCO, Noelia; Correlates of a Positive Parenting Experience in Prison. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v.18, n. 626, p. 1-20, jan/2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/ijerph18020626>>, acesso em 15 setembro de 2021.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros, primeira edição, Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

CHAGAS, Roselaine das. O caráter performativo da linguagem dos protestos. *Cadernos da Fucamp (Fundação Carmelitana Mário Palmério)*, Monte Carmelo-MG, v. 15, n. 23, p. 41-52, 2016.

COLARES, Leni Beatriz Correia; CHIES, Luiz Antônio Bogo . Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. *Revista Estudo Feministas*, vol. 18, no. 2, 2010, págs. 407-423, maio-agosto 2010, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/381/38116094007.pdf> >, acesso em 17 junho de 2021.

COMFORT, Megan. “Partilhamos tudo o que podemos”: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades. *Análise Social*, vol XLII, n. 185, págs. 1055-1079, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. Editora Ática, Série Princípios, 3ª edição, n. 174, págs. 1-13, 1995

COSTA, Angelo Brandelli; CUNICO, Sabrina Daiana; STREY, Marlene Neves. "Quem esta no comando? Mulher de bandido e os paradoxos da submissão. *Revista Estudos Feministas*, vol. 27, n 2, pág. 1-11, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/389SSrBgNkxyqNLO4dGyMPF/>>, acesso em 15 de junho de 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Universidade da Califórnia- Los Angeles. Estudos feministas*, ano 10, p. 171-188, primeiro semestre de 2002. Tradução de Liane Schneider. Disponível em: <<https://fopir.org.br/documento-para-o-encontro-de-especialistas-em-aspectos-da-discriminacao-racial-relativos-ao-genero-kimberle-crenshaw/1568>>, acesso em 18 de junho de 2022.

CUNHA, Manuela Ivone. *Comida, comensalidade e reclusão. Sentidos do que se (não) come, como e com quem numa prisão portuguesa*. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*,

Universidade do Minho, vol. 58, p. 341-358, 2018. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/55891>, acesso em 17 de abril de 2022.

DALLAIRE, Danielle H; CICCONE, Anne; WILSON, Laura C. Teacher's experiences with and expectations of children with incarcerated parentes. *Journal of applied developmental psychology*, v. 31, n. 4, p 281-290, jul-ago 2010. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0193397310000389?via%3Dihub>>, acesso em 24 de junho de 2022.

DAS, Veena, POOLE, Deborah. "El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas". *Cadernos de Antropologia Social*, n. 27, 2008. Universidade de Buenos Aires. Buenos Aires, Argentina.

_____. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade Dossiê: violência: outros olhares. *Cadernos Pagu*, n. 37, julho-dezembro de 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/34ddpTp8X6GyLJDFyCQ9YwS/>>, acesso em 23 de setembro de 2022.

_____. Vida e palavras. A violência e sua descida ao ordinário. São Paulo. Editora Unifesp. 2020, 312 págs.

DETONI, Priscila Pavan; NARDI, Henrique Caetano; MACHADO, Paula Sandrine. "Em nome da mãe": Performatividades e Feminizações em um CRAS, *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis-SC, v. 26, n. 1, janeiro-abril/2018. Disponível em: <["Em nome da mãe" on JSTOR](#)>, acesso em 13 de julho de 2021.

DIJK, Teun van. O discurso dos movimentos sociais .O discurso dos movimentos sociais. In: Seminário no Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP-Campinas, 03/03/2022.

DINIZ, Debora. *Cadeia: Relatos sobre mulheres*, 5ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2020.

DUARTE, Thais Lemos. Amor, fidelidade e compaixão: "sucata" para os presos. *Sociologia & antropologia*, Rio de Janeiro, v.03, n. 06, págs 621 –641, julho-dezembro de 2013.

FARIA, Flávia de. Ativismo, instituição e repertório autonomista: uma etnografia sobre coletivos políticos. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 08, n. 20, set/dez 2020, p. 177-198.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (doutorado). Campinas: Unicamp, março de 2008, 347 f.

FONSECA, Claudia. *Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica*. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, maio-ago 2005.

FORNA, Aminatta. *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1979

_____, Michel. *Segurança, território, população*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2008.

FREGONESI, Meire Cristiane Bortolato; VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. O CUIDADO FEMININO A HOMENS ENCARCERADOS. In: Anais do XI Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades: Diversidade e Resistência na Ciência: diálogos e desafios interdisciplinares sobre crises sistêmicas. Anais. Marabá(PA) Unifesspa, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/XI_Coninter/598651-O-CUIDADO-FEMININO-A-HOMENS-ENCARCERADOS> Acesso em: 22/07/2023

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978, págs 278-321.

GODOI, Rafael. *Fluxos em Cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. Tese (doutorado). São Paulo: USP, 2015, 246 págs.

GOFFMAN, Erving. *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Tradução de Mathias Lambert. Data da Digitalização: 2004. Data Publicação Original: 1963 Disponível em:< https://we.riseup.net/assets/212390/estigma-ervinggoffman_19140509193459-phpapp01.pdf >, acesso em 09 de novembro de 2021.

GOMES, Adriana de Albuquerque. *A teoria do apego no contexto da produção científica contemporânea*. Dissertação de mestrado, Bauru, Faculdade de Ciências (FC)- Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem –UNESP-Universidade Estadual Paulista, 2011, 286 págs. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/97442>>, acesso em 14 de maio de 2023.

GUIMARAES, Cristian Fabiano et al. Homens apenados e mulheres presas: estudo sobre mulheres que têm vínculos com presos . *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n 3, págs. 48-54; set/dez. 2006. ISSN: 0102-7182. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326326007>>, acesso no dia 14 de setembro de 2022.

HAMBURG, Myrte E.; FINKENAUER, Catrin; SCHUENGEL, Carlo. Food for love: the role of food offering in empathic emotion regulation. *Frontiers in psychology*, volume 5, n. 32, jan/2014. Disponível em: <doi: 10.3389/fpsyg.2014.00032>, acesso em 10 de janeiro de 2022.

HARVEY, David. *O direito à cidade*. Tradução de Jair Pinheiro. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, págs. 73-89, jul/dez de 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.23925/ls.v0i29.18497>>, acesso em 14 de maio de 2023.

JACQUES, Paola Berenstein. Zonas de tensão: em busca de microrresistências. In: BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES Paola Berenstein (org.). *Corpocidade. Debates, ações e articulações*. Salvador, EDFUBA- Editora da Universidade Federal da Bahia, 2010, págs. 106-119.

KITZINGER, Sheila. Mães. Um estudo antropológico da maternidade, 2ª edição. Lisboa, Ed. Presença, 1996.

LAGO, Natália Bouças do. Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisão. ARACÊ- Direitos Humanos em revista. Ano 4, número 5, págs. 35-53, 2017.

LEDEL, Kellen Vasconcelos; RAZERA, Josiane; HAAK, Karla Rafaela; FALCKE, Denise. Pais encarcerados: a percepção de mães e crianças sobre a relação pais-filhos. Pensando Famílias, v. 22, n. 1, págs. 104-117, junho de 2018.

LIMA, Jacqueline Ferraz de. Mulher Fiel. Etnografia do Amor nas prisões do PCC., 1ª ed., São Paulo, editora Alameda, 2015.

LIMA, Romilda de Souza; FERREIRA NETO, José Ambrósio; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Alimentação, comida e cultura: o exercício da Comensalidade, Demetra- Alimentação, Nutrição e Saúde, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2015, Disponível em: < <https://doi.org/10.12957/demetra.2015.16072>>, acesso em 17 de abril de 2022.

MAC-ALLISTER, Mônica. A cidade no campo dos estudos organizacionais. O & S (Organização Social), edição espacial, v. 11, jan-dez 2004.

MAGRI, Giordano; MELLO, Claudio Aliberti de Campos; HADDAD, Mariana Scaff; LOTTA, Gabriela. A pandemia de Covid-19 e os familiares de presos no Estado de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, Núcleo de Estudos da Burocracia-NEB, págs. 01/15, jul. 2020. Disponível em: <<https://neburocracia.files.wordpress.com/2020/07/re104-familiares-presos-covid-19-depoimentos-v3.pdf>>, acesso em 21 de julho de 2021.

MANZALLI, Sofia Fromer; DANTAS, Heloisa de Souza. “Nada fora da ordem”: Gestão da morte nas unidades prisionais no estado de São Paulo durante a pandemia. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social- Rio de Janeiro- Reflexões na pandemia, págs. 1-11, 2021.

MARCONDES, Mariana Mazzini. Transversalidade de gênero nas políticas de cuidado. Revista femininos, vol 8, n.3, pág. 176-189, set-dez de 2020. Disponível em: <www.feminismos.neim.ufba.br>, ISSN: 2317-2932>, acesso em 17 de maio de 2022.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Tradução: Paulo Neves. São Paulo-SP, Cosac Naify, 2003.

MEDEIROS, Luciana Lessa de. Mulheres e cárcere-reflexões em torno das redes de proteção social. X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: história e política, Recife-PE, 26-30 abril de 2010. Disponível em: < [Microsoft Word - 1269096793_ARQUIVO_Trabalhocompletomulheresecarcere.rtf \(historiaoral.org.br\)](#)>, acesso em 13 de setembro de 2022.

MELO, Glenda Cristina Valim de Melo; ROCHA, Luciana Lins. Discurso: Sentidos e Ação. Linguagem como Performance: Discursos que também ferem. Coleção Mestrado em Linguística. Franca, UNIFRAN (Universidade de Franca), v. 10, p. 97 a 115, 2015.

MESTRE, Simone de Oliveira; SOUZA, Érica Renata de. “Maternidade guerreira”: responsabilização, cuidado e culpa das mães de jovens encarcerados. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 29, n. 2, 2021.

MEY, Jacob L. Sequencialidade: por uma ecologia do texto. Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL), v. 2, n. 2, p. 06-18, 2016. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9686>>, acesso em 15 de junho de 2023.

MIRANDA, Márcia Lepiani Angelini; GRANATO, Tania Mara Marques. Pais encarcerados: narrativas de presos sobre a experiência da paternidade na prisão. Psico- Porto Alegre, v. 47, n. 4, págs. 309-318, 2016. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2016.4.23413>>, acesso em 18 de maio de 2022.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de; FERRARI, Anderson; MACHADO, Nathalye Nallon. “Ninguém solta a mão de ninguém”: conectados/as em rede, resistimos. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 659–677, maio/ago 2019. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.14n2.014. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/13216>> Acesso em: 24 de abril de 2023.

ORMEÑO, Gabriela Reyes; MAIA, Joviane Marcondelli Dias; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti Albuquerque. Crianças com pais ou mães encarcerados: uma revisão da literatura. Journal of Child and Adolescent Psychology. Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente. Lisboa, 4(2) 2013. pp. 141-161

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato. (Org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo, Ática, 1983.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. Revista D.E.L.T.A. (Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada). Portal de revistas da PUC-SP, v. 18, n. 1, p. 117-143, 2002. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/38636>>, acesso em 23 de janeiro de 2023.

PADOVANI, Natália Corazza. Sobre casos e casamentos. Afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos: EdUFSCar, 2018, 335 págs.

PISCITELLI, adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, págs. 263-274, jul-dez de 2008.

PONTES, Fernando Augusto Ramos; SILVA, Simone Souza da Costa; GAROTTI, Marilice; MAGALHÃES, Celina Maria Colino. Teoria do apego: elementos para uma concepção sistêmica da vinculação humana. Revista Aletheia, n. 26, p. 67-79, jul./dez. 2007.

ROTHES, Inês Areal; CUNHA, Silvia. Dimensão simbólica e afetiva da alimentação. Escolha alimentar: uma experiência multidimensional. In: PAIS, Sofia Castanheira; FERREIRA, Pedro (Org.). A redução das assimetrias sociais no acesso à alimentação e à saúde: políticas e práticas. Porto: Mais leitura, dezembro de 2016, págs. 41-53.

SALLA, Fernando. “De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo”. Revista Brasileira de Segurança Pública, ano 1, edição 1, pág. 72-90, 2007.

SANTOS, Genilson dos; PEIXOTO, Sandra Patrícia Lamenha. A relação mãe-bebê e a teoria do apego de John Bowlby em parceria com Mary Ainsworth frente às implicações na pós-infância e na vida adulta. Caderno De Graduação - Ciências Humanas e Sociais – UNIT, Aracaju-Sergipe, v. 6, n. 2, págs. 225-238, set/2020, Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/7731>, data de acesso 15 de maio de 2023.

SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade, Petrópolis, editora Vozes, 1979.

_____, Milton. Espaço e Método, São Paulo, editora Nobel, 1988.

SÃO PAULO. Resolução 118 da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), de 27-7-2020. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/download_files/covid-19/res-sap-118_2020.pdf>, acesso em 15 de março de 2022.

SÃO PAULO. Resolução 130 da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), de 10-8-2020. Disponível em: http://www.sap.sp.gov.br/download_files/covid-19/res-sap-130_2020.pdf, acesso em 15 de março de 2022.

SILVA, Monica Ferreira da; GUZZO, R. S. L. Presidiários: percepções e sentimentos acerca de sua condição paterna. Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano, v. 17, n. 3, págs. 48-59, 2007

SILVESTRE, Giane. Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itapira. Dissertação (mestrado). São Carlos: UFSCAR, 2011, 192 p.

TAVARES, Rosana Brandão; BONADIO, Mariana Galacini. Ao encontro do corpo: teorias da performatividade para um debate diferencial sobre espaço urbano. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v.23, págs. 1-24, 2021, disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202115>, acesso em 22 de março de 2022.

VIANNA, Adriana. O fazer e o desfazer dos direitos. Experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades. E-papers Serviços editoriais, Rio de Janeiro, 2013, 216 págs.

VIANNA, Adriana.; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos Pagu, Campinas n. 37, págs 79-116, julho-dezembro 2011.

WACQUANT, Loïc. Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Tradução de Sérgio Lamarão, 3ª edição, Rio de Janeiro, editora Revan, 2ª reimpressão, abril de 2015.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. Bilingue Alemão/Inglês. G.E.M. Anscombe & Rush Rhees editores. Tradução G.E.M. Anscombe. Oxford : Blackwell, 1958.

ANEXO**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido****Mulheres que fazem parte da vida dos presos: afetos, sociabilidades, denúncias e reivindicações.**

Responsável: Meire Cristiane Bortolato Fregonesi

CAAE : 44372221.4.0000.5404

Pesquisadora responsável: Meire Cristiane Bortolato Fregonesi, mestranda do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, FCA-Unicamp Universidade Estadual de Campinas, email: crisbortolato@gmail.com, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, Rua Pedro Zaccaria, 1300, Jd. Sta. Luiza, 13484-350 - Limeira, SP – Brasil. Telefone: (19) 996218466

EQUIPE DE PESQUISA:

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da FCA, Rua Pedro Zaccaria, 1300, Jd. Sta. Luiza 13484-350 - Limeira, SP e docente colaboradora do Departamento de Ciências Ambientais (DCAm) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCam) da Universidade Federal de São Carlos, com endereço curricular na plataformaLattes:<<http://lattes.cnpq.br/7161606146208875>>Telefone: (19) 37016662

Ana Maria Galdini Raimundo Oda, professora do Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da FCM- Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA, Rua Pedro Zaccaria, 1300, Jd. Sta Luiza 13484-350 - Limeira,

SP – Brasil, com endereço curricular na plataforma Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9788635849143461>> Telefone:(19) 37016662

Justificativa e Objetivos:

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Mulheres que compõem a vida dos presos: Demandas, afetos e subjetividades que atravessam as relações.”. Ao participar deste estudo nós pediremos a você que converse comigo sobre sua experiência como esposa/namorada ou mãe de preso. A ideia desse projeto também é dar voz aos familiares de presos, em suas necessidades, conflitos e dificuldades. Nossa conversa poderá acontecer não somente uma vez, mas em vários momentos, se você concordar, pois comparecerei aqui em vários finais de semana

Procedimentos:

Essas conversas ocorrerão nos momentos em que você espera o horário para visita-lo, seja na pensão, bares ou mesmo nas filas de entrada, contando com total privacidade e, para tanto, teremos o cuidado de procurar um lugar onde não tenham pessoas por perto, onde possamos conversar sem interrupções e você se sinta à vontade para falar tudo o que quiser.

Irei até você, para que a pesquisa ocupe o menos possível do seu tempo e para que você não tenha custos de transporte. Conversaremos várias vezes, porque eu virei para cá vários finais de semana, quando são feitas as visitas, logo, nossas conversas poderão acontecer sempre que você puder e quiser. Nosso tempo de conversa será de 30 (trinta) a 60 (sessenta) minutos. Com o conteúdo da nossa conversa, mais o das outras conversas que teremos com outras mulheres em situação semelhante, quero colher informações sobre a participação que você tem na vida desse homem que está preso, o quanto você acha que pode ajudar ou não em sua regeneração, sobre o apoio emocional, conflitos, problemas, o que acontece em sua vida, no seu dia a dia, o que mudou, enfim, os fatos que ocorreram e ocorrem durante o período que esse familiar está preso.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária. Você pode recusar participar da pesquisa, mesmo depois de ter assinado este *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, a qualquer momento sem precisar justificar sua decisão a ninguém. Se você decidir não participar, ou parar de participar, isso não lhe causará qualquer problema com nenhum órgão ou instituição, nem conosco.

Jamais mencionaremos seu nome, nem outros nomes que você falar na nossa conversa, também não será identificada outros elementos da sua vida, como sua profissão, cidade na qual mora. Todos esses dados serão modificados. Usaremos para nossa pesquisa e

publicações trechos da nossa conversa que falem dos fatos que ocorrem com as mães e mulheres que tem vínculos com presos durante o período que o familiar está preso, seja no aspecto econômico, apoio emocional, conflitos, problemas, afetos. Não mencionaremos suas informações pessoais jamais.

Nós assinaremos todas as folhas desse Termo de Consentimento, que é feito em duas vias, e após assinarmos eu entregarei a você uma via.

Necessário esclarecer a você que devido à pandemia da COVID-19, caso os contatos presenciais se façam sejam muito difíceis, como por exemplo, na situação das visitas aos presídios serem suspensas, convido você a participar dessa pesquisa também pela forma virtual e para tanto poderemos utilizar o Google Meet, se você concordar, o qual apresenta a possibilidade de gravar o conteúdo da nossa conversa e, ainda em seguida, disponibiliza um link que permitirá o acesso à entrevista tanto por mim, pesquisadora, quanto por você, participante, a qualquer tempo. Quanto à assinatura do presente documento, na hipótese de entrevista ser virtual, será encaminhado por e-mail ou *WhatsApp*, duas vias do Termo de Consentimento para fins de assinatura e digitalização, buscando facilitar ao máximo a coleta de dados. Salienta-se que se as pesquisas forem realizadas por meio virtual as recomendações do Ofício Circular no 2/2021/CONEP/SECNS/MS, que dispõe sobre procedimentos que envolvam o contato com participantes e/ou coleta de dados em qualquer etapa em ambiente virtual, serão atendidas em todas as suas regras e elas estão garantidas a você. Peço a você que leia atentamente sobre elas e vamos conversar a respeito para esclarecer.

a) -Eu te enviarei convite para participação na pesquisa. Esse convite não será feito com a utilização de listas que permitam a identificação dos convidados nem a visualização dos seus dados de contato (e-mail, telefone, etc) por terceiros.

b) - Um convite individual será enviado por e-mail e só poderá ter um remetente e um destinatário, ou ser enviado na forma de lista oculta. Logo, ninguém vai saber que você participa da pesquisa e você também não saberá quem são as outras pessoas que participam. É sigiloso

c)-Quando eu te fizer o convite, envio também o Termo de consentimento, para saber se você concorda e também te explicarei em detalhes, antes de começar, sobre o Termo de consentimento, item por item e sobre o que pretendo pesquisar. Se você não concordar e não quiser conversar, não tem problema, encerramos nesse momento. Aliás, mesmo após iniciar

a entrevista pelo meio virtual, você pode desistir a qualquer momento, sem explicações e nenhum problema para você.

d)-Quando a coleta de dados ocorrer em ambiente virtual (com uso de programas para coleta ou registro de dados, e-mail, entre outros), na modalidade de consentimento (Registro ou TCLE), é muito importante que você, como participante da pesquisa guarde em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico.

e) -Você pode não querer responder qualquer questão, basta não desejar responder, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento.

f) -Também se houver alguma questão obrigatória e você não quiser responder, você não precisa responder à pergunta. Não é obrigado, se não quiser

g) Você terá direito de acesso a tudo que abordaremos, ao conteúdo do instrumento, tópicos abordados, antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão bem clara e informada

h) -Quando a pesquisa em ambiente virtual envolver a participação de menores de 18 anos, o primeiro contato para consentimento deve ser com os pais e/ou responsáveis, e a partir da concordância, e após o menor também deverá concordar em fazer parte da pesquisa

i)-Caberá ao pesquisador responsável conhecer a política de privacidade da ferramenta utilizada quanto a coleta de informações pessoais, mesmo que por meio de robôs, e o risco de compartilhamento dessas informações com parceiros comerciais para oferta de produtos e serviços de maneira a assegurar os aspectos éticos.

j) - Quando feito o convite para você, e após explicado o termo de consentimento, caso você concorde em participar, somente será considerado sua anuência quando você responder ao questionário/formulário ou entrevista da pesquisa.

k) - A pesquisadora explicará como serão assumidos os custos diretos e indiretos da pesquisa, quando a mesma se der exclusivamente com a utilização de ferramentas eletrônicas sem

custo para o seu uso ou já de propriedade do mesmo. Em se tratando de pesquisa de forma virtual, salienta-se que a pesquisa com a utilização de ferramentas eletrônicas é necessário que você participante tenha acesso à internet, e caso você não tenha recurso para arcar com esse custo, a pesquisa será inviabilizada. Recordar-se que a entrevista se dará entre 30 e 60 minutos.

l)-É da de minha responsabilidade, como pesquisadora o armazenamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa.

m)- Após a coleta de dados, é de minha responsabilidade, como pesquisadora fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou “nuvem”.

n) - Caso os registros de consentimento livre e esclarecido sejam gravações de vídeo ou áudio, o mesmo cuidado será exercido. Eu ficarei responsável em fazer o download dos dados, não sendo indicado a sua manutenção em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou 'nuvem'.

o) -Deve haver sua manifestação expressa ou sua concordância ou não quanto à divulgação de sua identidade e das demais informações coletadas.

p) - O convite que você receberá para a participação na pesquisa conterá, obrigatoriamente, link para endereço eletrônico ou texto com as devidas instruções de envio, que informem ser possível, a qualquer momento e sem nenhum prejuízo, a retirada do seu consentimento de utilização dos seus dados da pesquisa. Se isso acontecer, enviarei a você uma resposta de que estou ciente de que você não quer mais participar e retirou seu consentimento

q) -Nos casos em que não for possível a identificação do questionário do participante, esclareço e é necessário que você fique ciente, sobre a impossibilidade de exclusão dos dados da pesquisa durante o processo de registro / consentimento.

r) -Durante o processo de consentimento, você será esclarecida, de maneira clara e objetiva, como se dará o registro de seu consentimento para participar da pesquisa.

s) -Quando a pesquisa na área biomédica exigir necessariamente a presença do participante de pesquisa junto à equipe, o TCLE deverá ser obtido na sua forma física, de acordo com o previsto na Resolução CNS nº 466 de 2012, item IV.5.d. Esse consentimento deverá ser obtido ainda que o participante de pesquisa já tenha registrado o seu consentimento de forma eletrônica em etapa anterior da pesquisa.

t) - Caso ocorra problemas de conexão e se essa falta de conexão e falha da rede não tiver causado perda no que já havia sido conversado, o que já foi feito será guardado e enviado cópia a você e em outro momento, haverá a continuidade dos diálogos, e isso se dará no melhor dia e horário que você entender. Caso não seja possível aproveitar nada do que foi conversado e preenchido, também em outro dia e horário que for melhor para você, haverá a conversa desde o início.

u) - Todos os dados, inclusive gravações, cópias serão destruídos até o dia 01 de novembro de 2022

v)- No caso das conversas serem gravadas, desde que você permita, será feito o *download* dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, e eu me responsabilizo sobre o armazenamento adequado dos dados, bem como dos procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações sobre você na pesquisa, responsabilizo-me ainda que a sua manutenção não será feita em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou nuvem. Saliento a você, participante, sobre a importância em guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico. Essa gravação se presta para a pesquisadora assisti-la, caso precise de alguma informação que não ficou clara no momento da conversa. Essa gravação será destruída até o dia 01 de novembro de 2022.

Desconfortos e Riscos

De acordo com a Resolução CNS 466 de 2012, item V, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variados. Os possíveis riscos a vocês participantes é que quando começarem a narrar suas vidas e acontecimentos, sentimentos e memórias, isso possa causar desconforto e mal-estar. A resposta ao questionário pode gerar constrangimentos às participantes. Nesse caso, você poderá interromper a conversa a qualquer momento, poderemos deixar para outro momento, ou você não participar mais, se assim desejar. Caso

seja feito por modo remoto, a queda de conexão pode levar à perda de todo o trabalho já realizado e isso pode gerar ansiedade e estresse nas participantes, situação também em que a participante poderá não mais participar, se assim desejar.

Em relação aos riscos característicos do ambiente virtual e meios eletrônicos, em função das limitações das tecnologias utilizadas, existe um potencial risco de violação das conversas realizadas de modo remoto e a pesquisadora não assegura de forma ilimitada a confidencialidade.

Em relação à conversa presencial, necessário evidenciar que o momento é de pandemia e o risco potencial do contágio da COVID-19 existe, no entanto, como a participante estará à espera da visita na unidade prisional, ela já está em risco potencial, independente da pesquisa, além do mais, no momento em que estiver na presença da pesquisadora, todos os cuidados recomendados pelas entidades de saúde serão tomados. Os contatos e conversas presenciais com a pesquisadora, somente se realizarão em locais abertos, arejados, longe das demais pessoas, como praças e parques e ambas deverão usar máscara e manterão distância de dois metros no mínimo. A pesquisadora se responsabiliza em levar máscaras descartáveis e álcool gel para ambas. A conversa se dará entre 30 e 60 minutos

Ressarcimento e Indenização:

A resolução 466 de 2012, em seu item V.7, define que “Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa”. Com relação aos ressarcimentos, é importante salientar, que eu me deslocarei até a área da pesquisa e você participante, não terá nenhum tipo de despesa e portanto, não haverá necessidade de ressarcimento.

Nesse ponto, salienta-se que se as conversas e entrevistas forem com a utilização de ferramentas eletrônicas é necessário que a participante tenha acesso à internet e caso a participante não tenha recurso para arcar com esse custo, a pesquisa será inviabilizada.

Benefícios:

Não há benefícios diretos às participantes.

Acompanhamento e assistência

Nas conversas, podem aflorar memórias e sentimentos de dor, humilhação e constrangimento, e como mencionado acima, pode-se suspender a conversa ou você, participante, interromper definitivamente. O que pode ser feito também, é uma indicação para que você procure o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) ou, se houver necessidade, poderei acompanhá-la à rede de atendimento de saúde pública, como a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) da cidade onde está sendo realizada a pesquisa. Mesmo se nossos encontros forem pelo Google Meet, você poderá entrar em contato comigo, caso precise de assistência médica ou psicológica, e com minha ajuda será direcionada aos órgãos competentes; lembro que não estou em contato direto com o campus da universidade, pois só tenho aulas online; mas disponibilizarei um contato de telefone para que você tenha assistência médica ou psicológica

Sigilo e privacidade

É importante ressaltar o anonimato na participação da pesquisa e nenhum dado que identifique você será revelado. Todas as informações obtidas serão sigilosas. O material com as suas informações (termos assinados) ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade da pesquisadora principal, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após o término da elaboração dos resultados da pesquisa. Os resultados desse trabalho poderão ser apresentados na redação da dissertação de mestrado da pesquisadora, em encontros científicos e em artigos públicos em revistas científicas; entretanto, mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome ou qualquer informação ou característica que esteja relacionada com sua privacidade

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com:

Meire Cristiane Bortolato Fregonesi, pesquisadora, email: crisbortolato@gmail.com,
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, Rua Pedro Zaccaria,
1300, Jd. Sta. Luiza, 13484-350 - Limeira, SP – Brasil. Telefone: (19) 996218466

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, orientadora, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, Rua Pedro Zaccaria, 1300, Jd. Sta. Luiza 13484-350 Limeira, SP – Brasil, fone: (19) 37016662

Ana Maria Galdini Raimundo Oda, coorientadora, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, Rua Pedro Zaccaria, 1300, Jd. Sta. Luiza 13484-350 Limeira, SP – Brasil, fone: (19) 37016662

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNICAMP das 08:00hs às 11:30hs e das 13:00hs as 17:30hs na Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126; CEP 13083-887 Campinas – SP; telefone (19) 3521-8936 ou (19) 3521-7187; e-mail: cep@fcm.unicamp.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do (a) participante da pesquisa

_____ Data: ____/____/____.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi

apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

_____ Data: ____ / ____ / ____.

(Assinatura do pesquisador)